



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE GEOGRAFIA

CAIRA ALVES DA COSTA

MEMÓRIA E GEOGRAFIA DA LUTA PELA TERRA NO SUDESTE DO PARÁ:
Construção da trajetória de vida de seu Almir Ferreira Barros

Marabá – Pará
2019

CAIRA ALVES DA COSTA

MEMÓRIA E GEOGRAFIA DA LUTA PELA TERRA NO SUDESTE DO PARÁ:
Construção da trajetória de vida de seu Almir Ferreira Barros

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito final para obtenção do grau de Licenciada e Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Rego Miranda

Marabá – Pará

2019

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Setorial Josineide da Silva Tavares

Costa, Caira Alves da

Memória e geografia da luta pela terra no Sudeste do Pará: construção da trajetória de vida de seu Almir Ferreira Barros / Caira Alves da Costa ; orientador, Rogério Rego Miranda. — Marabá : [s. n.], 2019.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Geografia, Curso de Licenciatura e Bacharelado em Geografia, Marabá, 2019.

1. Posseiros – Pará. 2. Conflito social. 3. Trabalhadores rurais - Condições econômicas - Condições sociais. 4. Assentamentos humanos. 5. Memória. 6. Sindicalistas – História - Pará. 7. Posse da terra. 8. Reforma agrária. I. Miranda, Rogério Rego, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

CDD: 22. ed.: 333.318115

Elaborada por Miriam Alves de Oliveira – CRB-2/583

Conceito: _____.

Data de aprovação: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rogério Rego Miranda
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Faculdade de Geografia/ICH
Orientador

Prof. Dr. Rafael Benevides de Sousa
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Faculdade de Geografia/IETU
Examinador

Prof. Ms. Thiago Alan Guedes Sabino
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Faculdade de Geografia/ICH
Examinador

Marabá – Pará

2019

Dedico esse trabalho de pesquisa á minha mãe, Maria Santana Alves da Costa, que é um exemplo de mãe e de superação. Ao meu querido Marcos Andrade de Sousa, por sua compreensão, carinho, sempre me dando forças á prosseguir, principalmente, quando quase no fim eu quis desistir. Ao seu Almir Ferreira Barros (in memoriam), pelo exemplo de pessoa que foi na luta pela terra no sudeste paraense e por, talvez, até sem ter percebido me fazer entender que não podemos deixar para viver o hoje, amanhã, pois, poderá ser tarde demais.

AGRADECIMENTOS

Suspiro de emoção por saber que esse ciclo está chegando ao fim, embora no mundo dos meus sonhos essa seja apenas o fim da subida do primeiro degrau, degrau esse que precisou antes de qualquer coisa ser construídos, e no percurso dessa construção muitos sujeitos fizeram parte desse processo. Tantos que já peço desculpas se de alguém no momento eu não lembrar.

Por ser uma pessoa que acredita em um ser Supremo, que cuida e fortalece em todos os momentos da vida, começo agradecendo a ele, ao ser supremo chamado Deus. Acredito que sem ele eu não teria vencido esse percurso. Ah! Foram tantas dificuldades, várias noites em claro, mas venci, porque descobri que a nossa história de vida não se constrói sozinha, muitos sujeitos passaram em minha vida nesse tempo de graduação, que tanto me ajudaram a crescer, mediante ao exposto, agradeço a minha família, minha mãe Maria Santana que me deu forças quando a construção estava pesada demais pra mim, ao meu querido Marcos Andrade por me incentivar a não desistir, cuidar de mim, me compreender tanto e não tentar impedir a minha jornada. Aos meus irmãos, em especial ao Elton Alves que quando eu estava com a mente tão cansada, vinha, lia meus capítulos e apontava onde faltava às vírgulas (risos), ao Diego Alves que mesmo tendo uma vida corrida com seus estudos me ajudou na transcrição de horas e horas de áudios, a Cioneide Alves que ouvia meus desabafos, fazia massagem quando a tensão estava alta, me ajudou tanto... Ao Enzo Gabriel que apesar de ter apenas 08 anos de idade conseguia conversar como “adulto” me fazendo perceber que crianças também tem conteúdo, tem sensibilidade (te amo muito meu irmão). Nunca tive dúvidas de que a família é a base da nossa vida, mas nessa jornada acadêmica essa certeza aumentou.

Agradeço as queridas pessoas que contribuíram com meu trabalho e sem as quais essa pesquisa não existiria, ao Emmanuel Wamberg (Manu), que é uma pessoa ao qual eu tenho grande apreço, que me fez chorar com sua narrativa perfeita, com uma riqueza de detalhes, que memória! Gratidão por ter me aturado além da entrevista ficar lhe ligando e mandando mensagens para saber mais e mais. A dona Cledeneusa; a dona Olindina (Morena); ao seu Jurandy por me receberem tão bem e aceitarem rememorar e compartilhar suas memórias comigo. Ao José Araújo (Santinho), que por mais que não tenha sido agendado previamente aceitou também contribuir com essa pesquisa; ao seu Geovani que me recebeu com tanta alegria e teve prazer em compartilhar de sua histórias; A tia Patrucina que mesmo não gostando de relembra da vida e de seu Almir, por sentir saudades, me concedeu a entrevista

sabendo ser importante pra mim; Ao Francisco de Assis (D Assis Solidade) por ter deixado seu lote algumas horas e ir até a universidade nos conceder a entrevista. Por fim, a querida Luzinete, mulher de pulso forte que meio a tanto sofrimento com a doença que acometeu seu Almir e sua morte, continuou firme e esteve do lado dele até o fim; obrigada por me receber na sua casa, cuidar de mim, me conceder entrevista, compartilhar seus arquivos, e ainda pagou meu lanche (risos) quando eu voltava para casa; Gratidão também por ter cuidado do seu Almir.

Agradeço aos meus colegas de turma pela troca de conhecimento, destacando um agradecimento especial aos amigos: Bruno Scherer (o senhor dos mapas), Carlos Alberto (o que pegava quase os minutos todos nas apresentações de seminários), Juliana Neco (que sincronizava o tempo comigo para recuperar o tempo gasto pelo Carlos) e ao Moises Martins (o homem do tempo), (risos), que foram companheiros do início ao fim da graduação; Com esses muitos momentos de aprendizados, e momentos de lazer, uma amizade pra vida. Agradeço também ao Ronis Cley, por perder a paciência comigo tentando me ensinar a fazer mapas (risos), e a querida Sara Bruna, que tem me apoiado nesse trajeto final. Aos amigos Ginno Pérez por me ouvir e me aconselhar quando eu estava “para baixo”, me tirou tantas dúvidas, mais uma amizade que a universidade me deu, Shirley Cirino por ouvir as minhas angústias enquanto eu desenvolvía essa pesquisa e sempre me acalmar; a Daniele Cruz e ao Alexandre pela força que sempre me deram. Neemisía Aquino, pelas correções ortográficas nesse trabalho sem cobrar nada, mesmo não me conhecendo.

Agradeço a Unifesspa pela oportunidade de iniciar e concluir a graduação; A Faculdade de Geografia; ao Laboratório de estudos regionais e agrários do sul e sudeste do Pará (Lerassp), onde fui Bolsista de Iniciação Científica e de Monitoria, e descobri o quão é importante se desenvolver pesquisa. Aos queridos professores Michel Melo que no tempo que estive na universidade contribuiu muito com meu aprendizado; ao professor Marcus Vinicius por ser sempre solícito; ao professor Hugo Serra, pelos conselhos, pela ajuda quando minha mãe estava doente, pelos aprendizados adquiridos durante a Bolsa de Monitoria. Ao professor Marcos Alexandre Pimentel que me ajudou a dá os primeiros passos nessa pesquisa, ao professor Thiago Sabino pelas dicas, e por fim um agradecimento especial ao meu orientador Prof. Dr. Rogério Rego Miranda, por quem tenho grande admiração, pela paciência, pela disposição de sempre me ajudar quando eu precisei, por ser presente, “humano” e apesar do seu vasto conhecimento científico, ser humilde e se dispor a compartilha-lo. Minha eterna gratidão!

RESUMO

A luta posseira pela terra no sudeste do Pará remonta a década de 1970, momento em que há uma forte concentração de terras na região em decorrência da apropriação privada do território empreendida pelos intitulados “donos dos castanhais” e, em seguida, por empresas atreladas à dinâmica da agropecuária e da mineração, agudizando os problemas fundiários existentes nessa área. Com o intuito de reocupar esses territórios do latifúndio os posseiros se organizaram por meio inicialmente das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e, posteriormente, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais para conquistarem, por meio da luta, os Projetos de Assentamentos Rurais, que atualmente são territórios da reforma agrária. Esse processo foi levado a cabo por algumas representações sindicais importantes, dentre as quais se destaca nesse trabalho a figura do seu Almir Ferreira Barros, que foi colono, posseiro, sindicalista e cuja trajetória geográfica permite compreender a territorialização da luta pela terra no sudeste paraense. Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa é de analisar a territorialização da luta posseira no sudeste do Pará considerando as trajetórias geográficas do seu Almir, por ter se levado em consideração a importância da sua contribuição nesse processo de conquista do território dos posseiros. Para alcançar tal fim, utiliza-se enquanto metodologia a história oral, além da revisão bibliográfica, análise documental e a produção de uma cartografia temática. Pode se afirmar que a luta posseira e sindical no sudeste paraense foi fundamental para a conquista da terra e permanência nela, salienta-se ainda que pela análise de história de vida de seu Almir Ferreira Barros, frente à representação no movimento sindical, ficou claro que ele desenvolveu ações importantes para mediar as difíceis lutas posseiras, contribuindo assim para o desenvolvimento local e regional do que é hoje a agricultura familiar nesse território.

Palavras-Chave: Território. Trajetória geográfica. Territorialização da luta posseira. Movimento sindical. Almir Ferreira Barros.

ABSTRACT

The squatting fight for land in The Southeastern of Pará dates back to the 1970s, when there is a strong concentration of land in the region as a result of the private appropriation of the territory undertaken by the so-called "castanhais owners" and then by companies linked to the agrarian and mining dynamics, Increasing existing land problems in this area. In order to (re) occupy these latifundia territories, the squatters organized themselves at the beginning through The Ecclesial Communities (CEBs) and then, later the Rural Workers' Unions to conquer, through the struggle, the Settlement Projects Rural areas, which are now agrarian reform territories. This process mainly, It was carried out by some important trade union representatives, between them was pointing out the figure of Almir Ferreira Barros, who was a settler, squatter and trade unionist, whose geographical trajectory allows us to understand the territorialization of the struggle for land in Southeastern of Pará. For this reason, the general goal of the research is to analyze the territorialization of the squatter struggle in The southeastern of Pará considering the geographical trajectories of Almir and his important contribution for this process of conquering the squatter territory. To reach this aim, Oral History is used as a methodology, besides bibliographic review, documentary analysis and the production of a thematic cartography. It can be affirmed that the squatting and union struggle in The Southeastern of Pará was crucial for conquering the land and its permanence on it, it is also alluding that the analysis of Almir Ferreira Barros history life, heading the representation in the union movement, he had developed important actions to mediate the difficult struggles of land tenure, thus contributing to the local and regional development what is nowadays agriculture family in that territory.

Keywords: Territory. Geographical trajectory. Territorialization of the land fight. Syndicate movement. Almir Ferreira Barros.

LISTA DE SIGLAS

CAT	Centro Agroambiental do Tocantins
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
COCAT	Cooperativa Camponesa do Araguaia Tocantins
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COSIPAR	Companhia Siderúrgica do Pará
CPT	Comissão Pastoral da Terra
COPSERVIÇOS	Cooperativa de Prestação de Serviços
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FATA	Fundação Agrária do Tocantins Araguaia
FECAT	Federação das Cooperativas do Araguaia-Tocantins
FETRAF	Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores agricultores e agricultoras do Estado do Pará
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GETAT	Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
LASAT	Laboratório Sócio Agrônômico do Tocantins
MEB	Movimento de Educação de Base
MIRAD	Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento
MSTR	Movimento dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
PAs	Projetos de Assentamentos
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PGC	Programa Grande Carajás
PM	Polícia Militar
SAGRI	Secretaria de Agricultura do Estado do Pará
STRs	Sindicato de Trabalhadores Rurais

STTRs	Sindicato dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SEGUP	Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social
SR-27	Superintendência Regional 27

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Seu Almir na ocupação do Castanhal Ubá.....	64
Foto 2 - Seu Almir (ao centro) participando de acampamento de posseiros no GETAT em 1986	66
Foto 3 - Seu Almir no acampamento de posseiros no GETAT em 1986	67
Foto 4 - Seu Almir (centro) fazendo discurso no espaço FATA	74
Foto 5 - Seu Almir com alguns dos seus companheiros de militância	75

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Municípios que compõe a região Sudeste do Pará, segundo Regionalização da Fetagri, 2018.....	17
Mapa 2 - Projetos de Assentamento que seu Almir teve participação no processo de ocupação	55
Mapa 3 - Municípios de atuação sindical de seu Almir	57

QUADRO

Quadro 1 - Áreas que seu Almir teve participação.....	67
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I.....	17
FORMAÇÃO TERRITORIAL DO SUDESTE DO PARÁ	17
1.1 Histórico da Formação Territorial do Sudeste do Pará.....	22
1.2 O posseiro no Sudeste do Pará.....	30
CAPÍTULO II.....	34
EVENTOS HISTÓRICO-GEOGRÁFICOS DA HISTÓRIA DE VIDA DE SEU ALMIR....	34
2.1 Proposta interpretativa da trajetória geográfica	37
2.2 Eventos histórico-geográficos da vida de seu Almir	42
CAPÍTULO III	50
TERRITÓRIOS QUE COMPÕEM AS TRAJETÓRIAS GEOGRÁFICAS DO SEU ALMIR	
.....	50
3.1- Seu Almir e o/os STTRs.....	52
3.2- Conflitos, ameaças, resistência e conquista da terra.....	58
3.3- Atuação do Seu Almir Junto a Fetagri, CAT, FATA e COCAT	70
CONCLUSÕES	78
REFERÊNCIAS	81
ANEXO I.....	84
ANEXO II	95

INTRODUÇÃO

A luta pela terra no Sudeste do Pará, a partir de meados da década de 1970, fortaleceu-se com o auxílio de organizações sociais. Inicialmente as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e, posteriormente, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs¹).

Hoje há na região além dos sindicatos, outras formas de organizações que lutam pela terra e pela permanência nela, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf) e Federação dos Trabalhadores agricultores e agricultoras do Estado do Pará (Fetagri), sendo que a última congrega atualmente os STTRs.

Nesse contexto, vale destacar que muitos posseiros foram protagonistas dentro desse processo de luta e conquista da terra na região Sudeste do Pará, por intermédio do movimento sindical, que a partir de suas resistências conseguiram que diversas famílias viessem a possuir terras através dos Projetos de Assentamentos (PAs), que foram criados nessa região.

Essa porção do estado do Pará, a partir da década de 1920, vê sua economia mudar. Antes da década citada a principal atividade econômica da região era a extração do caucho², com a queda do preço da borracha, a economia precisava se reinventar e aí a castanha do Pará³ é vista como a saída para a crise econômica que estava se instalando, em especial no território do sudeste do Pará .

É importante tratar aqui, mesmo que brevemente, do Polígono dos Castanhais no sudeste do estado do Pará que se constituiu por meio de grupos de famílias tradicionais da região que “nas décadas de 50 e 60 exerceram o monopólio comercial da castanha-do-pará quando o extrativismo da castanha ocupava posição proeminente na economia paraense”, (EMMI; MARIN; BENTES, 1987), tais grupos denominados oligárquicos pelas autoras, mantinham o controle econômico da região.

A partir da década de 70, esses poderes oligárquicos começaram a declinar, devido às ações do governo federal na Amazônia, com o intuito de modernizá-la para fins de dotar o

¹ Hoje a sigla passou a ser STTR, antes era composta somente por um “T” que significava trabalhadores, com o reconhecimento das mulheres na luta pela terra, acrescentou-se mais uma letra “T” na sigla, dessa forma fazendo alusão aos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

² Caucho é uma árvore nativa do Brasil, dá uma goma chamada látex, que se faz a borracha, com a qualidade um pouco inferior a da seringueira, no entanto, para se colher o látex é necessário a derruba das árvores do caucho o que ajudou ainda mais a economia desse período se esgotar. Mesmo que o preço da borracha não houvesse caído, essa economia não duraria muito exatamente pelo esgotamento das árvores. Cf, Otávio Guilherme Velho *.Frente de expansão e estrutura agrária estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia.*

³ É uma árvore de grande porte, muito abundante no Norte do Brasil. No Sudeste do Pará foi à economia durante várias décadas e seu monopólio foi o motivo de diversos conflitos nessa região.

território com uma infraestrutura técnico-política que viabiliza os interesses do capital nacional do Centro Sul e internacional.

Nesse momento os trabalhadores rurais passaram a se organizar em sindicatos e iniciou o processo de ocupação dos castanhais, esse processo ganhou força e relativizou a autonomia das oligarquias, já abalada pela política instalada pela União, decorrente da federalização das estradas federais e, consigo, das terras.

Por outro lado, os “donos dos castanhais” elaboraram estratégias contrapondo a luta dos trabalhadores posseiros. É a partir daí que surge o chamado Polígono castanheiro do Tocantins que visava a garantia de posse dos castanhais à oligarquia, pois essa elite agrária alegava a necessidade de preservação ambiental, embora muitos já estivessem desmatando a área para utilização da madeira e conversão da floresta em pasto, não passando de um discurso para assegurar seu território, mesmo com essa estratégia o polígono nunca chegou a ser legalizado pelo governo brasileiro.

Nessa disputa pelo território dos castanhais, muitos posseiros que ajudaram na conquista da terra se constituem em uma militância⁴ envelhecida ou em alguns casos, já falecida. Portanto, é necessário fazer um resgate da trajetória geográfica desses sujeitos por meio da memória referente ao processo de luta e conquista do território.

Memória nesse contexto está relacionada à história de vida, que corresponde a uma metodologia que ajudará na reconstrução do passado; terá o papel, nesse trabalho, de resgatar uma história através da memória das pessoas que participaram da trajetória geográfica de um sujeito específico na região Sudeste do Pará; O termo resgate é utilizado aqui pelo fato do sujeito a ser estudado se encontre falecido.

Essa trajetória não está somente relacionada com os lugares por onde ele passou, mas também a importância e o legado que essa trajetória deixou grafada no território. Memória e trajetórias geográficas são conceitos fundamentais dentro deste trabalho científico, pois uma complementar a outra. Vale ressaltar que através da memória podemos manter vivo o passado e relacioná-la com o presente. Nesse contexto se fará o resgate de história de vida do “Seu⁵ Almir Ferreira Barros”, que foi posseiro, colono e sindicalista, falecido em 2015, e que ajudou de forma significativa na luta e conquista da terra na região, onde através da influência

⁴ A partir do momento que se ingressa em um movimento ou partido você é militante dele, o apoia, vai para as reuniões, será admirador, será militante. (conceito de militância de acordo com a visão do sindicalista Antônio Gomes, atual Coordenador da Fetagri Regional Sudeste, (Entrevista adaptada)).

⁵ Era uma forma de tratamento que demonstrava respeito a Almir Ferreira Barros devido sua idade já avançada.

da igreja católica se inseriu e ajudou a criar e fortalecer as organizações sindicais, principalmente nas décadas de 70, 80 e 90.

Miranda (2001, p. 10) cita, em sua dissertação de mestrado, que Seu Almir foi um homem simples, no entanto, rico em experiências, que a levava a compreender as dinâmicas das lutas camponesas e indígenas como poucas pessoas.

Com base nessas afirmativas buscamos compreender nesse trabalho o seguinte problema de pesquisa: Como os posseiros se construíram na luta pela terra no sudeste do Pará, considerando a história de vida e as trajetórias geográficas do seu Almir?

Compreendemos que a luta dos posseiros no sudeste do Pará para possuir e tirar seu sustento da terra consistiu em um processo de organização e resistência; Mediante a isso pretende-se responder as seguintes questões específicas:

1. Como se deu a construção socioterritorial do posseiro como um dos sujeitos na luta pela terra no Sudeste do Pará?
2. Quais os eventos históricos-geográficos que fazem parte da história de vida do seu Almir e que permitem compreender a construção social do posseiro como um dos sujeitos na luta pela terra?
3. Quais os territórios que compõe as trajetórias geográficas do seu Almir e que revelam a dimensão territorial da construção do posseiro na luta pela terra?

Na construção da história de vida pretendemos como objetivo geral analisar a territorialização da luta posseira no sudeste do Pará considerando as trajetórias geográficas do seu Almir. Para este fim, propomos alguns objetivos específicos:

1. Analisar a construção socioterritorial do posseiro como um dos sujeitos importantes na luta pela terra no Sudeste do Pará;
2. Identificar e analisar os eventos histórico-geográficos que fazem parte da história de vida do seu Almir e que permitem compreender a construção social do posseiro como um dos sujeitos na luta pela terra;
3. Cartografar os territórios que compõe as trajetórias geográficas do seu Almir e que revelam a dimensão territorial da construção do posseiro na luta pela terra.

Essa pesquisa surgiu da necessidade de se fazer a reconstrução da memória da luta pela terra no sudeste do Pará a partir da história de vida e das trajetórias geográficas dos posseiros. Nesse contexto, a reconstrução se dará pela história de seu Almir, migrante, posseiro, colono, que contribuiu de forma significativa nesse processo de luta e conquista da terra no sudeste do Pará, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Sindicatos de trabalhadores rurais.

Outro aspecto que justifica a pesquisa é que história de vida dentro da geografia ainda é pouco trabalhada ficando mais no campo da sociologia e da antropologia, daí surge o desafio de um aprofundamento maior nesse campo pouco explorado pelos geógrafos. A construção da pesquisa usando a história de vida como metodologia é um desafio necessário e importante no campo metodológico da geografia. Portanto, esse estudo poderá levar outros acadêmicos do curso de geografia a encarar o desafio da pesquisa dentro da história de vida através da história oral, além de, em termos sociais, ajudar a sociedade a compreender a dinâmica atual tanto das conquistas da terra como das organizações sociais através da relação espaço-tempo.

Trabalhos de autores como Guerra (2013), Pereira (2013, 2014) e Michelotti (2010) tem conduzido o processo intelectual desse projeto ajudando na delimitação territorial da pesquisa, além de subsidiar a compreensão de alguns conceitos.

A inter-relação da geografia com a história oral é um dos desafios desse trabalho; nesse contexto foram feitas leituras sobre a principal metodologia da pesquisa, que é a história de vida; Sobre a temática, podemos citar Durham *et al.* (1986), que traz a reflexão sobre alguns problemas em relação a dois campos, a partir dos quais é aberto um espaço para a história de vida e para a história oral tendo como base duas pesquisas realizadas. Durham destaca que nessa metodologia o que se espera não é que a história de vida nos forneça um quadro real e verdadeiro de um passado próximo ou distante, o que se espera é que a partir dela, da experiência concreta de uma vivência específica, possamos reformular nossos pressupostos e hipóteses sobre um determinado assunto. Além disso, com Durham ficou evidente que trabalhar a história de vida e a história oral é um desafio, pois podemos através das entrevistas termos relatos verdadeiros e não tão verdadeiros assim.

A dissertação de mestrado da professora Elis Miranda (2001) foi essencial porque traz como principal mentor de pesquisa um personagem onde sua história de vida nos leva a percepções sobre as transformações sócio espaciais e políticas no Sudeste do Pará; esse trabalho não é uma descrição sobre o personagem, mas sim, sua trajetória e a importância da mesma dentro desse processo sócio espacial da região. Essas leituras foram essenciais para compreensão da metodologia da pesquisa.

Para desenvolvimento da pesquisa foram feitos levantamentos bibliográficos sobre a luta pela terra no sudeste do Pará tendo como principais autores, Assis (2007), Guerra (2013) e Pereira (2013-2014), que trazem em suas obras uma contextualização dessa realidade na região.

Além do levantamento bibliográfico realizou-se, pesquisa documental, por intermédio, de fotografias, jornais, curta-metragem tendo como objetivo filtrar o maior número de informações possíveis sobre a trajetória do sujeito estudado.

Para desenvolvimento dessa pesquisa, foram feitas viagens para realização de entrevistas e pesquisa documental, nos municípios de São Domingos do Araguaia e Palestina do Pará, algumas entrevistas realizou-se no município de Marabá; foram ainda visitadas a Fundação Agrária do Tocantins Araguaia e a Comissão Pastoral da Terra em Marabá em busca de arquivos que pudessem auxiliar na construção da história de vida de seu Almir.

Como Seu Almir é falecido, através da história de vida pretende-se encontrar um quadro, o mais completo e verdadeiro possível das suas vivências como posseiro, colono e sindicalista. Além disso, a produção de uma cartográfica se faz necessária tanto para representação quanto para espacialização das trajetórias geográficas do seu Almir, sendo também uma importante ferramenta da linguagem geográfica.

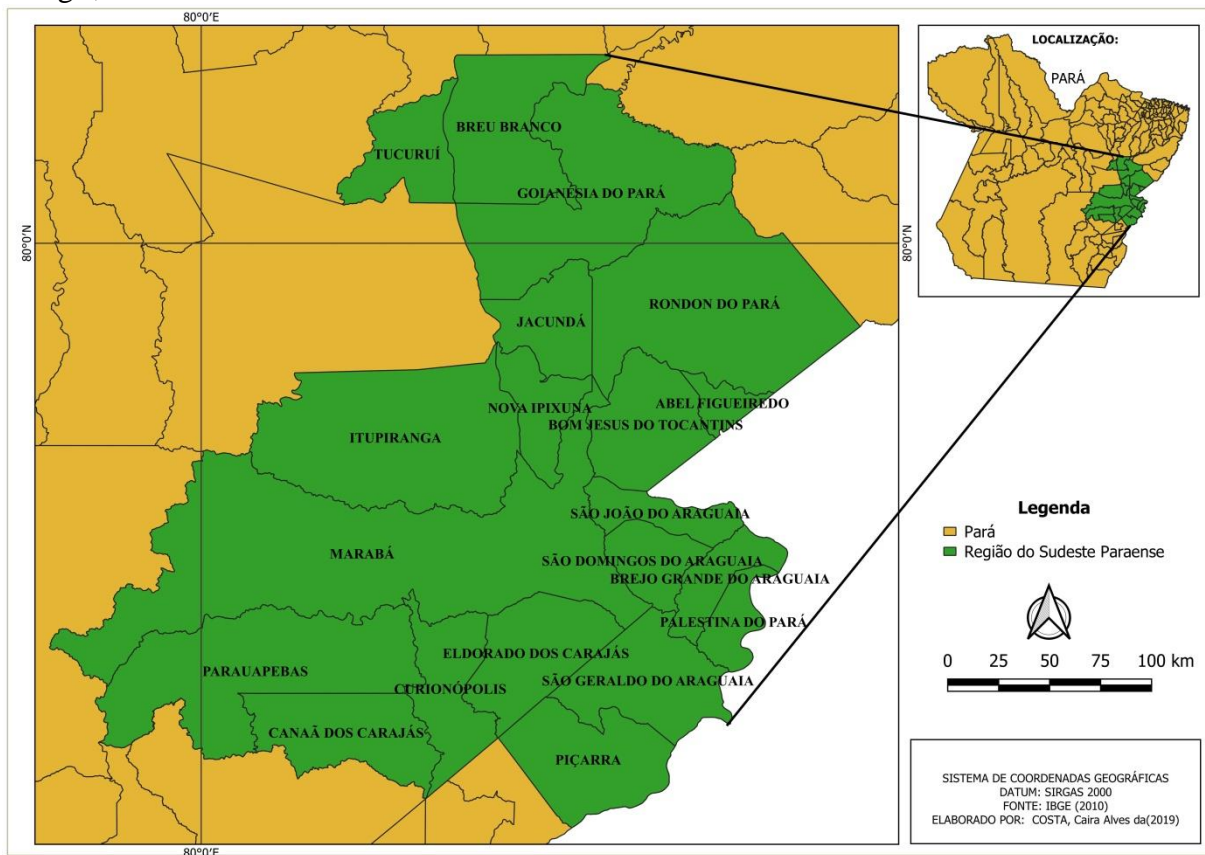
Essa pesquisa está estimada em três capítulos, a saber, primeiro capítulo que está dividido em três momentos: referencial teórico-conceitual da pesquisa, histórico da formação territorial do sudeste do Pará e o posseiro no sudeste do Pará. O Segundo capítulo, que trará os eventos históricos-geográficos da história de vida de seu Almir Ferreira Barros, e o terceiro capítulo que abordará os territórios que compõem as trajetórias geográficas do seu Almir.

CAPÍTULO I

FORMAÇÃO TERRITORIAL DO SUDESTE DO PARÁ

A formação territorial do sudeste paraense a partir da ação posseira é de fundamental importância em face da necessidade de entender o processo de resistência e, conseqüentemente, do conflito como linha motora da história dessa sub-região que é constituída por 20 municípios, como mostra o Mapa (01) abaixo, tomando como referência a espacialização elaborada pela Fetagri.

Mapa 1 - Municípios que compõe a região Sudeste do Pará, segundo Regionalização da Fetagri, 2019.



A espacialização definida pela Federação ocorreu no ano de 1996, motivada principalmente pela necessidade de reorganização e aproximação dos municípios e STTRs do estado à Fetagri paraense, cuja sede está localizada em Belém do Pará. Essa reorganização foi necessária devido à extensão territorial do estado e a pressão dos sindicatos da região sudeste do Pará em relação à Fetagri que não conseguia acompanhar de maneira efetiva todos os STTRs.

Com efeito foi pensada uma proposta de regionalizar a Federação e, assim, foram criadas dez regionais, a saber: do Salgado, das Ilhas do Marajó, do Baixo Amazonas, da Transamazônica e Xingú, da Tocantina, Bragantina, Guajarina e BR 163. A região sul do Pará, assim denominada pelo IBGE, foi dividida em duas regionais, quais sejam a do Sul e a do Sudeste do Pará. Essa última sub-região foi constituída inicialmente por 17 municípios, a saber: Marabá, Itupiranga, Nova Ipixuna, São João do Araguaia, São Domingos do Araguaia, Jacundá, Bom Jesus do Tocantins, Palestina do Pará, São Geraldo do Araguaia, Piçarra, Brejo Grande do Araguaia, Rondon do Pará, Abel Figueiredo, Canaã do Carajás, Parauapebas, Curionópolis e Eldorado do Carajás. e depois agregou mais três, Goianésia do Pará, Breu Branco e Tucuruí. É nessa sub-região sudeste do Pará onde se concentra a trajetória de luta pela terra do seu Almir. Os critérios adotados pela Fetagri para essa regionalização se deram através da especificidade econômica, social e ambiental de cada regional.

Vale ressaltar que antes da regionalização elaborada pela Federação, na tentativa de ter um olhar voltado para a região, foi criado a FATA (Fundação Agrária do Tocantins Araguaia⁶) que tinha como um dos seus objetivos direcionar atenção ao MSTTR (Movimento dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares) dessa região.

A necessidade de uma entidade representante dos STTRs atuantes era necessário nessa sub-região sudeste, devido à dois motivos. O primeiro se refere a existência de diversos conflitos por terra, concorrendo para uso da violência por parte da oligarquia agrária; e, segundo, o distanciamento físico da Fetagri fazia com que ela não fosse tão atuante na sub-região sudeste do Pará. Daí “a decisão de regionalizar a atuação da Federação por meio da criação de Coordenações Regionais [que] só foi tomada oficialmente no III Congresso Estadual, em março de 1996” (ASSIS, 2007, p.113).

Tecidas essas considerações iniciais no que concerne a regionalização do território do sudeste paraense, tendo em vista os critérios e a própria construção histórico-geográfica da Fetagri, a qual se confunde com a trajetória do seu Almir, compreendemos a formação territorial como a construção e transformação do espaço geográfico, que se constrói a partir da valorização desse espaço⁷, materializando-se em momentos históricos diferentes, e que

⁶ A FATA foi fundada em 1988 e durante alguns anos foi um espaço reservado à primeira EFA (Escola Família Agrícola) da região, no entanto, hoje o espaço da FATA está sendo usado para realização de formações para agricultores e a FETAGRI Regional Sudeste instalou sua sede no espaço desde janeiro de 2015.

⁷ Para Moraes (2000, p.16-17) “[...] a valorização do espaço se transforma historicamente. Suas manifestações concretas ocorrem guiadas pelas determinações gerais do modo de produção em que estão contidas” e pode “ser aprendida como processo historicamente identificado de formação de um território”. Valorização de um espaço acontece com o processo de apropriação e transformação desse espaço natural em social criando valor através do trabalho.

Moraes (2000, p. 17) vai chamar de “contínuo em movimento”, pois a formação territorial não é estática, onde com o passar do tempo algumas características do espaço pode permanecer mais suas funcionalidades mudam.

Moraes (2000, p. 18) destaca também que:

Território é um espaço social, que não pode existir sem uma sociedade que o crie e qualifique, logo inexistente como realidade puramente natural, sendo construído com base na apropriação e transformação dos meios criados pela natureza.

Entende-se dessa forma que o território não se cria por si só, ele é resultado da apropriação do espaço por determinados agentes sociais, onde desenvolvem movimentos (processos histórico-geográficos) particulares, mas articulados ao movimento geral da sociedade.

Os diversos grupos que migraram para essa sub-região, por exemplo, apropriaram-se do espaço (sudeste do Pará) e se territorializam. Em se tratando de espaço e tempo, apresentam uma manifestação abstrata no âmbito universal (modo de produção), mas como são produzidos socialmente, desenvolvem uma materialização concreta no contexto de uma sociedade particular (formação econômico social).

Desta forma, espaço, tempo e território se relacionam. Não é possível compreender o espaço sem relacioná-lo com o tempo e vice-versa. É nesse espaço que os fenômenos acontecem formando os territórios, cuja feição e lógica de apropriação é dinâmica, (re)definindo-se no tempo, para atender as necessidades (que são mutáveis) da sociedade que os produzem.

Para que o território dos posseiros se constituísse, por exemplo, foi necessário um tempo de luta em um espaço específico (sudeste do Pará) para que o mesmo se formasse. O resultado relativamente positivo da luta posseira está diretamente relacionado com o tempo de luta e o espaço em que essa luta ocorreu e o evento⁸ que ela gerou resultou na formação de um território. A história de seu Almir se desenvolveu nesse contexto de uma sociedade, denominada de posseiros, que lutava pela terra como meio de sobrevivência, e que se apropriaram de um território e ali criaram uma identidade. Guerra (2013, p. 17) define de forma breve, posseiro “como aquele que luta coletivamente pela terra, dela tirando o seu sustento”. Esse foi o papel executado pela diversidade de migrantes posseiros que vieram para essa região em busca de melhorias de vida, principalmente a partir da década de 1970 atraídos pela propaganda do Governo Federal que prometia terras e facilidades para viver na Amazônia. Miranda (2017, p. 120) vai dizer de forma mais ampla que posseiros são:

⁸ Cf Santos, Milton. *A natureza do espaço* (2006).

Sujeitos cuja relação com o território é singular, pois por definição não podem ser enquadrados como sem-terra, embora em determinados períodos possam vir a se encontrar expropriados da terra, visto que detém sua posse e não sua propriedade; mas igualmente não são colonos provenientes de colonização oficial, por isso vivem na insegurança de sua permanência territorial, com uma situação social precária devido não serem reconhecidos enquanto donos da sua terra (MIRANDA, 2017, p. 120).

A relação do posseiro com o território de fato é singular, é uma categoria que difere dos demais sujeitos do campo pela sua forma de organização e apropriação do espaço para se territorializar.

Essa singularidade se dá porque o posseiro não é um sem terra necessariamente, na maioria das vezes ele já está na terra, ele também não é um beneficiado com um lote da colonização oficial (GUERRA, 2013). Como teoricamente ele já tem a terra, não pode se encaixar nessa denominação, como também só tem a posse da terra não pode ser denominado de proprietário, ele apenas possui a terra de forma insegura, tem uma identidade com essa terra, e dela sobrevive. Além disso, o posseiro dessa região se diferencia por suas histórias de luta e resistência, atrelada inicialmente ao extrativismo e posteriormente a produção agrícola e pecuária.

Houve luta pela terra no sudeste do Pará e essa permanece até os dias de hoje, mas no contexto atual a resistência não é contra os agentes sociais denominados “donos de castanhais” como foi outrora, uma vez que o sistema capitalista se reinventa e se apropria de novas formas de exploração.

Primeiro há penetração de uma frente agropecuária especulativa, depois a investida do grande capital industrial e financeiro⁹, esse novo sistema tão pouco se importou com os trabalhadores que estavam na terra (HÉBETTE *et al.*, 2004). Esse sistema “dá população pouco se importa, senão pela disponibilidade da força de trabalho barata, resultante da destruturação do modo de produção tradicional e da expropriação dos camponeses” (HÉBETTE *et al.*, 2004, p. 89). Com a entrada dessas novas formas de exploração se apropriando do território, o sudeste paraense complexificou a luta posseira.

É nesse contexto de valorização do espaço do sudeste paraense que o território vai se formando e as disputas geradoras de conflitos e mortes foram se acentuando nessa região. Há nesse debate duas categorias distintas sobre o território, o que Haesbaert (2007, p. 24) vai chamar de “Território como símbolo, valor simbólico” que tem o sentido de valor de uso e

⁹ O Estado teve um papel fundamental dentro desse processo, e ele mesmo entrega á transformação capitalista da Amazônia para as multinacionais principalmente com os incentivos fiscais, fazendo com que fosse atraído capital privado para essa porção do Estado do Pará, e acontece a implantação de diversas empresas na região, já que a região tinha um grande potencial econômico como jazidas de minérios, abundância em madeira e um grande potencial energético, tanto que houve a implantação da Hidrelétrica de Tucuruí.

outro “Território como recurso” como valor de troca, sendo o valor de uso ligado à afetividade com o lugar (posseiros) e o valor de troca está relacionado com o valor da produção (empresas capitalistas).

Cada grupo tem sua forma de uso e apropriação/e ou dominação do espaço, de acordo com seu interesse específico, quando os interesses de grupos distintos se contradizem inicia-se as disputas por poder para domínio e regulação do uso desse dado espaço.

De acordo com Moraes (2000, pg. 15):

Toda sociedade para se reproduzir cria formas [...]. Formas que obedecem a um dado ordenamento sociopolítico do grupo que o constrói, que respondem funcionalmente a uma sociabilidade vigente, a qual também regula o uso do espaço e dos recursos nele contidos, definindo os seus modos próprios de apropriação da natureza.

Os agentes econômicos¹⁰ incentivados principalmente por incentivos fiscais do governo federal se apropriaram desse território de forma abrupta sem levar em consideração os sujeitos que já viviam nesse espaço, expropriando-os. Com abertura das estradas, um grande número de camponeses migrou para essa região, e além dos posseiros que aqui já estavam terem que resistir a investida do grande capital na região, ainda entrou em conflito com essa nova leva de camponeses, que em muitos casos, tentavam se apropriar das terras que já estavam ocupadas.

São agentes com intenções distintas em relação à terra; os posseiros se associavam para conquista da terra e essa terra tem um significado diferente para essa categoria, pois existe pertencimento pela terra, não sendo vista como mero espaço de produção, indo muito além disso, o posseiro cria identidade com esse território, com essa terra. Vale lembrar que cada grupo tende a regular o espaço a partir de suas intencionalidades, e os posseiros se territorializaram porque queriam terras para plantar e dela sobreviver. No entanto, os agentes econômicos atrelados ao capital mercantil e/ou financeiro desejam grandes extensões de terras para explorar em troca de lucro; nesse contexto, observam-se diferentes intencionalidades no mesmo espaço, correspondendo ao fator gerador da disputa pelo território no sudeste paraense.

A posse e controle da terra é uma forma de unificação dos posseiros e sua constituição como categoria também se dá em torno dela (GUERRA, 2013). A terra, ainda de acordo com o autor citado, representa muito mais do que o local onde os posseiros desenvolvem atividades produtivas, é também casa, abrigo, independência e liberdade.

¹⁰ “Projetos agropecuários aprovados pela SUDAM [...], complexo madeireiros, programas de mineração e um conjunto de edificações necessárias aos desdobramentos previstos de sua expansão econômica, a saber: hidrelétrica, ferrovia, estradas pioneiras, núcleos urbanos e aeroportos”. (ALMEIDA, 1986, p.265).

Podendo dizer que a terra é “território como símbolo” Haesbaert (2007, p. 24), o lar e abrigo do posseiro, onde ele cria identidade com o lugar, seu espaço social.

No entanto, na década de 1970, os posseiros dessa região objetivavam desenvolver essas características por meio da conquista da posse da terra, e para isso vivenciaram tempos extremamente conflituosos pelo fato desse momento as áreas “livres” de castanhais que poderiam ser usadas por essa classe estava sendo dominado pela elite agrária que já detinha poder sobre outras áreas de castanhais por intermédio do sistema de aforamento e arrendamento, esse processo será discutido dentro da contextualização da formação territorial do sudeste do Pará no tópico a seguir.

1.1 Histórico da Formação Territorial do Sudeste do Pará

A sub-região sudeste do Pará tem como uma de suas bases históricas as diversas ocupações posseiras que ocorreram em áreas de castanhais principalmente às margens das estradas. Esse processo de ocupações desencadeou forte reação dos grupos que eram intitulados “donos dos castanhais”, contra os posseiros, um processo que durou varias décadas chegando nos anos 1980 haver um índice elevado de mortes decorrente dos conflitos.

No início do século XX, as principais atividades desenvolvidas no sudeste do Pará era a extração da castanha sazonalmente; o garimpo; e agricultura de subsistência, as quais permitiram muitos migrantes começarem a se territorializar na região. Nesse período Marabá, principal polo econômico e político do sudeste do Pará, em 1913 se separa de São João do Araguaia¹¹, que foi uma colônia militar fundada em 1850, tendo como um de seus objetivos evitarem extravios de ouro e fuga de escravos (EMMI, 1999, p. 28), e ganha autonomia municipal, em 1927 ao se tornar sede da comarca.

Antes da castanha, a sub-região pesquisada teve um período da sua economia ligada à extração do caucho¹², mas com seu declínio, a coleta da castanha ascende. Nesse primeiro momento, que vai de 1920 a 1927, a coleta era “livre”, apesar da dependência que os coletores eram submetidos aos comerciantes locais. Essa seria a primeira fase da frente extrativista da castanha, um sistema “livre” no sentido que os coletores do fruto tinham a liberdade de imergir na mata e não eram subordinados a um patrão, no entanto, a dependência existia em

¹¹ Município localizado aproximadamente 52 quilômetros de distancia da Sede de Marabá-PA.

¹² A extração do caucho nessa região atraiu migrantes, sobretudo, do Maranhão e do Norte do Goiás, também do Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia e outros Estados, (VELHO, 2009), e foi um momento importante economicamente dessa sub-região.

relação aos donos de barracões onde adquiriam dívidas antes mesmo de coletarem as castanhas.

A segunda fase se deu com o sistema livre sendo trocado, a partir de 1925, pelo processo de arrendamento, apoiado pelo governo do estado do Pará que tinha interesse político nesse novo sistema. Aqui podemos já visualizar o início de um domínio privado sobre os castanhais, que possibilitou a dominação econômica e política da então denominada “oligarquia do Tocantins” (EMMI, 1999). Famílias tradicionais como os “Chamon, de origem libanesa, e Deodoro de Mendonça monopolizaram os negócios das castanhas nas décadas de 20 e 30 e na década de 50 acontece à ascensão da família Mutran, outra família tradicional da região, somando-se e ao grupo de monopólio” (Schmink; Wood, 2012, p.199).

Na década de 50 a família dos Mutrans protagonizou sua ascensão na região através do comércio da castanha o que implicou na aquisição de terras. Emmi (1999, p.71-87) destaca que “essa ascensão teve implicações sobre a terra e recursos florestais: ao final da década, os Mutrans controlavam 45.135 hectares em Marabá e São João do Araguaia”. Esse controle se dava através das concessões de longo prazo permitidas através da legislação agrária estadual e que eram denominadas de *aforamento perpétuo*.

Essas concessões foram liberadas pela Lei nº1947 de 1920 “que previra o aforamento perpétuo em terras devolutas para a indústria extrativa de produtos vegetais” (EMMI, 1999, p.77). Aqui se dá o pontapé inicial para a concentração de terra pela elite oligárquica na região sudeste do Pará que tinha controle sobre o poder político, econômico e social, dessa forma até os castanhais denominados de “livres” passaram para domínio desse grupo, pois as leis permitiam a compra e o aforamento de terras devolutas do estado.

De acordo com Michelotti (2010, p. s/n), “com a garantia de uma posse permanente da terra *através do aforamento perpétuo* não apenas os investimentos nas benfeitorias dos castanhais aumentaram, mas também se ampliou a formação de pastagens artificiais e a criação de gado associado ao extrativismo da castanha”. Essas novidades conquistadas através da pressão das oligarquias trouxeram essa vantagem, pois, agora podiam adquirir um arrendamento indefinido dos castanhais.

Os conflitos e a violência são evidentes nesse período, não só com posseiros, mas agora com uma série de sujeitos envolvidos, pois “com a expansão do extrativismo da castanha nas décadas de 20 e 30 também acarretou violentos confrontos com índios gavião e Kayapó quando os castanheiros se aventuravam nas terras dos índios” (SCHMINK; WOOD, 2012, p.200).

Através do *aforamento perpétuo* a disputa não se dá mais somente pelo domínio do mercado como aconteceu na época do caucho, aqui a disputa toma forma pela apropriação e domínio de grande extensão de áreas de castanhais, assim, o latifúndio foi sendo implantado, trazendo problemas aos castanheiros que já eram explorados quando o sistema era “livre”, visto que com o novo sistema adotado a exploração da força de trabalho humano se intensifica.

Emmi (1999, p. 72) destaca que a partir desse momento “é o dono do castanhal quem estima, estipula o preço do hectolitro¹³ que não será trocado por dinheiro, mas por mercadorias do barracão, que são vendidas por preços muito superiores aos seus custos”. Ainda de acordo com Emmi (1999, p.76):

A fonte de riqueza e do poder desses grupos repousava sobre o monopólio do crédito (aviamento), do transporte e, aos poucos, sobre o controle dos castanhais. Tudo isso lhes permitia auferir os maiores lucros no processo de comercialização. A isso se acrescentava o controle dos próprios castanhais pelo sistema da dívida e pela força organizada (jagunços).

Deodoro de Mendonça é um exemplo de apropriação de imensas áreas de castanhais, sua posição política como secretário geral do Estado facilitou apropriação indevida de 11 castanhais na região sudeste do Pará e, assim, outras famílias tradicionais também conseguiram esse domínio sobre grandes extensões de terras apoiadas pelas Leis que na verdade incentivaram, para além da coleta extrativista, a apropriação indevida e formação de latifúndios em áreas públicas (EMMI, 1999).

No período de 1930 a 1950 com a nova Lei de Terras, entra em vigor outra forma de apropriação dos castanhais que eram os arrendamentos, o interessado solicitava o contrato de arrendamento com a justificativa de tempo de moradia no local ou por denúncias de irregularidades de outros que havia explorado os castanhais na safra anterior (EMMI, 1999, p. 100).

Ainda na década de 1930 enquanto as elites se debruçavam sobre o mercado da castanha e apropriação de grande extensão de terras, Velho (2009, p.61) destaca que aos poucos vai sendo criada uma pequena agricultura de beira de rio, que se localizava no que ele denominou de “território menos cobiçado”, essa atividade se dava para subsistência, mas seu excedente era vendido nas feiras e mercados de Marabá que foram criados também na década de 30. A criação de gado continuava para consumo local, mas em pequena escala, dentro dos próprios castanhais. “No entanto, é esse próprio consumo local que criará algumas premissas para o desenvolvimento da pecuária” (VELHO, 2009, p.62).

¹³ Medida que corresponde a 100 litros, era usada para medir a castanha para comercialização.

Em decorrência da segunda guerra mundial, na década de 1940, a região perpassa por uma crise sofrida pela queda da demanda externa por castanha. Nesse momento “Marabá se volta para outro setor econômico que foi a exploração de diamante, a jazida se localizava em São João do Araguaia”. (EMMI, 1999, p. 90).

A economia da castanha foi um dos momentos históricos mais longos e mais importantes e através dele que se constituíram os grandes latifúndios da região sudeste do Pará. Com os *aforamentos perpétuos* e o crescimento da pecuária, os castanhais, onde antes eram permitidas as explorações livres, diminuíram de tamanho, as delimitações de terra começaram a ser feitas e os conflitos envolvendo limites de áreas se intensificaram, a concentração de terra cresce e com isso ocorre o processo de expropriação dos posseiros, pois em 1950 já havia um grande quantitativo de migrantes que se encontravam na condição de posseiros nessa região.

A luta pelo território desenvolvido pelo movimento posseiro passa a se intensificar, sobretudo, no momento de transição entre a economia da castanha para a pecuária, que ocorre a partir de 1960. Diante dessa resistência as oligarquias da castanha que estavam em crise buscam se rearticular. É importante frisar que as oligarquias tinham relação direta com o bloco de poder do Estado, no entanto, com a entrada de outras formas de economia, especialmente ligada ao capital estrangeiro, esses grupos veem seu poder estremecido.

As diferentes opções de trabalhos que surgem para os antigos castanheiros constituem um problema para os donos de castanhais, habituados a ter à disposição mão-de-obra abundante, subordinada às relações de dependência de tipo paternalista. Pela primeira vez, o movimento da população sai do controle das oligarquias. (EMMI; MARIN, 1998, p.7).

Nesse momento a terra ganha à condição de mercadoria e começa a ser especulada. Igualmente se observa que o imperativo espacial condicionou a atividade humana onde o recurso é apropriado pelo “trabalho morto”, ou seja, pelas tecnologias que surgiram a partir desse contexto (MORAES, 2000), nesse caso específico, podemos citar a construção da hidrelétrica de Tucuruí, o Projeto grande Carajás, a abertura de estradas, de Bancos, casa de comercio, etc. Esses itens formaram um conjunto de elementos que favoreceram essa nova apropriação do espaço e ajudaram a desarticular, em um primeiro instante, o poderio das oligarquias, mas que posteriormente, se reinventam.

Por outro lado essa oligarquia criou condições de se articular a partir de ações conflituosas que envolviam grupos de trabalhadores rurais recém-chegados, moradores antigos e tribos indígenas, que se “chocavam” com os representantes dessa oligarquia da castanha (e também, com os empresários capitalistas que migravam para a região) (MIRANDA, 2017, p. 113).

Ainda de acordo com Miranda (2017, p. 113-114), baseado em (EMMI; MARIN, 1998), entre as estratégias para se rearticularem, os “donos de castanhais” entravam nos castanhais do povo, interrogava a atuação dos órgãos federais, e as famílias oligárquicas buscaram se fortalecer politicamente na região, através de suas próprias candidaturas. Vale destacar que há famílias que até os dias atuais atuam na política local.

Para (EMMI; MARIN, 1998, p.8) nesse momento “mais numerosos do que os proprietários são os posseiros que se instalaram nas terras devolutas, constituindo um componente novo com que se confrontam os antigos donos do poder”.

Na década de 1960 há uma intensificação de migrantes, que se dá com o início da abertura das estradas na região, essa nova leva de migrantes não se limita apenas a pequenos lavradores, mas, médios fazendeiros migrando, sobretudo, das regiões de Minas Gerais e da Bahia (HÉBETTE, *et al.*, 2004), e grandes fazendeiros, sendo que alguns já eram de Marabá e outros de fora.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi criado nessa década e tinha como papel principal “[...] executar a estratégia de distribuição controlada da terra” (MIRANDA, 2001, p.43). Houve a criação do programa de colonização da Amazônia pelo governo militar que previa entre outros aspectos a distribuição de lotes as margens da Transamazônica, mas que para tal não levou em consideração os trabalhadores que já estavam nessas terras.

Nessa circunstância o programa prejudicou diversos posseiros que viram seus lotes com suas benfeitorias já constituídas sendo divididos com os novos migrantes, isso gerou tensão e prejuízos aos trabalhadores que já estavam há mais tempo na região (PEREIRA, 2014).

A partir de 1980, Marabá, que é uma das cidades mais importantes no Sudeste do Pará, muda seu contexto histórico-econômico, agora suas terras são voltadas para pecuária e para mineração de Carajás, para além dessa mudança, passa a ser área de Segurança Nacional.

Nessa década é criado o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) pelo decreto nº 1.767, de 1º de fevereiro de 1980, sua jurisdição abrangia cerca de 200.000 km envolvendo assim o sudeste do Pará e outras regiões próximas no estado do Goiás e Maranhão e era subordinado ao Conselho de Segurança Nacional. Essa situação momentânea faz com que a oligarquia perdesse parte de sua influência local, sobretudo, política. (EMMI; MARIN, 1998, p.9).

O GETAT foi criado e tinha como um dos objetivos controlar o conflito agrário na região por meio da regularização fundiária, já que o INCRA não estava desenvolvendo esse

papel, mas de fato o foco era programar a política fundiária que beneficia o capital estrangeiro e nacional – Projetos agropecuários e minerais. Fora extinto em 1987 e suas atribuições passadas para o INCRA que também não priorizou os posseiros, grupo que em contrapartida iam se territorializando por conta própria. Mediante a essa nova frente de expansão que aumentou a disputa por terra, os posseiros continuaram a luta por conquista de território, sua territorialização nessa fase se daria mediante a resistência aos médios e grandes fazendeiros, aos projetos capitalistas e as investidas do Estado.

Os conflitos gerados por essa disputa territorial se intensificaram e o índice de violência contra os posseiros aumenta na década 1980 ocorrendo inclusive chacinas. De acordo com Assis (2007, p.42), “[...] após a criação do GETAT e do PGC, o número de assassinatos cresceu no estado do Pará chegando ao pico em 1985”.

Além do GETAT teve o Programa Grande Carajás (PGC), criado na década de 1970, e tinha como objetivo realizar uma combinação entre projeto de extração mineral, produção agropecuária, e exploração de madeira, fazendo com que a economia se fortalecesse, mas, como afirma Assis (2007), só dinamizou, juntamente com o GETAT, mais conflitos com os trabalhadores e aumentou a concentração de terras para formação de latifúndios.

“Esses conflitos opunham grupos de trabalhadores rurais recém-chegados ou de moradores antigos mais os grupos indígenas, aos representantes da oligarquia da castanha e os componentes da empresa capitalista que se expandiu na área” (EMMI; MARIN, 1998, p.9).

Na luta da oligarquia pelo território, ter grandes extensões de terras significava poder nessa região, concorrendo para que houvesse confronto entre esse grupo e o “INCRA/GETAT”. A grande imprensa (não diferente dos dias atuais) noticiava que na região “quadrilha de pistoleiros” estaria invadindo castanhais, quando na verdade se tratava de posseiros, essa foi uma forma absurda que a elite oligarca encontrou para disfarçar a violência ao qual era direcionada por seus jagunços aos posseiros (EMMI; MARIN; BENTES, 1987).

Posseiros que buscavam ocupar um “pedaço de terra” improdutiva com títulos definitivos ou de aforamentos. Observa-se aqui um grupo oligárquico elitista que é capaz de qualquer ação em prol da manutenção do poder, que não levou/leva em consideração a necessidade do outro, a identidade criada e amor pela terra.

A política partidária sempre esteve relacionada com a economia da região, na verdade, na formação territorial da região sudeste paraense, o poder político e econômico sempre estiveram entrelaçados, principalmente no meio da crise e tentativa de rearticulação da

oligarquia da castanha. Em 1983, Jader Barbalho¹⁴ assume o governo do estado do Pará, dentro de suas promessas eleitorais estava criar ações de benefícios aos pobres, além de “criticar” a questão de haver muitas terras nas mãos de poucos e poucas nas mãos de muitos. No entanto, não passava de discurso, posteriormente foi promovido a Ministro da Reforma agrária e o benefício que fez foi em favor da oligarquia contradizendo seu posicionamento anterior.

Portanto, dentro desse modelo os posseiros nunca obtiveram apoio efetivo do Estado, que prometera projeto de colonização, mas que não foram eficazes, mediante a isso, buscaram fortalecimento nos sindicatos de trabalhadores rurais, como mencionado anteriormente, eram dominados pelo Estado civil-militar (1964-1985), mas que a partir de 1980 são reapropriados pelos posseiros. Temos como exemplo o Sindicato de São João do Araguaia que foi assumido pelo então posseiro/colono Almir Ferreira Barros.

Para se pensar a reapropiação dos sindicatos foram abertos espaços para esse fim nas reuniões das CEBs. Assis (2007, p. 78) destaca que:

No Pará, particularmente, na região sudeste do estado, a luta dos posseiros apoiada pela Igreja Católica e outras agências de mediação, teve um papel determinante no surgimento e consolidação das oposições sindicais e na construção de um sindicalismo ativo e aguerrido.

As CEBs eram organizadas nas periferias das cidades e em áreas rurais onde se encontravam os posseiros oprimidos pelo capital que se expandia pela região, por meio de projetos agropecuários e minerais (MIRANDA, 2017). Vale ressaltar que a organização para reapropiação dos sindicatos não foi um processo rápido, levaram anos para se concretizarem, por exemplo, a retomada do Sindicato de São João do Araguaia levou aproximadamente 10 anos. (ASSIS, 2007)

Com o tempo, os castanhais foram ganhando outras formas, agora através da implantação da pastagem em grande extensão de terras para agropecuária e também pela apropriação das madeireiras, fato esse que não diminuem os conflitos, pois além da elite que ora detinha monopólio ilegal sobre a terra dos castanhais, agora os componentes das empresas capitalistas os transformaram em terras com outra forma de uso, que necessita de mais acumulação para comportar o novo sistema de apropriação.

Guerra (2013 p. 95) destaca que:

O quadro era de intensa movimentação no campo, com antigos oligarcas da castanha tentando manter o controle sobre a área e fazendeiros capitalistas, de um lado, contra pequenos agricultores, em sua maioria posseira, resistindo às investidas de caráter violento tentando expulsá-los.

¹⁴ Sujeito que se mantém no meio político até os dias atuais, tendo sido reeleito Senador “representando” o Estado do Pará recentemente.

Uma característica dos posseiros que vale frisar é que eles lutavam e ocupavam as terras coletivamente, faziam a demarcação dos lotes e já iniciava o plantio de suas roças de forma individualizada e dela “tirava seu sustento”. A luta pela terra no sudeste do Pará se dava “basicamente pelo enfrentamento direto dos trabalhadores com os proprietários de terra na área litigiosa ¹⁵” (PEREIRA 2013, p. 201).

Nos enfrentamentos os trabalhadores contavam com o apoio de organizações como a igreja católica e a partir da década de 1980 com os STRs de Itupiranga e de São João do Araguaia que foram criados em 1974 e 1976, respectivamente, mas inicialmente foram sindicatos criados sob o domínio do Estado e que eram por esse motivo omissos às questões dos posseiros.

Somente na década de 80 é que esses Sindicatos são tomados por lideranças posseiras ou que havia sido, e a partir de então os posseiros tem o sindicato como um instrumento de enfrentamento de seus inimigos. Vale destacar que de acordo com Guerra (2013, p. 95) para que o STR de São João do Araguaia fosse “tomado” da direção dos pelegos,

A comissão Pastoral da Terra desenvolveu, junto a lavradores radicados na região, intenso trabalho de formação sindical por meio de agentes de pastoral e animadores de comunidade, o que resultou na composição de um chapa que tomou a direção do sindicato (GUERRA, 2013, p. 95).

Já o sindicato de Marabá foi fundado em 1980, em 1982 teve o advogado que representava a entidade assassinado, um processo de violência contra lideranças posseiras e sindicais que se perpetua até os dias atuais. Na década de 1980 há um acentuado processo de ocupação posseira nas áreas de castanhais, o que pode ser explicado pelo apoio das organizações dadas a esses sujeitos contribuindo para a existência de um momento de intensas lutas e resistências, que culminou em inúmeras mortes de trabalhadores pelo poder oligárquico, dessa forma, “o posseiro se constrói neste ambiente de tensão e violência” (GUERRA, 2013, p. 98).

Entender a história da ação posseira em conjunto com as organizações sociais é de suma importância para compreensão da formação territorial dessa região, levando em consideração o que Moraes (2000, p.18) frisa sobre o território que “é um produto socialmente produzido, um resultado histórico da relação de um grupo humano com o espaço que o abriga”. Portanto, a formação territorial dos posseiros nessa região desencadeou por

¹⁵ Terras contestáveis, onde há disputa.

seus processos de luta a conquista de diversos Projetos de Assentamentos existentes hoje nessa região.

No sentido de tentar compreender a formação territorial do sudeste do Pará, buscamos analisa-la a partir da história e das estratégias da organização socioespacial dos posseiros no próximo tópico.

1.2 O posseiro no Sudeste do Pará

Os posseiros dessa região são sujeitos que migraram de forma induzida, sobretudo, do nordeste brasileiro em busca de terras na Amazônia. Se antes essa categoria adentrava o máximo possível nos castanhais, com abertura das estradas, os novos migrantes vão se territorializando às margens da Transamazônica.

Os posseiros eram um grupo unido, apesar de suas especificidades, suas relações um com os outros se dava principalmente pela cumplicidade, onde havia divisão dos alimentos, inicialmente com a caça, depois de suas próprias criações e plantios na área de posse, trocavam serviços, por intermédio do chamado mutirão¹⁶ para a “brocagem” dos espaços onde seria feito o plantio das culturas alimentícias o que denominavam como “roças”.

Se o “dono” da terra fosse violento, enquanto um grupo fazia o “broco” outros exerciam o papel de vigia, em uma espécie de busca pela proteção dos posseiros. Vale ressaltar que apesar dos posseiros manterem uma boa relação entre si, não significa que não havia algum tipo de conflito nessa construção sócio espacial; trata-se de sujeitos diferentes, muitas vezes de regiões distintas, com um desejo em comum, uma terra para morar e trabalhar.

Os posseiros antes de ocuparem uma área realizavam reuniões onde discutiam como se daria o processo de ocupação. Mesmo antes de se ter um movimento organizado, como é o exemplo dos sindicatos, esses sujeitos tinham seu modo de organização. Com a entrada do sindicato como apoio, essa organização passa a instruir os posseiros como proceder nas ocupações.

Em um caso específico, em que seu Almir Ferreira Barros, que é o personagem central dessa pesquisa para entender a territorialização da luta posseira nessa região, já era presidente do Sindicato de São João do Araguaia, um grupo de posseiros desejava ocupar o

¹⁶ Mutirão era uma atividade que se dava logo após os posseiros dividirem os lotes na área de posse, se juntava um grupo de posseiros e faziam uma espécie de atividade coletiva de ajuda mútua, nesse momento faziam-se as primeiras aberturas no lote para que o posseiro pudesse iniciar seu plantio.

Castanhal Caracol na década de 1980, hoje parte do PA Veneza, localizado no município de São Domingos do Araguaia, um ex-posseiro pioneiro desse castanhal, o Sr. Raimundo Conceição¹⁷, relata o apoio que seu Almir deu para que eles ocupassem a área do castanhal e como se organizava a partir da entrada dos Sindicatos:

O representante do sindicato dava instrução pra gente, como se localizar na terra, era pra gente não vender, não brigar entre si para não atrapalhar a desapropriação. O Almir fazia reunião com a gente, depois marcava reunião com o INCRA, no dia da reunião os posseiros que podia ia pra lá, e os que ficavam, depois os que iam discutia o que tinha acontecido na reunião. (Entrevistado Raimundo Conceição Martins da costa, entrevista concedida em agosto de 2017).

É possível notar o papel e a importância do sindicato como mediador no processo de ocupação e conquista da terra nessa região através da resistência posseira. É o sindicato que dá as diretrizes de como agir desde o momento da ocupação, como se portar dentro do lote, até a mediação com os órgãos do Estado, principalmente no momento de ampliação da hegemonia do capital externo.

O sindicato foi uma estratégia da luta posseira contra os donos dos castanhais e contra os novos agentes econômicos. No entanto, vale lembrar que antes da atuação do sindicato junto ao movimento posseiro, o movimento tinha as CEB's e MEB (Movimento de Educação de Base) através da igreja católica como aliadas, a igreja católica teve um papel importante na organização dos movimentos socioterritoriais dessa região.

Miranda (2001, p. 58) afirma que “enquanto as CEBs tinham como objetivo organizar politicamente as comunidades, o MEB prestava assistência educacional às comunidades que se encontravam em estado de abandono por parte público”. Dentre os papéis exercidos pela igreja nessa região está o de formadora de lideranças, por onde muitos posseiros iniciaram seu processo de militância através desse trabalho de base realizado pela igreja católica.

As CEBs foram estimuladoras e auxiliadoras do movimento posseiro na década de 1970 e do movimento sindical. Fernandes (2005, p.31) destaca que “os movimentos socioterritoriais para atingirem seus objetivos constroem espaços políticos, especializam-se e promovem espacialidades”. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi implantada na região sudeste do Pará em 1976, também teve papel fundamental no fortalecimento do movimento posseiro, principalmente juridicamente. As delegacias sindicais que eram extensão dos sindicatos e geralmente se localizava nas áreas de posse, elas faziam o papel de levar as informações/demandas dos posseiros aos sindicatos.

¹⁷ Raimundo Conceição Martins da Costa foi posseiro da área de Castanhal Caracol, posteriormente o INCRA criou o Projeto de Assentamento Veneza e seu Raimundo passou a ser assentado.

Assis (2007, p. 82 apud HÉBETTE¹⁸ (2004), ressalta que:

Os diversos tipos de associações, que surgiram com o apoio da Igreja, se transformaram na principal ferramenta de solidariedade e luta. Organizados em associações, enfrentavam ameaças de pistoleiros e da polícia, buscavam o apoio de agências do governo e fora dele. (ASSIS, 2007, p. 82 apud HÉBETTE, 2004).

A criação das associações pelos posseiros com incentivo da igreja foi uma estratégia que vale destaque, pois através das associações foi possível a organização dos trabalhadores, e, conseqüentemente, seu fortalecimento. Assis (2007, p.89) também destaca que:

Os posseiros fortalecidos pela ação da Igreja e de outras entidades de apoio buscavam cada vez mais o espaço das organizações formais como mecanismo de reconhecimento político, afirmação de suas demandas, acesso a recursos das políticas públicas (ASSIS, 2007, p.89).

Nesse momento a luta não se baseava apenas em se manter na terra, havia a necessidade de reconhecimento e a retomada dos sindicatos pelos posseiros, já que os sindicatos tinham legalidade, mas ainda eram pelegos. Aqueles que tinham a posse da terra (mesmo de forma insegura) agora lutavam por políticas públicas.

Quanto as mulheres não era comum participarem do momento das ocupações, embora algumas participassem das reuniões. Nesse primeiro momento os homens das famílias ocupavam a área, dividiam os lotes, faziam os barracos que era uma forma de marcar o território, posteriormente, os “broques” eram feitos coletivamente, respeitando a quantidade de cinco a dez pessoas no máximo em cada lote, salientando que ao demarcarem um determinado lote passam para o próximo, até o momento em que todos estivessem devidamente territorializados.

Posteriormente as mulheres começam a aparecer, especialmente para o desenvolvimento da colheita das “roças”, pois é aí que as famílias dos posseiros de fato vêm para o lote. Nesse sentido, cada posseiro já trabalhava individualmente na colheita em seus lotes, agora com o auxílio da própria família. Mas a relação de cumplicidade das vizinhanças permanece principalmente quando se trata da alimentação.

Dentro desse processo de organização e luta pelo território dos posseiros havia uma estratégia chamada de trincheira para barrar ou se defender do inimigo. As trincheiras eram organizadas quando os posseiros estavam de posse de uma terra onde havia ameaça concreta. O posseiro para se defender dos pistoleiros e da polícia que eram mandados pelos fazendeiros faziam trincheiras de pedras, onde um grupo ficava escondido nas margens das estradas observando e passando informações para os posseiros que estavam nos lotes.

¹⁸ HÉBETTE, J. Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004.

Os posseiros dessa região na luta pelo território enfrentaram muitas adversidades, Fernandes (2005, p. 30) vai dizer que “os territórios se movimentam também pela conflitualidade. O território é espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência”. De fato, a luta dos posseiros para se territorializar se encaixa dentro dessa colocação de Fernandes quanto ao que é o território, onde há interesses divergentes, há conflitualidade, pois o que se disputa também são projetos de desenvolvimento territorial.

A resistência posseira se deu também nos momentos em que resistiram as pressões para venda de seus lotes, quando houve apresentação de títulos falsos das áreas em que estavam ocupando com o intuito de pressionar a saída das famílias da área. Não podemos esquecer das contratações de pistoleiros para matar os posseiros e suas famílias, sem temor matando as esposas e filhos. Pereira (2013, p. 137) enfatiza que as mulheres dos posseiros também faziam parte do processo de luta e resistência:

Elas não só ajudavam os homens nos serviços das roças, nas construções de casas e nas reuniões, mas foram também vítimas da violência não só porque viram os seus esposos, filhos, pais e amigos sendo torturados e assassinados, mas porque foram estupradas, espancadas e também assassinadas (PEREIRA 2013, p. 137).

No entanto, apesar das inúmeras violências sofridas pelos posseiros, essa luta para se territorializar e, em certo momento, para não serem desterritorializados foi o embrião para que nos dias atuais a região sudeste paraense tivesse diversos Projetos de assentamentos rurais, condição territorial para que de fato os posseiros se firmassem na terra, embora de forma insegura e precária por faltar assistência por parte dos órgãos públicos.

Em 1985 com a criação do Ministério da reforma agrária e desenvolvimento (MIRAD) surgiu a esperança desse processo acontecer, no entanto, mesmo com a pressão posseira, os assentamentos criados não supriram totalmente as demandas, na verdade foi mais um benefício em prol dos “donos de castanhais” que puderam lucrar com as vendas dos castanhais com preços elevados para fins de criação de assentamentos da Reforma Agrária.

Os assentamentos são de suma importância tanto para as famílias que neles residem quanto para a economia da região, pois comprovadamente são os territórios de pequenos agricultores que produzem alimentos para o sustento do campo e da cidade, na região aqui citada não é diferente, tendo uma grande diversificação de produção com base no trabalho familiar e muitos são heranças do período da luta posseira.

Portanto, fica evidente a importância da atuação do posseiro como um dos sujeitos de destaque na formação territorial do sudeste paraense a partir da luta pela terra no Sudeste do Pará merecendo destaque por suas lutas e resistência.

CAPÍTULO II

EVENTOS HISTÓRICO-GEOGRÁFICOS DA HISTÓRIA DE VIDA DE SEU ALMIR

Nesse capítulo pretendemos identificar e analisar os eventos históricos-geográficos que fazem parte da história de vida do seu Almir e que permitem compreender a construção social do posseiro como um dos sujeitos na luta pela terra.

Para compreendermos essa construção através da história de vida, faz-se necessário entendermos a conceituação de história oral que é uma das metodologias usadas para efetivação dessa pesquisa.

Há vários conceitos que podem ser aplicados à história oral¹⁹, mas nesse trabalho entendemos que “a história oral é uma alternativa para estudar a sociedade por meio de uma documentação feita com o uso de depoimentos gravados em aparelhos eletrônicos transformados em textos escritos” (MEIHY, 2005, p.17-18). A história oral se constrói a partir do uso de equipamentos eletrônicos (embora seja um evento novo), e a narrativa de pessoas que viveram ou participaram de momentos ou eventos que resultaram em um documento, no caso específico dessa pesquisa, a história oral está reconstruindo, através da memória, a história de vida de seu Almir.

Para além do exposto, a história oral tem um papel fundamental no resgate das trajetórias que nos levam a compreender a construção social dos sujeitos. “[...] a história oral implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. E isso marca a história oral como história viva” (MEIHY, 2005, p.19). Essa história é indissociável do espaço, o qual é produto e produtor dessa narrativa, e por seu turno, possui um lugar de fala, que define as memórias imbricadas nela, bem como sua linguagem, suas referências espaciais do mundo e as experiências, que em nosso trabalho demarcam a experiência da escassez (SARTRE, 1979) dos sujeitos que com o intuito de construir outras experiências sociais, disputam o território com o latifundiário, daí a importância de se destacar a dimensão territorial nas histórias orais que aqui serão exploradas.

A história oral apesar das críticas recebidas é uma metodologia com capacidade de recriar trajetórias de vidas esquecidas, ela contribui de modo que as pessoas reconheçam que

¹⁹ Cf os conceitos discutidos por MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2005, p. 17-60; 107-147.

elas também são ou foram importantes dentro de um determinado processo ou tempo, que foram historicamente significativamente (THOMSON; FRISCH; HAMILTON, 2006).

Nesse sentido, propomos o resgate da trajetória histórico-geográfica do seu Almir através da história oral de vida, cuja memória da sua luta posseira no sudeste do Pará permite que se mantenha viva a necessidade de se reatualizar a luta pela terra. Dessa forma, a história oral é uma maneira de fazer com que as trajetórias não sejam esquecidas e, assim, a identidade de um determinado grupo ou sujeito perdida, pois,

A história oral é um procedimento, um meio, um caminho para produção do conhecimento histórico. Traz em si um duplo ensinamento: sobre a época enfocada pelo depoimento - o tempo passado, e sobre a época na qual o depoimento foi produzido - tempo presente, (DELGADO, 2010, p. 16).

Essa metodologia é uma forma de inclusão social, tendo grande relevância, pois ajuda na reconstrução de memórias não apenas de elites como outrora, mas também daqueles que são marginalizados. “Memória e identidade são as matérias essenciais da história oral” (MEIHY, 2005, p. 58). Dentro da história oral,

O que foi passado contido na memória é dinâmico como a própria memória individual e grupal: Enquanto a narrativa da memória não se consubstancia em um documento escrito, ela é mutável e sofre variações que vão desde a ênfase ou a entonação até os silêncios e disfarces (MEIHY, 2005, p. 61).

Ainda de acordo com Meihy (2005, p. 63):

Memórias são lembranças organizadas segundo uma lógica subjetiva que seleciona e articula elementos que nem sempre correspondem aos fatos concretos, objetivos e materiais. As memórias podem ser individuais, sociais ou coletivas. A independência delas se explica pela capacidade de individuação. No entanto é preciso deixar claro que a memória individual, para a história oral, só tem sentido em função de sua inscrição no conjunto social das demais memórias [...].

A memória é passível de esquecimento, pode sofrer mudanças, no entanto, não torna o resultado dela inconfiável, por isso a estratégia de realização de várias entrevistas, com entrevistados diferentes, é uma forma de confrontar os dados de todas as narrativas fazendo com que se tenha um resultado mais próximo do real possível. Meihy (2005, p. 62) destaca que “memória, imaginação, representação e estratégias são bases que sustentam qualquer narrativa sobre o passado e o presente”.

Delgado (2010, p.38), enfatiza que “a memória atualiza o tempo passado, tornando-o tempo vivo e pleno de significados no presente”. A luta posseira e a militância sindical do seu Almir serão reconstruídas através da memória dos sujeitos que fizeram parte dessa trajetória geográfica, o que faz esse estudo não ser individualizado, pois há outros sujeitos que

fizeram parte dessa trajetória, a reconstrução dessa história de vida a tornará viva no presente, como destaca acima, Delgado.

Halbwachs (1968) salienta sobre a memória que,

[...] quando ela se dispersa por entre alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades para as quais esses fatos não interessam mais porque lhes são decididamente exteriores, então o único meio de salvar tais lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem (HALBWACHS, 1968, p. 80-81).

Portanto, entende-se que é importante “salvar” a história de vida de seu Almir pelo que ele representou para a luta pela terra no sudeste paraense. É a história oral que vai dá sentido e preencher os “vazios” ainda existentes em sua trajetória e que vão explicar um ou mais eventos que envolvem o meio social desse sujeito. É através dessa metodologia associada à memória e a história de vida que os sujeitos no presente compreenderão o passado. A história oral de vida “[...] trata-se da narrativa do conjunto da experiência de vida de uma pessoa”, (MEIHY, 2005, p. 147). Aqui objetiva entender a forma de organização e compreender a construção social do posseiro como um dos sujeitos na luta pela terra, através das narrativas sobre a vida de seu Almir.

Para Bourdieu (1986, p. 185),

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar Para (BOURDIEU, 1986, p. 185).

Bourdieu (1986) faz essa crítica por entender que a história de vida é construída como uma cronologia, no sentido linear, como se fosse uma história inventada. Entendemos que a história de vida é a metodologia que melhor se aplica nessa pesquisa, porém, concordando com Bourdieu, não a faremos a partir de uma perspectiva historicista e linear, pois entendemos que a história oral nos remete a processos de continuidades e discontinuidades espaço-temporais, que nos permite entender a história e a geografia dos sujeitos de maneira processual e não factual.

A história de vida narra à trajetória de um sujeito ou de um grupo, e para além dos relatos há documentos que podem comprovar a narrativa dos sujeitos. Nesse contexto, a história de vida vai reconstruir a trajetória de seu Almir, sobretudo, na luta e conquista da terra no sudeste paraense onde todos os eventos que fizeram parte da sua vida, em especial a partir de 1972, constituirão a trajetória de vida proposta nessa pesquisa.

2.1 Proposta interpretativa da trajetória geográfica

Russel²⁰ (1948,1966, p. 289 *apud* SANTOS, 2006, p.93) vai dizer que “um evento resulta de uma série de instantes”, ou seja, de uma série de acontecimentos. Seu Almir dentro da sua trajetória geográfica fez parte de uma série de instantes, a citar alguns: posseiro, colono, presidente de associação no campo, sindicalista, entre outros. Esses instantes ocorridos dentro da trajetória de seu Almir constituíram um evento que foi a reconstrução da organização posseira por meio dos sindicatos e da Fetagri no sudeste paraense, que culminou com a territorialização da luta pela terra mediante a criação de diversos projetos de assentamentos.

É importante destacar que é necessário a distinção dos eventos. Há os eventos naturais e os eventos sociais ou históricos, onde o primeiro está relacionado com acontecimentos que são oriundos da própria natureza, um terremoto, por exemplo, é um evento natural. Já os eventos sociais ou históricos se dão através da ação humana, aqui o trabalho e a informação estão presentes através do movimento da sociedade (SANTOS 2006). É a segunda categoria que essa pesquisa fará uso.

Dentro desse debate teórico, Santos (2006, p. 93) vai dizer que “o evento também pode ser o vetor das possibilidades existentes numa formação social [...]”. Nesse caso especificamente trata se de um evento passado, é uma possibilidade já realizada. Santos (2006, p. 95) ainda ressalta que “os eventos mudam as coisas, transformam os objetos, dando-lhes, ali mesmo onde estão, novas características”. A resistência posseira deu novas características para essa região quando de fato conquistaram a terra.

Os posseiros no Sudeste do Pará foram protagonistas de diversos instantes em busca de uma possibilidade, qual seja, a conquista e a permanência na terra. A conquista e permanência ocorreram, ou seja, um evento real ao qual resultou de uma possibilidade realizada, porque possibilidade é tudo aquilo que é possível.

O autor citado usa Lefebvre²¹ (1958) para destacar que dentro do contexto da possibilidade, o momento é a tentativa de realizar totalmente essa possibilidade. Nas décadas de 1920 a 1980, os posseiros visaram, através da resistência, a conquista e/ou permanência na terra, a total possibilidade dentro desse contexto (momento histórico-geográfico) foi de fato a conquista dessas terras que se tornam uma realidade concreta.

²⁰ RUSSELL, Bertrand. *Human Knowledge, Its Scop and Limits*. New York, George Allcn/Unwin, 1966.

²¹ LEFEBVRE, Henri. *Critique de la vie quotidienne*. Vol. I: Introduction. Paris, L'Arche, 1958.

Ainda na reflexão sobre possibilidade e eventos relacionando com o sudeste paraense, na região havia várias possibilidades praticáveis, inclusive, a de impedimento da conquista e/ou permanência na terra por parte dos posseiros. Latifúndio, mineração e apropriação privada por parte dos agentes hegemônicos eram três possibilidades já realizadas, a conquista da posse da terra é um evento que ocorreu no meio dessas possibilidades realizadas, não que o latifúndio e o processo de mineração não tenham se fortalecido, no entanto, pelas suas relações de forças hegemônicas, poderiam ter levado ao impedimento da construção do território posseiro, embora, como já discutido no capítulo anterior, tenha sido por luta e resistência desses sujeitos subalternos.

Levando em consideração que o evento pode ser o vetor das possibilidades, chega-se a conclusão que o incentivo do governo militar para que houvesse a ocupação da Amazônia, foi um evento motivado por instantes, ou seja, projetos de territorialização de agentes econômicos articulados ao capital internacional, mediante a implantação de projetos de mineração e agropecuários, motivando posseiros, grileiros, empresas, entre outros, migrarem para essa porção do estado do Pará em busca de ocupar esses espaços, tudo isso ocorreu em um lugar que “é o depositário final, e obrigatório, do evento” (SANTOS, 2006, p. 93), nesse caso, a região sudeste do Pará que é o espaço delimitado para essa pesquisa.

Os instantes que foram cruciais para a conquista e permanência dos posseiros na terra se deram em um “ponto-evento” (EDDINGTON²² p. 45,1968 *apud* SANTOS, 2006, p.94), que se dá através de um ou mais instantes do tempo e de um ou mais pontos no espaço, conforme o esquema abaixo:



Ou seja, os instantes que fazem parte da luta posseira e que reconstruirá a trajetória ao qual nos propomos acontece no espaço-tempo das décadas de 70 a 90, e o ponto do espaço é a sub-região sudeste do Pará. É aqui que os eventos históricos-geográficos que fazem parte da história de vida do seu Almir acontecem, mas precisamente a partir de meados da década de 1970. Estamos tratando portanto de um evento passado, mas que seu resultado impacta

²² Eddington, Sir Arthur. *Space, Time and Gravitation, an Outline of the General Relativity Theory* (1° ed., 1920). Cambridge, Cambridge University Press, 1968.

positivamente até aos dias atuais, é o que Santos (2006, p. 94) vai chamar de “presente passado”.

Os eventos ocorrem em um determinado tempo e lugar, eles passam por se esgotarem, e não se repetem. Na transição da década de 1980 a 1990 a luta posseira no sudeste paraense se esgota e surge na região à luta dos sem terras²³ que é um evento com novas características. “Os eventos são, pois, todos, novos. Quando eles emergem, também estão propondo uma nova história” (SANTOS, 2006, p. 94).

Além de propor uma nova história, os eventos provocam mudanças no espaço onde ele acontece, ou melhor, os sujeitos transformam o espaço com o intuito de realizarem uma determinada intencionalidade. A luta posseira foi essencial para que fosse quebrada a hegemonia, a priori, dos donos dos castanhais, fazendo com que muitos posseiros conquistassem de fato a terra, esse evento teve efeito de transformação no território do sudeste do Pará. No momento atual há grupos que detêm concentração de terra na região, no entanto, se não houvesse a resistência posseira, muito provável que não houvesse a quantidade de assentamentos hoje no sudeste paraense. Santos (2006) aponta que os eventos não se dão de forma isolada, mas estão cada vez sendo frutos de organização. Não diferente, os posseiros se fortaleceram exatamente quando se organizaram e fizeram a retomada dos sindicatos, processo que ocorre em outras escalas geográficas e é proveniente de um contexto de lutas sociais em âmbito nacional, especialmente pela redemocratização do Brasil.

Tratar sobre evento nessa pesquisa é importante, pois “é através do evento que podemos rever a constituição atual de cada lugar e a evolução conjunta dos diversos lugares, um resultado da mudança paralela da sociedade e do espaço” (Santos, 2006, p. 101). Dessa forma, é através dos eventos históricos-geográficos da vida de seu Almir que propomos compreender a luta posseira nessa região.

Os eventos e trajetórias se aproximam, pois os eventos são frutos de uma série de instantes e que não se formam de apenas um momento. “Os eventos sucedem uns aos outros, daí pode-se falar em uma ordem de eventos, sua ordem temporal” (SANTOS, 2006, p. 100) Da mesma forma a trajetória se constrói a partir de um movimento dinâmico, é um conjunto de ações socialmente construídas através do espaço e tempo, ela não se constrói por si só, necessita de elementos motivadores e agentes no seu processo de construção, assim como os eventos, as trajetórias não se dão de forma isolada.

²³ Outra categoria de luta pela terra que também objetiva a terra, no entanto, suas formas de organizações são diferentes da luta posseira.

A trajetória de vida de seu Almir no processo de luta e conquista da terra não se deu de maneira independente, durante toda sua trajetória, ligada à luta pela terra, desde sua inserção nesse processo, ele sempre esteve acompanhado de outros sujeitos que tinham a mesma perspectiva de luta e resistência para conquista da terra. Vejamos abaixo o trecho de uma entrevista realizada com dona Cledeuse²⁴.

[...] Quando seu Almir se tornou presidente (do sindicato) aí ele encampou a luta, apoiou os ocupantes da terra, descobriu os títulos, as terras que não era titulada, que se diziam dono mais não eram porque não tinha documento. Então seu Almir fez muito esses trabalhos de procurar nos cartórios todos os títulos da terra, e os trabalhadores aqui tinham ele para nós representar e nós para ocupar os espaços [...]. (Entrevistada Cledeuse Maria Bizerra Oliveira, entrevista concedida em 15 de novembro de 2018).

O contexto dessa entrevista se dá quando na década de 1980 é formado uma Junta governativa²⁵ para retomada do Sindicato de São João do Araguaia, quando o sindicato foi retomado, seu Almir foi eleito presidente da entidade, e a partir daí, passou de forma efetiva ajudar na conquista da terra, por intermédio da busca de subsídios que pudessem de fato provar que a terra almejada ou pertenciam ao estado ou não cumpria sua função social.

De acordo com esse trecho da entrevista fica evidente que a trajetória do seu Almir não aconteceu de forma individualizada, houve uma importante coletividade para que as conquistas ocorressem. Portanto, trajetórias não ocorrem de forma individual, de fato há particularidades no sujeito em questão, mas sua trajetória não teria sentido se houvesse ocorrido de forma isolada, levando em consideração que a trajetória não se dá de forma independente de outros sujeitos, em outras palavras, é um construto social. As trajetórias se realizam a partir da ação coletiva dos sujeitos que produzem os eventos, e esses, por sua vez, grafam o espaço e o redefinem, transformando-o socialmente. Em suma, os eventos são produtos de instantes que se produzem em um tempo e em um espaço, logo, em um ponto-evento, e o conjunto desses pontos-eventos que constroem a trajetória.

Todos os fenômenos ocorrem em um tempo-espaço, mas as trajetórias histórico-geográficas não ocorre de forma diferente se levar em consideração que o movimento do tempo e do espaço se dá de modo unitário conforme destaca Santos (2006), ou seja, tempo e espaço estão intimamente unidos, levando em consideração que “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de

²⁴ Cledeuse Maria Bizerra Oliveira, mulher que na década de 1980 já estava fortemente envolvida na luta pela terra e hoje faz parte do Movimento das Quebradeiras de coco. Foi entrevistada pela autora em São Domingos do Araguaia em 15 de novembro de 2018.

²⁵ Junta Governativa era uma direção temporária do STTR até que uma nova eleição fosse organizada e realizada.

ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2006, p. 39).

É nesse espaço de contradições que os eventos históricos-geográficos que fazem parte da história de vida do seu Almir acontecem, tratando-se aqui dos eventos ocorridos a partir de sua inserção na luta pela terra no sudeste do Pará, onde, de um lado, havia um vasto conjunto de terras sendo apropriadas indevidamente por grupos que detinham poder e, por isso, se achavam no direito de explorar a terra que desejasse, mesmo que isso significasse derramamento de sangue inocente e, por outro lado, trabalhadores migrantes despossuídos de bens em busca de terras para sobrevivência.

Harvey (2006, p. 12) ressalta que “um evento ou uma coisa situada em um ponto no espaço não pode ser compreendido em referência apenas ao que existe somente naquele ponto. Ele depende de tudo o que acontece ao redor dele [...]”. A trajetória de vida de seu Almir que se deu pelo conjunto de vários eventos ocorridos em um tempo-espaço, não dependeu apenas dele, mas sim de diversos outros eventos que ocorreram inclusive em outras escalas geográficas, bem como de fatores e sujeitos que estavam ao seu redor, aqueles que somaram para a conquista da terra e aqueles que foram oposição a essa luta e conquista.

A Trajetória histórico-geográfica do seu Almir viabilizou a conquista de parte de territórios na região sudeste paraense, levando em consideração que trajetória de vida de uma pessoa nesse contexto, se dá por um conjunto de acontecimentos e sujeitos envolvidos, sujeitos esses que se identificaram devido à relação com um dado espaço (MORAES, 2000), especificamente a sub-região que compõe o sudeste do Pará.

Nessa trajetória houve uma forte disputa pelo território, já que nesse espaço particular, a conquista da terra, tanto por sujeitos hegemônicos - principalmente pela valorização desse espaço, o que viabilizaria grandes negócios para esse grupo – quanto por aqueles denominados de contra-hegemônicos - por necessitarem de um lote para cultivar e viver - sempre foi motivo de disputa e conflitos (MIRANDA, 2017).

A luta posseira foi constituída por sujeitos que sonhavam em ter uma vida melhor através da posse da terra nessa região, e “[...] toda formação social é também territorial, pois necessariamente se especializa” (MORAES, 2000, p. 18). Dessa forma, fica claro que os posseiros foram sujeitos importantes no processo de territorialização do sudeste do Pará já que “[...] o território é um produto socialmente produzido [...]” (MORAES, 2000, p. 18). Portanto trajetória geográfica e território se complementam já que ambos resultam de um processo oriundo de uma construção social.

Para que se compreenda a construção social do posseiro como um dos sujeitos na luta pela terra, levando em consideração os eventos históricos-geográficos que fazem parte da história de vida do seu Almir fez-se necessário buscar principalmente através das narrativas que vem da memória daqueles sujeitos que fizeram parte em algum momento desses eventos.

2.2 Eventos histórico-geográficos da vida de seu Almir

Almir Ferreira Barros nasceu no Município de Montes Altos, localizado no oeste do estado do Maranhão, em 20 de outubro de 1938, filho de trabalhadores rurais, que viviam do cultivo da terra no estado citado, até meados da década de 1950. Nesse período a terra não era disputada, os cultivos podiam ocorrer em qualquer lugar que a família se instalava, em uma espécie de vila, onde várias famílias construía suas casas próximas uma das outras e ali produziam seus alimentos e reproduziam-se socialmente.

Seu Almir nasceu em um período de intensa turbulência política no Brasil, um ano depois da instauração do Estado Novo, que ocorreu em 1937, instituído pelo então presidente Getúlio Vargas, que por pretender se manter no poder utilizava o argumento de que os comunistas pretendiam tomar o poder no país. Vargas então fez uso de um documento falso para fechar o congresso instituindo assim uma nova constituição, efetivando o golpe de 1937 que implantou o Estado Novo, foi um regime de caráter ditatorial e que se estendeu de 1937 a 1945 (JARDIM, 2018).

Em 1945 devido às crises que a porção oeste do Maranhão passava, a família de seu Almir migrou para outro município do estado, chamado Lajeado Novo. Nessa localidade, o pai de Seu Almir falece, motivando uma nova migração da família, agora para Boa Vista, atual Tocantinópolis-TO, que na época ainda pertencia ao Estado de Goiás, onde residia um tio de seu Almir. Dona Patrucina²⁶, irmã de seu Almir, relata sobre esse momento na trajetória da família:

Crise, por causa de crise, eu não lembro porque eu era pequena, mas minha mãe sempre contava pra nós [...], por causa de crise, porque de primeiro as coisas eram muito difíceis, não é? Aí quando as coisas ficavam muito difíceis em um lugar buscava melhorias mudando de lugar, foi por isso, por causa de crise. (Entrevistada Patrucina Ferreira Barros, entrevista concedida em 23 de novembro de 2018).

²⁶ Patrucina Ferreira Barros é irmã de seu Almir, acompanhou parte de sua trajetória de vida no movimento sindical, mora na zona Rural de São João do Araguaia. Foi entrevistada pela autora no Assentamento no qual reside em 23 de novembro de 2018.

A crise econômica²⁷ foi uma das principais motivações de famílias da região Sul do País, e, sobretudo, do Nordeste, migrarem para outras regiões do Brasil. A partir da década de 1970 as migrações se intensificam em direção à região Norte, existindo, em geral, dois grupos sociais importantes, a saber, aqueles que migravam com o objetivo de conquistarem a terra para sobreviverem, como é o caso da família do seu Almir; e um segundo grupo que compreende aos sujeitos mais capitalizados e utilizavam a terra apenas como recurso seja para especulação, seja para exploração agropecuária e mineral. Esses último acabou por ser beneficiado pelos incentivos fiscais e creditícios do governo federal, além se utilizarem da grilagem de terras para se apropriarem de terras dos posseiros, contribuindo para que concentrassem grandes extensões de terras na Amazônia e, particularmente, no sudeste paraense

Acerca dessas migrações Hébette (2004a) enfatiza,

Eram pessoas nascidas no Ceará, no Maranhão, no Piauí, em Minas, e que saíram crianças ou adultos, em busca de terra. Gente sem condições de sobrevivência, expulsos pela violência de seu torrão natal, pela exploração máxima de sua força de trabalho ou pela fome. (HÉBETTE, 2004a, p. 334)

Retornando a década de 40, especificamente em 1945, a nível mundial está chegando ao fim a Segunda Guerra Mundial que teve início em 1939, um ano depois do nascimento de seu Almir, e em nível nacional está se iniciando o processo de “redemocratização” do país mediante ao fim do Estado Novo, com a renúncia de Getúlio Vargas da presidência do Brasil.

Outro fato histórico importante que aconteceu nesse ano e vale destaque é a criação pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e das Ligas Camponesas que foram de suma importância, sobretudo no Nordeste, para o fortalecimento da luta dos trabalhadores do campo que se organizaram em associações (OLIVEIRA, 2007), pois os sindicatos que podiam atuar em favor dessa classe tiveram seus trabalhos suspensos pela repressão do governo de Vargas. No entanto, as Ligas Camponesas foram extintas em 1947, já pelo sucessor de Getúlio Vargas, presidente Eurico Gaspar Dutra²⁸ e só é retomada sua organização em 1954. Assim como as Ligas objetivavam, entre outros aspectos, a efetivação dos direitos dos trabalhadores rurais, a luta posseira no sudeste paraense, almejou o direito à terra e, posteriormente, ao direito de permanência nela.

²⁷ A “crise econômica de 1929” foi uma grande recessão econômica que atingiu o capitalismo internacional no final da década de 1920, atingiu fortemente a América Latina, embora o Brasil tenha buscado se reerguer através da busca de efetivação de uma política estatal que visava defender o emprego e renda, investindo também na construção de uma política de industrialização, no entanto, apesar do esforço, nesse primeiro momento o estado de São Paulo se destaca (CANO, 2015). É imprescindível que essa crise não tenha gerado impactos negativos em regiões como o oeste do Maranhão.

²⁸ Eurico Gaspar Dutra governou o Brasil no período de 1946 a 1951, período esse que antecedeu o governo de Getúlio Vargas (1951-1954).

No final da década de 50, mais precisamente em 1957, a mãe e irmãos de seu Almir migram para o Estado do Pará. Seu Almir opta por permanecer no estado do Goiás morando com um casal ao qual prestava serviços. Dentro do período em que esteve em Boa Vista trabalhou como “marinheiro” que era uma função em que o trabalhador manuseava o motor que transportava cereais de Boa Vista para Belém.

Somente em 1965 é que ele migra para o Pará, para a Região Cajueiro, localizada no município de Brejo Grande do Araguaia, pois sua mãe faleceu e ele decidiu ir para onde seus três irmãos mais novos residiam. Nesse momento seu Almir trabalha por alguns dias em uma empresa e, em seguida, ele “botou” sua primeira “roça” na região:

Ele botou uma roça boa, teve muitos legumes, nós o ajudamos apanhar [irmãos], mas ele era um homem assim que ele não aquietava, ele colheu o legume, ele bateu, deixou uns para nós, outros ele vendeu e desceu para Marabá”, (Entrevistada Patrúcia Ferreira Barros, entrevista concedida em 23 de novembro de 2018).

Em janeiro de 1967 vai para a cidade de Marabá onde por um tempo presta serviços para uma empresa privada, Serra Norte²⁹, onde foi auxiliar de prospecção. Vale ressaltar que a nível nacional desde 1964 o Brasil estava sendo sucumbido pela Ditadura Militar, é nesse período que se cria o lema para a Amazônia “integrar para não entregar”.

Na década de 1950, momento que a família de seu Almir migra para o estado do Pará e a década subsequente em que seu Almir migra também para essa região, são períodos em que estão ocorrendo às aberturas de estradas para “integrar” o Brasil às outras regiões do país. É um período de incentivo governamental para que os trabalhadores migrassem para Amazônia, sob o lema, “terra sem homem, para homens sem terra”, gerando um intenso fluxo migratório.

Lembrando que essa migração antes de se voltar de fato para a Amazônia havia começado por outras regiões, como cita Hébette (2004a, p. 332), “desde a década de 1950, contingentes significativos de migrantes penetravam no extremo oeste do Maranhão e no Norte do Goiás”, seu Almir e família foram migrantes das duas regiões citadas antes de virem para o sudeste do Pará.

Com o incentivo do governo militar empresas se voltam, sobretudo para a região sudeste do Pará, e é nesse local que a empresa Serra Norte se instala, uma descoberta que até os dias atuais geram diversos impactos negativos àqueles que vivem nas proximidades do empreendimento, hoje mais conhecido como Serra dos Carajás.

²⁹ Serra Norte é uma das áreas do complexo de minério explorado na Serra dos Carajás “que é dividido em quatro setores: Serra Norte, Serra Leste, Serra São Félix e Serra Sul”, (COELHO, 2014, p.29).

Muitos migrantes, sem recursos financeiros, como é o caso de Seu Almir, passaram pelo trabalho inicial de prospecção na Serra Norte, assim como suas vidas também se cruzaram com a Serra Pelada³⁰, lá seu Almir também trabalhou nos anos de 81, 82, 83, e até um pouco antes do seu falecimento em 2015, ainda era sócio na Associação de Garimpeiros de Serra Pelada.

Em relação a sua passagem pela Serra Norte, dona Patrucina destaca o trabalho desenvolvido por seu Almir na empresa,

Lá sempre foi um trabalho de quebrar brita, essas britas, tirar minério, quebrava um, não era como agora, a Vale não que tira minério, ele quebrava uma brita para fazer estrada, pra fazer essas coisas, era assim que ele trabalhava lá. (Entrevistada Patrucina Ferreira Barros, entrevista concedida em 23 de novembro de 2018).

As atividades desenvolvidas por seu Almir ocorreram no início da empresa na região, pela fala da entrevistada, fica evidente que ele esteve presente no momento em que se faziam aberturas das estradas, a parte braçal para implantação da empresa exploradora de minério na região. No entanto, em uma espécie de currículo disponibilizado pela viúva de seu Almir, a data e a função do seu Almir na mineradora foram outras, a saber, de 1970 a 1972 trabalhou com máquinas de perfuração e sondagem geológica, na exploração de minério de ferro na Serra dos Carajás³¹.

Além desse trabalho, seu Almir foi Mariscador e “mateiro”³² no município de São Félix do Xingú, no sul do Pará, por um período de aproximadamente três anos. Manteve-se nesse trabalho até descobrir que era ilegal, quando resolve deixar a prática. Foi serralheiro em Santa Rita³³. Antes de se tornar posseiro seu Almir ainda foi coletor e transportador de castanhas do Pará, quanto à coleta, dona Patrucina descreve;

Ele cortava, ajuntava, porque tinha o paneiro de botar nas costas, o pé de bode que é uma coisa de três forquilhas, abre o pau e amarra para pegar o ouriço, ele juntava, cortava e botava no paiol e a tropa “arriava” para a beira do igarapé ou para o barracão, aí a pessoa lavava e entregava para o patrão. (Entrevistada Patrucina Ferreira Barros, entrevista concedida em 23 de novembro de 2018).

Em outro momento enquanto seu Almir já desenvolve a função de “serrador” em Palestina do Pará, ele conhece sua primeira esposa no município vizinho, de Brejo Grande do Araguaia e se casam. Ainda de acordo com relatos de dona Patrucina,

[...] Aí ele conheceu ela, aí casaram e foram lutar juntos, foi um casal lutador, ela também lutou mais ele, foi uma mulher de muita garra, aí foi quando veio à desapropriação da transamazônica, ele já delegado de sindicato, aí ele conseguiu um

³⁰ Maior garimpo a céu aberto do mundo, localizado no município de Curionópolis, Pará.

³¹ Documento com essa informação e outras da trajetória de seu Almir no anexo dessa pesquisa.

³² Sujeito que caçava animais para a tirada e venda da pele.

³³ Vila Localizada no município de Brejo Grande do Araguaia, Pará.

lote de 21 Alqueires [...].(Entrevistada Patrucina Ferreira Barros, entrevista concedida em 23 de novembro de 2018).

Em 1976 seu Almir já morava na Vicinal Santa Rita onde primeiro foi posseiro, detentor de aproximadamente 300 hectares de posse, pois na época que veio para a região tinha muita terra devoluta, no entanto, com o projeto de colonização da Transamazônica, seu lote entrou no projeto, sendo que caiu para 100 hectares que era o tamanho idealizado pelo processo de colonização. Nesse momento seu Almir passa de posseiro à colono da, fato esse que não lhe impediu de “abraçar” a luta e organização posseira na região. Entre as consequências que a colonização trouxe ao seu Almir está a citada abaixo:

Por imposição do INCRA, alguns trabalhadores foram obrigados a optar: ficar com a parte da terra onde estavam as suas casas ou ficar com a parte da terra onde estavam as suas roças. O senhor Almir Ferreira Barros, por exemplo, foi obrigado a abrir mão de parte de seus 42 alqueires (203,2800 ha.) que havia posseado antes do início da construção da rodovia e casar-se no civil para permanecer com uma parcela de terras. (PEREIRA, 2013, p.64).

Há uma divergência entre os dados relacionados ao tamanho do lote de seu Almir antes da colonização. Alguns entrevistados falam em 300 hectares, na citação acima aparece um pouco que mais de 200 hectares, o certo é que todas as fontes destaca que com a colonização seu Almir passou a ter 100 hectares de terra.

Quanto à imposição do INCRA, fez com que seu Almir tivesse que escolher com qual parte do lote ficar, entretanto, uma parte estava sua roça e na outra a pastagem, dessa forma perdendo parte do que havia levado tempo construindo. Mesmo quando seu Almir estava a desenvolver outras atividades, não deixava de plantar a roça, muito provável que essa “herança” tenha vindo de seus pais que sempre foram trabalhadores rurais, antigamente era comum os filhos por necessidade ou por identidade com a cultura, desenvolver as mesmas atividades que outrora era desenvolvida por seus pais.

Enfatizando a questão da colonização na Transamazônica, foi um projeto e objetivava “concretizar um dos feitos do governo civil-militar, após 1964, de orientar os fluxos migratórios para esta parte do território brasileiro vista como um grande vazio demográfico”, (PEREIRA, 2014, p.1), e ainda,

Ao nível do discurso oficial, o deslocamento dos denominados excedentes populacionais do Nordeste “esvaziaria” os conflitos sociais nessa região à medida em que criaria polos de mão de obra favoráveis à expansão dos projetos agropecuários, minero-metalúrgicos e industriais na Amazônia. Ao mesmo tempo, esse deslocamento populacional faria da Amazônia uma área fornecedora de matéria prima e consumidora de produtos do Centro-Sul do País (PEREIRA, 2014, p.1).

Enquanto posseiro e, posteriormente, como colono seu Almir plantava arroz, legumes, mas, sobretudo arroz onde o excedente era vendido, e ainda possuía algumas “cabeças” de

gado comprado com o dinheiro que conseguiu na sua época de Serra Pelada. Por ameaças, já sendo liderança sindical³⁴, se viu obrigado a se afastar de seu lote, e com seu aprofundamento na militância sindical acabou por perder seu casamento tempos depois, indo morar no município de Marabá, deixando para sua ex-esposa o lote e o que havia construindo nele. Dona Patrucina descreve o lote de forma glamorosa,

Quando ele saiu de lá [do lote] ele deixou um grande sitio, no lote dele, muita fartura, plantava muito arroz, feijão, mandioca, milho, e tinha uma cabecinha [gado], a maior parte do lote dele de 21 alqueires era reserva, reserva e a outra parte era capim, um sítio na frente, e o outro era capim, tinha uma água bacana lá dentro do lote dele, ele fez assim um plantio de buriti que era a coisa mais linda, e a água passava bem nas raízes dos buritis assim, descia uma água que era uma maravilha dá gente “banhar”, beber, uma beleza, e uma criação de gado, e um sítio muito grande e muita fartura, o que ele não criava era porco, ele nunca foi a favor de criar porco para não atentar vizinho. (Entrevistada Patrucina Ferreira Barros, entrevista concedida em 23 de novembro de 2018).

Pela descrição citada pela entrevistada de como era o lote de seu Almir, é possível notar que ele gostava da terra, tinha prazer naquilo que ele fazia no lote. Depois da separação, sua ex-esposa vendeu o lote e seu Almir passou parte de sua vida lutando para que seus companheiros tivesse um “pedaço de terra”, embora, ele por mais que desejasse voltar a ter um, não obteve mais.

Seu Almir desde sua juventude trazia consigo o “espírito” de liderança até na organização de times de futebol quando ainda morava no oeste do estado do Maranhão, contudo, o início de sua liderança pela luta por terra, se dá quando na Vicinal Santa Rita vê a necessidade de ter uma escola na comunidade, tendo em vista que a escola que atendia a comunidade ficava muito distante, dessa forma, lutou para que uma escola fosse criada,

A atividade que ele fez quando chegou na Santa Rita antes de delegado do sindicato, ele lutou para conseguir uma colégio, e lá conseguiram o colégio, e ele era todo assim, e aí ele começou a chamar o povo, a reunir o povo pra ir para o colégio, para ir para a igreja [...].(Entrevistada Patrucina Ferreira Barros, entrevista concedida em 23 de novembro de 2018).

A partir dessa atitude ele começou a ser visto como uma liderança, e em seguida, foi convidado para ser animador de comunidade, pois, para a comunidade ele através da escola conseguiu se aproximar e reunir o povo. Com a criação das delegacias Sindicais³⁵, seu Almir foi eleito delegado sindical para representar sua comunidade. Vale destacar que as criações das delegacias sindicais serviram de estratégias para criação ou conquista dos sindicatos que estavam sendo presididos por “pelegos”. Nesse período seu Almir já não é mais posseiro e

³⁴ Ver capítulo 03.

³⁵ “As delegacias sindicais eram prolongamentos das estruturas de poder internas aos STRs numa determinada área ou comunidade, quase sempre, ocupadas por lideranças dos trabalhadores rurais daquelas localidades, que encaminhavam as reivindicações dos posseiros em luta pela terra”. (PEREIRA, 2013, p. 177).

sim colono da Transamazônica, dono de seu “pedaço de terra”, sendo inclusive questionado por um funcionário do GETAT o porquê, apesar de ter seu lote, continuar se envolvendo na luta pela terra, isso segundo narrativa do senhor Emmanuel Wamberg³⁶, entrevistado e amigo do seu Almir, a resposta dele foi a seguinte para o questionamento:

Ele deu uma resposta que eu tenho certeza que o cara não entendeu, uma resposta bem de lavrador né? “É, eu sei que eu tenho terra, mas o que adianta eu ter terra se eu não tenho vizinho?”. (Entrevistado Emmanuel Wamberg, entrevista concedida em 03 de novembro de 2018).

No campo essa relação de vizinhança é de suma importância, os posseiros tinham o hábito de dividir, sobretudo a alimentação com outros vizinhos, uma atitude de companheirismo, que até nos dias atuais é notável, nas famílias assentadas. Pela representatividade dentro da luta pela terra, é possível dentro dessa resposta de seu Almir perceber que ele queria afirmar algo mais contundente que ficou entrelinhas, “do que adianta eu ter a terra se meus companheiros não têm?”. E por essa visão de seu Almir de lutar pelo outro que muitos posseiros se tornaram donos de suas posses de terra.

O posseiro no sudeste do Pará se construiu a partir de inúmeras tentativas de sucesso em outras funções, não foi assim com todos que vieram tentar a vida por aqui, entretanto, assim como seu Almir, muitos até de fato possuem um lote viveram outros momentos nessa região. De acordo com Pereira (2013, p. 154), os posseiros eram compostos por “grupos heterogêneos, dispersos e distintos [...] conseguiram se organizar para defenderem-se das reações dos grandes proprietários de terra [...]”. Já Emmanuel Wamberg, pontua que nessa região houve três tipos de posseiros, que foi o *ribeirinho*, um dos primeiros a se instalar por aqui, os *posseiros grileiros* que tinha o intuito conseguirem a terra para vender e o *posseiro da Transamazônica* que seria um posseiro mais recente.

Posseiro no fim das contas, que são os mais antigos, mais válidos, mais legítimos que era os posseiros ribeirinho que estava lá, já fazia, alguns anos, já fazia era geração, uma, duas, o povo chamava o Centro né? O Centro, mais o Centro de que, Centro da mata, mais aqui não é Centro é a Vila? Não é rua, a diferença Centro e isso aqui, é posseiro extremamente antigo né? E a gente podia dizer também, tinha uma categoria do posseiro grileiro, porque era uma área que ele tomava conta, com a tentativa de tirar o título, ou para vender, ou para se apossar, mais a grande maioria, a ideia era para vender para o madeireiro, ou não sei o que, agora isso aqui era gente que queria área muito grande, muito grande mesmo, [...]. (Entrevistado Emmanuel Wamberg, entrevista concedida em 03 de novembro de 2018).

A construção social posseira na região se dá primeiro pelo processo migratório atraído pela esperança de mudança de vida, sobretudo, pela possível conquista de um lote para

³⁶ Emmanuel Wamberg, Francês que está no Brasil desde a década de 1970, foi protagonista na luta pela terra no Sudeste do Pará, tendo estado a frente da CPT-Marabá e outros espaços importantes para o fortalecimento da luta pela terra; foi companheiro de militância e amigo de seu Almir Ferreira Barros.

plantação, cultivo e sobrevivência dele, aqui a referencia é ao posseiro que visava fixação na terra sem necessidade de acumulação e vendas de lotes. Segundo, um sujeito que se submete a diversas formas de trabalhos, como coleta de castanhas, mineração, entre outros, até de fato conseguir se apossar de um lote, terceiro, um sujeito que apesar de suas especificidades se une a outros sujeitos com o mesmo objetivo, lutar para conseguir a terra, ou permanecer nela. Portanto, a história de vida de seu Almir permite que se consiga visualizar como se deu a construção do posseiro dessa região, apesar de sua vida como posseiro de fato, ter sido curta, mas sua trajetória anterior a colono da Transamazônica e posterior já a frente do Sindicato de São João do Araguaia (vê capítulo 03), mostra a construção do posseiro como sujeitos da luta pela terra no sudeste do Pará por ser construída agora por posseiros ou ex-posseiros.

CAPÍTULO III

TERRITÓRIOS QUE COMPÕEM AS TRAJETÓRIAS GEOGRÁFICAS DO SEU ALMIR

Esse capítulo visa indicar e analisar os territórios que compõem as trajetórias geográficas do seu Almir e que revelam a dimensão territorial da construção do posseiro na luta pela terra.

Dentre tantos territórios em que seu Almir desenvolveu alguma atividade, o de maior destaque correspondeu ao da sub-região do sudeste paraense devido ao maior grau de inserção na luta pela terra, a partir da década de 1970, mesmo que ele tenha iniciado sua trajetória posseira próximo à Transamazônica.

Quando surge a necessidade de criação das delegacias sindicais, os indicados para essa função foram os animadores de comunidade. Vale destacar que os animadores eram geralmente posseiros, com exceção do seu Almir que à época ainda era colono, pois ele além de conhecer a comunidade, acabava tecendo relações com outros espaços vizinhos.

No período em que foi animador de comunidade, seu Almir foi bastante participativo nas reuniões organizadas pela igreja e nas formações realizadas por essa instituição. Esse engajamento foi de suma importância pois lhe possibilitou aprender a ler e escrever nos cursos do MEB, salientando que era de seu desejo compreender os escritos bíblicos, devido sua inclinação católica, devoção religiosa que foi mantida até o final de sua vida. Luzinete Nascimento³⁷, viúva de seu Almir, relata:

[...] a delegacia do Almir era a mais fraca, em Santa Rita, não sei por que, acho que um povo mesmo da ideia fechada e a gente vinha lá para a delegacia dele e no outro domingo ele ia pra nossa, então assim a gente começou a visitar, então o pessoal gostaram muito dele lá na Palestina e lá o pessoal se animaram mais com nós não é, então nós, a gente nessas trocas até que a gente conseguiu fazer uma grande assembleia em São Domingos do Araguaia reunindo todas as delegacias e convidamos a diretoria para participar [do STTR], só veio uma, não veio ninguém e aí nós fomos estudando os estatutos, até que o presidente cassou nós, dessas lideranças dessas aí, o seu Jurandy, Adelson Mota, Almir, e outros do Cuxiú. Cassou a turma que estava mais ativa andando, alertando os trabalhadores, cassou que era pra nós não ficar fazendo parte do sindicato [...]. (Entrevistada Luzinete Nascimento, entrevista concedida em 20 de novembro de 2018).

O interesse em aprender sobre a bíblia foi fundamental para que ele pudesse ler e compreender as matérias dos noticiários, e em especial os panfletos da CONTAG. Emanuel

³⁷ Luzinete Nascimento, viúva de seu Almir, era jovem quando começou a atuar junto ao movimento, tendo destaque na área da saúde, conheceu seu Almir quando ele ainda era animador de comunidade, no entanto, só se casaram muito tempo depois.

Wamberg relata um diálogo realizado com ele no qual afirma o desejo de aprender a ler e a escrever,

O Almir não estava lendo nada, então ele queria, eu me lembro da primeira vez que eu vi ele, ele me falou que queria ler, escrever, eu perguntei: - mas porque tu quer aprender a ler, escrever, porque? - Não, porque eu não sei ler a bíblia e vocês toda hora fala negócio de bíblia, quero ver se é verdade o que está escrito. Ele aprendeu a ler, primeiro a bíblia, mas depois todos aqueles panfletos, panfletos não, aqueles negócios de formação, fé, política, da pirâmide social, aquela historia todinha, ele levava tudo, a CONTAG, e não sei o que, como dizia: - de seis horas [18:00] estou em casa, então posso ler, comprou um lampião, que botava no gás [...].(Entrevistado Emmanuel Wamberg, entrevista concedida em 03 de novembro de 2018).

Aqui é notório o papel importante que a igreja católica teve nas comunidades, e o ato de aprender a ler foi um acontecimento de grande relevância para o desenvolvimento das funções de liderança que seu Almir exerceu posteriormente.

Como as diretorias dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) eram normalmente constituídas por pessoas que defendiam os interesses dos grandes proprietários de terra, os padres, as freiras e os agentes de pastorais passaram a convencer os trabalhadores rurais a criar delegacias sindicais como instâncias de poder dos STRs, à revelia dessas diretorias, mesmo porque eram estruturas, muitas vezes, permitidas pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará (FETAGRI) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Ao mesmo tempo, sensibilizavam os animadores de comunidades a assumirem a coordenação dessas delegacias e constituírem chapas de oposição às direções desses STRs (PEREIRA, 2013, p. 180).

Em entrevista concedida a Pereira (2013), no ano de 2010, seu Almir destaca que para que ele fosse delegado sindical houve uma sensibilização por parte dos membros da igreja, apontando a importância de um trabalhador rural está à frente tendo em vista que o delegado no período era um fotógrafo. Assis (2007, p. 77) enfatiza que,

No Pará, particularmente, na região sudeste do estado, a luta dos posseiros apoiada pela Igreja Católica e outras agências de mediação, teve um papel determinante no surgimento e consolidação das oposições sindicais e na construção de um sindicalismo ativo e aguerrido. (ASSIS, 2007, p. 77).

Com a criação de diversas delegacias sindicais na região, após uma frustrada tentativa de retomada do sindicato de São João do Araguaia, foi pensado o nome de Seu Almir para ficar a frente do sindicato, por já ter um vasto conhecimento sobre a luta e por sua atuação como animador de comunidade e delegado sindical.

Seu Almir não tinha pretensão inicialmente de se tornar liderança, no entanto, suas atuações a principio em sua comunidade e com o tempo em outros espaços fizeram com que as pessoas vissem nele uma liderança, que apesar de sua “pouca leitura”, era visto com

capacidade de assumir as funções de liderança sindical com responsabilidade e eficácia. Vejamos a seguir relato da Sra. Olindina Oliveira³⁸:

A gente conheceu seu Almir e sabia já da clareza que ele tinha em relação à luta dos trabalhadores, o conhecimento do seu Almir. Era um semianalfabeto, mas era muito rico em conhecimento, muito rico, ele adquiria a cada dia, eu cansei de dizer assim pra ele: “o senhor é o maior alfabetizado desse país, né?” Porque ele com pouca leitura, mas doutor nenhum ganhava dele na discussão, então com esse conhecimento que a gente tinha e via nele um homem destemido e corajoso né? Nós fomos buscá-lo, “seu Almir agora o senhor vai ser o nosso presidente do sindicato, pela coragem que o senhor tem”, nós vimos nele que ele era o indicado que todo mundo apontava. (Entrevistada Olindina Oliveira Paiva, entrevista concedida em 15 de novembro de 2018).

De fato ele foi escolhido para compor a chapa de oposição à diretoria que estava no sindicato e não fazia jus aos direitos dos trabalhadores, era uma diretoria que dava apoio aos fazendeiros, deixando os trabalhadores apenas com a alternativa de lutar por uma diretoria que fosse ao lado do trabalhador.

Como a base estava organizada pela estratégia de criação das delegacias sindicais, a chapa ao qual seu Almir fazia parte foi eleita e o sindicato de São João do Araguaia passou a ser um sindicato de fato atuante e a trajetória de seu Almir foi de defesa da classe trabalhadora a qual representava.

3.1- Seu Almir e o/os STTRs

Na década de 1980, especificamente em 85, seu Almir chega à presidência do Sindicato de Trabalhadores Rurais dos Agricultores e Agricultoras Familiares (na época STR), e dentre suas principais atuações foi na ajuda da criação de alguns sindicatos existentes hoje na região, conforme relata o Sr. Emmanuel Wamberg:

Ele ajudou a criar sindicatos, que foi Abel Figueiredo, Bom Jesus [do Tocantins], Brejo Grande do Araguaia, Palestina e São Domingos do Araguaia. Todos esses daqui ele ajudou a criar, inclusive lá na FATA ele tinha conseguido fazer uma proposta, não me lembro bem que entidade que tem um dinheirinho para comprar uma casa para os novos sindicatos começar, ele conseguiu, fez um pequeno projeto, não sei quem foi que fez lá, deve ter sido algum dos alunos do Jean [Hébette], fez um pequeno projeto e conseguiu uma verba ou comprar ou estruturar o [sindicato]. (Entrevistado Emmanuel Wamberg, entrevista concedida em 03 de novembro de 2018).

³⁸ Olindina Oliveira Paiva (Morena) foi professora a partir de 1982, na ocupação do Cuxiú, município de São Domingos do Araguaia, participou da diretoria do sindicato de São João do Araguaia na época de atuação de seu Almir Ferreira Barros, atualmente é aposentada e reside na cidade de São Domingos do Araguaia. Foi entrevistada pela autora em São Domingos do Araguaia em 15 de novembro de 2018.

As criações desses sindicatos foram de grande relevância para que os posseiros passassem a ter representatividade nesses municípios e viesse de fato possuir a terra. Um diferencial de seu Almir é que ele não se “fechou” na região, ele buscava apoio em outros espaços, o deputado Ademir Andrade, por exemplo, foi um grande apoiador dessa luta na região nesse período ao qual seu Almir buscou articulação.

[...] todas as negociações brava de conflitos ele estava presente, e qualquer coisa que tinha para resolver em Brasília quem levava o Almir pra falar com fulano, com ciclano, tinha que ser um deputado, era o Ademir Andrade, acompanhava e cobrava solução e ia cobrar depois [...].(Entrevistado Emmanuel Wamberg, entrevista concedida em 03 de novembro de 2018).

Dona Olindina destaca que:

[...] seu Almir foi um guerreiro, dentro desta luta toda seu Almir eu dizia pra ele assim, não era eu, nós dizíamos assim pra ele assim: “o senhor não dorme, o senhor não tem tempo pra se alimentar” porque o objetivo dele era voltado pra classe trabalhadora e ele buscava nas fontes maiores ajudas né? Nas fontes maiores, ele ajudava, por exemplo, em termo da saúde ele discutia articular por Belém como é que a gente ia conseguir, os posseiros como era que conseguia assistência médica, por exemplo, aí eles foram botando suas roças e foi vindo a produção e depois da produção como era que eles iam tirar essa produção de lá de dentro? (Entrevistada Olindina Oliveira Paiva, entrevista concedida em 15 de novembro de 2018).

Com esse fragmento da entrevista concedida pela dona Olindina, percebe-se que para seu Almir o apoio à conquista da terra para os posseiros era apenas uma fase pela qual ele se preocupava, pois, para além da terra se importava com o bem estar do trabalhador e com o resultado da produção.

Antes de se tornar presidente do sindicato de São João do Araguaia, já apoiava a ocupação das terras que estavam em áreas públicas, como presidente não hesitou em cumprir seu papel de apoio aos trabalhadores. Nesse período estava ocorrendo diversas ocupações de castanhais, em especial na região hoje pertencente à São Domingos do Araguaia que nessa época era representado pelo Sindicato de São João do Araguaia.

A partir de sua inserção na presidência do sindicato sua principal bandeira de luta foi à desapropriação de terras para que os trabalhadores pudessem ter seu lote. Nesse contexto, ele contribuiu diretamente com mais de 10 áreas que depois viraram Projeto de Assentamentos,

[...] então Cuxiú I, Cuxiú II, Boa Esperança, Almescão, Consulta, Veneza, São Benedito, Ubá e Araras e Santo Antônio, esses aqui é só Almir, Primavera e outros ele estava no meio, mas já tinha outras pessoas, já era diretora, eu estou falando da conquista da terra direta e ele entendeu muito bem que do ponto de vista jurídico a segurança era PA (Projeto de Assentamento), [...] o miolo que é no fim das contas São Domingos do Araguaia não é? Todo apoio do Suruí que era uma aldeia muito fraca dos Guaraní né, e naquele tempo ele ia com frequência lá apoiar ao Maçú, ao Kimaré, e outros, ele ia, principalmente se tinha conflito com posseiro ele ia lá, era Croá, estou esquecendo meu Deus! Brasispanha, Croá, é Fortaleza I, Fortaleza II, do lado dos Croá, tá tudo bem, é bem pertinho, tem mais um. Tudo isso aqui era o

Almir, é claro que a presença dele de maneira extremamente forte era no município dele. (Entrevistado Emmanuel Wamberg, entrevista concedida em 03 de novembro de 2018).

Nesse trecho da entrevista é possível perceber que a atuação de seu Almir não se deu apenas com os posseiros, mas também com alguns povos indígenas, os Suruís que está citado acima e com os indígenas da aldeia Mãe Maria que será relatado mais a frente.

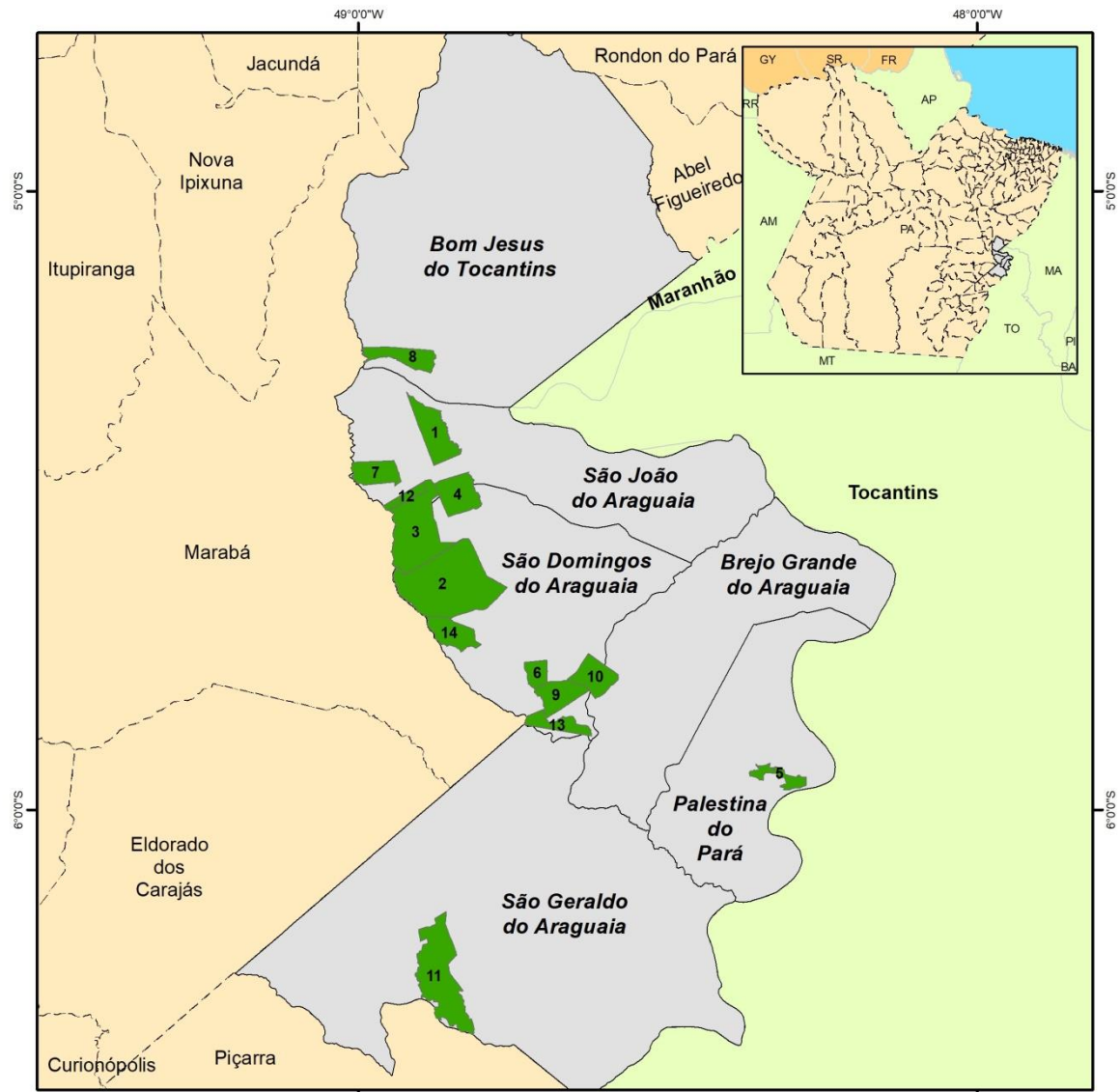
O Sr. Francisco de Assis Solidade da Costa³⁹ cita ainda o Projeto de Assentamento Embaúbal, Belo Horizonte I e II e Bacabal (Mãe Maria), destaca que muitos dos assentamentos criados da década de 1990 em diante tem bastante participação do seu Almir nas ocupações (ver mapa 2), e para além da contribuição local, também tem uma expressiva articulação a nível regional, sendo que,

Em São João [do Araguaia], São Domingos [do Araguaia], Palestina [do Pará] e Bom Jesus [do Tocantins], [seu Almir] tem participação de forma direta, nas outras em forma de representação (Entrevistado Francisco de Assis Solidade da Costa, entrevista concedida em 15 de janeiro de 2019).

A seguir (Mapa 02), vai mostrar os Projetos de Assentamentos aos quais seu Almir teve participação no processo de ocupação; a criação desses PAs se deram nos anos de 1987 a 2003, nos governos de José Sarney, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, vale ressaltar que no governo de Fernando Henrique houve uma alta na criação dos PAs, esta alta está relacionada as pressões da classe trabalhadora para que houvesse a efetivação da criação dos assentamentos. Através desse mapa é possível visualizar a atuação regional do seu Almir Ferreira Barros.

³⁹ Francisco de Assis Solidade da Costa é agricultor familiar, foi posseiro, começou sua militância ajudando seu Almir quando estava a frente do Sindicato de São João do Araguaia, foi o primeiro presidente do STTR de São Domingos do Araguaia, quando se desmembrou de São João, foi coordenador da Fetagri Regional Sudeste e seu último cargo no movimento Sindical foi como presidente da Fetagri Estadual do Pará, quando saiu foi se dedicar ao seu lote que é localizado no município de Marabá-Pa.

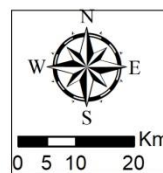
Mapa 2 - Projetos de Assentamento que seu Almir teve participação no processo de ocupação



Número	Projetos de Assentamentos	Municípios	Área (Hectare)	Capacidade de famílias	Ano de criação	Contexto Político
1	PA Castanhal Araras	São João do Araguaia	50.848.463	92	1987	Presidente José Sarney / PMDB (1985-1990)
2	PA Paulo Fonteles	São Domingos do Araguaia	13972	377	1988	
3	PA Veneza	São João do Araguaia	98.575.658	267	1988	
4	PA Embaubal	Palestina do Pará	19.841.292	44	1997	
5	PA Uba	São Domingos do Araguaia	42.895.955	140	1997	
6	PA Croá	São Domingos do Araguaia	15.640.449	46	1998	
7	PA Primavera do Araguaia	São João do Araguaia	3600	171	1998	Presidente Fernando Henrique Cardoso / PSDB (1995-2002)
8	PA Mãe Maria	Bom Jesus do Tocantins	3876.72	92	1999	
9	PA Belo Horizonte I	São Domingos do Araguaia	3600	102	1999	
10	PA Brasíliapanha	São Domingos do Araguaia	3600	120	1999	
11	PA Emílio Batista de Moura	São Geraldo do Araguaia	17998	178	2000	
12	PA 4 de Junho	São João do Araguaia	1350	62	2002	
13	PA Belo Horizonte II	São Domingos do Araguaia	22.623.982	45	2003	Luiz Inácio Lula da Silva / PT (2003-2010)
14	PA Castanhal Almesção	São Domingos do Araguaia	35.974.603	67	2003	

Legenda

- Países
- Estados brasileiros
- Pará
- Oceano Atlântico
- Municípios dos PAs conquistados pela luta posseira
- PAs conquistados pela luta posseira do seu Almir Ferreira



Convenções Cartográficas
 Base Cartográfica: IBGE/2013; Trabalho de Campo
 Datum Horizontal: SIRGAS, 2000
 Elaboração: COSTA, Caira Alves da e
 MIRANDA, Rogério R.
 (Lerassp/ICH/Unifesspa)
 Data: 17/06/2019

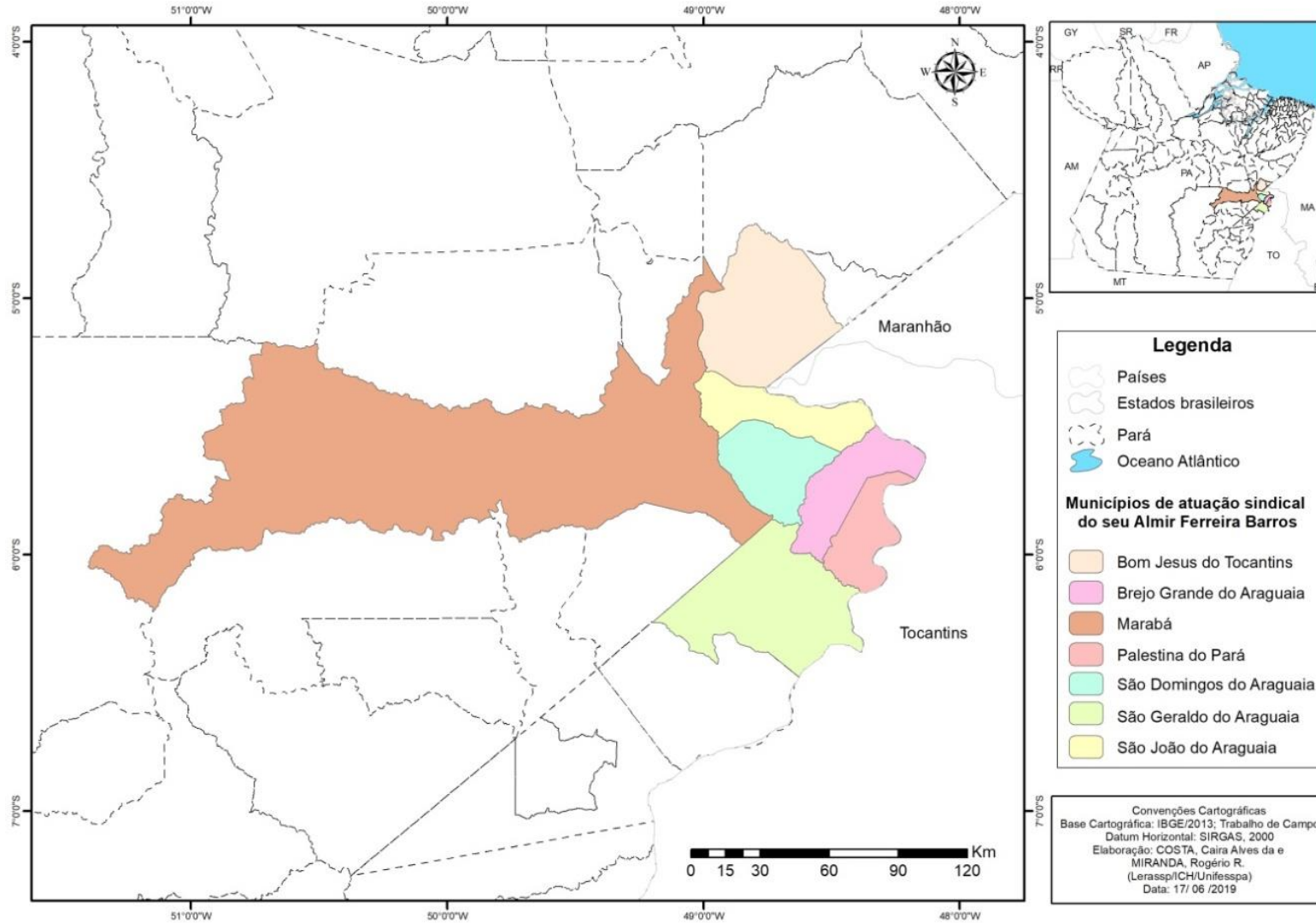
Vale citar que houve representação dele também no município de Brejo Grande do Araguaia, onde iniciou sua vida de militância, ainda como animador de comunidade e em seguida como delegado sindical.

Quando foi delegado sindical que tem como papel levar os questionamentos das comunidades para as reuniões do sindicato, Francisco de Assis, relata que seu Almir foi destituído do cargo três vezes, pois ele ia para a reunião discutir os problemas da base e o sindicato o destituía, quando chegava na comunidade os posseiros elegiam ele novamente.

Já em São Geraldo do Araguaia ele interferiu para que os posseiros respeitassem os limites da terra indígena Suruí. No município de Marabá, desenvolveu varias outras atividades visando a melhoria de vida dos trabalhadores (ver mapa 3).

No mapa 03 será possível vê os sete municípios da região sudeste do Pará onde seu Almir teve maior atuação, sendo que o município de Brejo grande do Araguaia foi seu primeiro espaço de atuação; São João e São Domingos do Araguaia marcaram bastante sua trajetória enquanto presidente do Sindicato de São João do Araguaia; Bom Jesus do Tocantins se destaca, sobretudo, pela mediação de um conflito com os povos indígenas, situação parecida ocorreu em São Geraldo do Araguaia; Marabá sua atuação se fortificou a partir de sua inserção na FETAGRI e Palestina do Pará sua atuação se deu também no mesmo período em que atuou em Brejo Grande do Araguaia, e como presidente do STTR, e posteriormente, quando esteve como secretário de agricultura daquele município (Palestina).

Mapa 3 - Municípios de atuação sindical de seu Almir



Dona Patrucina faz o seguinte relato sobre a atuação de seu Almir à frente do Sindicato,

Só lutava por desapropriação de terras, não era a favor de invasão de terra de jeito nenhum, ele lutava para as pessoas se organizarem no sindicato, fazia assembleias, de três em três meses tinha uma assembleia. Aí ele arranjava carro do INCRA, aí buscava os trabalhadores, aí tinha às vezes dois, três dias de reunião, eu era a cozinheira. Aí ele, conversava com o povo, “não é para fazer isso, não é para fazer isso, eu vou lutar, vamos buscar, fazer abaixo assinado, ia com o governo do Estado, pode deixar que eu vou lutar”, juntava aquele grupo de gente e levava com ele, aquela turma de pessoas mais, que sabia brigar mais, conversar mais ele levava com ele como a Morena, a Cledeneusa, o Goda, o Vicente, a Maria da Metade, que tu já ouviu falar nela, não é? Era companheira de luta dele assim de buscar as coisas, ele nunca foi a favor de invasão disso, aquilo outro, toda vida conseguiu as coisas no diálogo, foi um homem toda vida no diálogo, vamos conseguir no diálogo, e com isso ele chegava e conseguia não é? Assim, ele foi um grande homem, no sindicato, nunca mais conseguiram um do jeito dele, e nem consegue. (Entrevistada Patrucina Ferreira Barros, entrevista concedida em 23 de novembro de 2018).

Fica claro aqui que a trajetória do seu Almir na atuação em prol da luta posseira no território do Sudeste do Pará teve significados positivo. É evidente que uma trajetória como já mencionado nesse trabalho, não se constitui de forma isolada, constrói-se com a participação de outros sujeitos que direta ou indiretamente se envolvem nesse processo, e alguns dos sujeitos que fizeram parte da trajetória de seu Almir foram: Manoel Monteiro (Itupiranga), Maria de Jesus (Jacundá), Cledeneusa, Jurandy, Morena/Olindina (ambos de São Domingos do Araguaia), Regino (Eldorado do Carajás), Emmanuel Wamberg (Marabá), todos tiveram papel importante na construção da trajetória geográfica de seu Almir a partir de sua inserção no movimento sindical, foram lideranças e/ou apoiadores da luta posseira e fortalecimento do movimento sindical na região.

Todos os sujeitos que fizeram parte da trajetória geográfica de seu Almir foram importantes, tanto para a luta quanto para seu Almir, no entanto, um deles marcou muito essa trajetória, Emmanuel Wamberg, havia uma relação de amizade e de muita confiança entre os dois, seu Almir quando ainda era vivo, não recordo de um diálogo com ele, para o mesmo não falar no companheiro Manu, como Emmanuel é conhecido nessa região, era perceptível o orgulho ao falar da sua trajetória com o amigo, da mesma forma, Manu, também tem prazer em falar sobre a trajetória de seu Almir.

3.2- Conflitos, ameaças, resistência e conquista da terra.

O território do sudeste paraense já foi palco de diversos conflitos decorrentes do processo de ocupação e exploração da terra, sendo que na década de 80 esses conflitos

estiveram em seu ápice. De acordo com Emmanuel Wamberg, entre os motivos que geraram conflitos por terra na região estão os seguintes:

[...] a partir do fechamento da Serra Pelada em 85, 85 que o povo aí vai aonde? Voltar para o Maranhão? Voltar para o Ceará? Voltaram por aqui e ficaram por aqui, então, se tu ver, por exemplo, as grandes lutas pela terra, conflitos por terra, foi principalmente 84, 85, 86 e vai dizer por acaso, coincidiu como se chama, começa a decaída vamos dizer da Serra Pelada, também o fim da ferrovia, a ferrovia acho que em 81, 82 acabou, foi feita, e aí aonde ia esse pessoal? O pessoal também do Carajás, a construção dos trabalhos da Mina, como se chama, a vila, Tucuruí também, tudo isso aqui a partir de 83, 84, 85 acabou, então o povo ficou aqui. (Entrevistado Emmanuel Wamberg, entrevista concedida em 03 de novembro de 2018).

Com o fechamento de Serra Pelada que atraiu muita gente visando melhorar de vida com a extração do ouro, muitos trabalhadores ficaram sem opção, não queriam voltar para o lugar de onde vieram, outros nem condições de voltar tinham. A saída foi ocupar as terras da região, uma grande parte já tinha como “dono” os grandes proprietários de terra que em sua maioria, ilegalmente as possuíam. As disputas se intensificaram e temos como resultado da pistolagem contra os posseiros o brutal assassinato de oito trabalhadores que ocupavam o Castanhal Ubá em 1985, o Massacre de Eldorado dos Carajás um pouco mais tarde, em 1996, entre tantos outros assassinatos de posseiros que ocorreram e “mancharam de sangue” esse território, pela ganância de uma minoria de fazendeiros que queriam terra para especulação.

Vale ressaltar que os assassinatos de trabalhadores e lideranças dos movimentos ligados a terra ainda são recorrentes por todo o estado do Pará. Pereira (2013, p. 128) enfatiza que essa região tem aparecido nacional e até internacionalmente, “[...] como uma das áreas de maior tensão social em virtude das disputas por terras”, o autor citado destaca ainda que,

Contudo, não se pode deixar de levar em consideração que a atuação de pistoleiros nos conflitos por terra, na Amazônia brasileira, frequentemente contou com a colaboração e participação dos aparelhos de repressão do Estado, do judiciário e de certas instituições, como o INCRA, ITERPA e Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). Nomes de delegados e de investigadores da Polícia Civil, de soldados da PM, de juízes e de funcionários do INCRA e do ITERPA foram, em diversos momentos, apontados pelos seus envolvimento com jagunços e grandes proprietários rurais, atuando na realização de despejos ilegais e violentos, na aterrorização de comunidades inteiras de posseiros e de sem-terra e até em assassinatos de trabalhadores. (PEREIRA, 2013, p. 128).

O estado foi e é omissos em muitos casos de assassinatos de trabalhadores na região, dando margem para que a impunidade continue sendo um dos motivos para que os crimes aconteçam, já que quando os criminosos são julgados e condenados, dificilmente cumprem pena na prisão.

Seu Almir se torna presidente do Sindicato de São João do Araguaia no ano de 1985, exatamente no momento de grande tensão na região e se torna um mediador para que muitos

conflitos não acontecessem ou fossem cessados. Vejamos os fragmentos das entrevistas abaixo:

Isso, ele era, como se diz a história, ele era o cara né? Nesse ponto aí, uma pessoa que eu vejo assim, porque ele tinha o dom da palavra né? O compadre Almir, ele tinha muito argumento né para argumentar com as pessoas e fazer com que as pessoas mudassem de idéia, ele era uma pessoa assim, um semianalfabeto, no modo de dizer por que era muito pouco, mas mentalmente ele era muito sábio [...], então, para intermediar conflitos não tinha pessoa melhor do que ele podia ter assim, eu presenciei vários casos de pessoas que estavam quase se matando, quando o Almir chegava ele começava a contornar numa boa assim, sabe? (Entrevistado José Araújo, entrevista concedida em 15 de novembro de 2018)⁴⁰.

O Sr. Jurandy⁴¹ destaca a forma como seu Almir e os companheiros⁴² que militavam na época agiam no processo de mediação de conflitos,

Mediação de conflitos, era convocado o proprietário da terra e o INCRA, e aquele grupo que ia ocupar a terra, por exemplo aqui nós tivemos a Brasispanha que foi mediado, foi convocado o INCRA, o proprietário e o fazendeiro, aí ele conseguiu entre as partes separar uma parte da fazenda para o dono da fazenda e uma parte o INCRA desapropriou para quarenta posseiro aqui no município de São Domingos do Araguaia e Brejo Grande, teve aqui no Croá que foi também feita essa mediação nos Croá, parte da fazenda ficando para o fazendeiro e quarenta e dois posseiros ficando com a outra parte, e ficaram pacificamente posseiro e fazendeiro tudo amigo, até os posseiros andava dentro do carro do fazendeiro, então foi essa duas mediações que nós tivemos oportunidade de fazer aqui no período do seu Almir, foi o presidente do sindicato. (Entrevistado Jurandy de Moraes Francisco, entrevista concedida em 09 de dezembro de 2018).

Seu Almir como já citado era um semianalfabeto, mas tinha o dom da palavra, quando começava a falar da luta pela terra nessa região, ficava claro o quanto para ele foi prazeroso poder fazer parte do movimento posseiro e sindical, contribuindo para que os trabalhadores pudessem conquistar o sonho da terra para morar e produzir e foi com essa sua maneira diferente de conduzir o processo de resistência que ele esteve em mais de vinte ocupações de castanhais e/ ou fazendas (ver quadro 01), e apesar de ameaças sofridas, fez parte do progresso dessa região quando se fala na criação de projetos de assentamentos e, ao contrário de muitos sindicalistas, que covardemente tiveram suas vidas tiradas, seu Almir entrou e saiu do movimento sindical sem ter sofrido nenhum atentado contra sua vida. Seus companheiros atribuem ele não ter feito parte das estatísticas de sindicalistas assassinados na região,

⁴⁰ José Araújo foi delegado sindical do PA Veneza no período que seu Almir estava presidente do STTR de São João do Araguaia, seu Almir é padrinho do seu filho, não se inseriu mais no movimento, pois tinha o desejo de ser cantor, mudando se para Imperatriz (Ma), para tentar realizar seu sonho. Entrevista concedida á autora 15 de novembro de 2018.

⁴¹ Jurandy de Moraes Francisco, é assentado em um assentamento rural no município de São Domingos do Araguaia, foi um dos amigos e companheiro de luta do seu Almir sobretudo, a partir da entrada de seu Almir para a presidência do Sindicato de São João do Araguaia.

⁴² Companheiros/as é uma forma de chamar as pessoas que militam pela mesma causa nesse caso à luta pela terra.

primeiro por sua fé, pelos cuidados dos companheiros e por sua facilidade em mediar os conflitos a partir do diálogo.

[...] e para essa região pra luta pela terra eu acho que foi uma pessoa que ajudou abrir os horizontes, abrir os caminhos não é, e não é todo mundo que tem coragem, no meio de tanta ameaça, de tanta tribulação, é...dizer, eu estou do lado de vocês, eu vou doar minha vida para ficar em favor dessa causa, então seu Almir foi esse brasileiro, esse herói, que colocou sua vida em defesa aqui da reforma agrária, para buscar, para aconselhar, para discutir, para achar os meios para que a reforma agrária pudesse avançar nessa região, com a paciência, com o dialogo, é tanto que no período que seu Almir era presidente ele viajava muito com apoio do INCRA para ir reunir, para discutir com as... do Pará inteiro, porque naquele tempo não tinha superintendência sudeste (SR-27), era o INCRA do Pará, então o presidente do INCRA ficava lá em Belém, aí então seu Almir tinha um apoio muito grande do INCRA para discutir os conflitos, para buscar uma solução pacífica, ele ganhou essa confiança, tanto dos camponeses, como também das pessoas ligadas aos órgãos públicos na época. (Entrevistado Jurandy de Moraes Francisco, entrevista concedida em 09 de dezembro de 2018).

Seu Almir foi bastante atuante na ocupação do Cuxiú localizado no município de São Domingos do Araguaia, acompanhava, ia ao GETAT, fazia os encontros necessários como representante dos trabalhadores, por esse motivo dona Olindina afirma que, seu Almir passou a sofrer ameaças dentro da ocupação do Cuxiú quando a polícia foi procurar ele como “chefe” da ocupação e não o encontraram:

A partir daí o seu Almir começou a receber ameaças de pistoleiro porque teve muito pistoleiro dentro do Cuxiú, só que eles não chegaram a matar ninguém, e o próprio seu Almir a gente tinha muito medo porque ele não estava dentro do Cuxiú, ele estava rondando, rondando como é que eu digo, ele estava em vários lugares ao mesmo tempo né? Ele estava representando um sindicato do município inteiro, então ele estava viajando, buscando o que era certo para os trabalhadores e daí ele foi ameaçado que se sabe pelo fazendeiro né? Ameaçado pelo fazendeiro, não foi só ele, mas graças a Deus quando estava anoitecendo, nós não deixava ele sair de noite, que se ele tivesse no Cuxiú, “não vai de noite, ele não vai hoje”, quando ele estava lá que não tinha um carro pra ele vir os outros ia vim pô ele no caminho, e a gente sempre destinou algumas pessoas para acompanhar mediante a área que ele estava, eu tinha muito cuidado e rezava por ele e essa oração que a gente fez por ele foi da qual ele morreu de doença e não matado por bala [...].(Entrevistada Olindina Oliveira Paiva, entrevista concedida em 15 de novembro de 2018).

Emmanuel Wamberg também destaca os momentos e motivos de ameaças,

Olha ele estava metido em todos os conflitos de terra, inclusive até fora da área do... estava metido nos conflitos de terra e no fim das contas representava [...], então, e ele falava, falava na maior tranquilidade e ele andava onde tinha os conflitos para incentivar os posseiros a ficar firme, tudo direto, tu imagina um cara desses? Só que ele nunca andava sozinho, também não me deixava andar sozinho, porque a gente tinha combinado que a gente não ia a nenhuma festa pública em canto nenhum, em lugar nenhum, em momento nenhum nem de dia e nem de noite [...], E quando era para andar era dez, quinze homens juntos, e quase todos berrados, principalmente quando estava muito quente não se arriscava, dois carros, três carros andando, não vou dizer que se os caras tivesse marcado para matar a gente não ia matar, claro, a gente sabe disso que quando os caras querem matar, matam, só que facilitar minha amiga não ia facilitar [...].(Entrevistado Emmanuel Wamberg, entrevista concedida em 03 de novembro de 2018).

Como se vê nos dois fragmentos das entrevistas acima, o grupo de militância que fizeram parte da trajetória do seu Almir tinha suas próprias estratégias organizativas para evitar que uma tragédia ocorresse.

Dona Patrucina também faz relato de outro momento no qual seu Almir foi ameaçado de morte,

Olha ele sofreu ameaças de morte por uns pistoleiros do Brejo Grande porque era o setor que ele morava e trabalhava e lá ele sofreu ameaças de morte pelos pistoleiros do Brejo Grande que teve dia dele está na reunião foi preciso o povo ficar rodeado com ele lá e o cara querendo [...] lá para não matarem ele lá, ele saiu de lá, o pessoal tiraram ele de lá porque o pistoleiro chegou lá para matar ele por causa dos fazendeiros, porque ele defendia os trabalhadores não é? [...] Os patrões botava os pistoleiros para matar ele, e ele veio para Marabá, passava era de tempo em Marabá, que ele não dormia duas, três noites só em um lugar só, ele dormia uma noite aqui, duas acolá, dormia para acolá, foi preciso [...] o Jáder era governo pagou pessoa para ficar andando com ele, deu porte de arma para ele, ele conseguiu porte de arma com a policia federal aí deram, um da policia federal para cuida dele não é? É assim. (Entrevistada Patrucina Ferreira Barros, entrevista concedida em 23 de novembro de 2018).

Nesse contexto, ressalta se que as ameaças citadas até aqui é apenas uma parte das sofridas por seu Almir no período que estava à frente do movimento sindical, Jurandy reforça que as ameaças eram constantes, mas como, de acordo com ele, seu Almir era esperto na luta (pela terra), tendo muita experiência, então ele nunca andava sozinho.

Francisco de Assis relata que uma área que seu Almir também foi ameaçado de morte, ocorreu no Embaubal, em Palestina do Pará:

Por exemplo, uma questão forte que aconteceu na época foi o pessoal lá de Embaubal de Palestina, o fazendeiro lá era um dos que queria a “cabeça” do Almir não é? Então foi forte ameaça na época não é, ai aqui foi, a gente temia muito a historia do Sebastião da Teresona né? O Almir teve forte atuação na denuncia da Ubá não é? No Paulo Fonteles teve confusão, teve morte no Paulo Fonteles (Cuxiú), então ele sofre, a gente fazia a segurança dele direto não é? Ele foi muito ameaçado na época. [...] Não houve emboscada, o que houve foi um cerco da casa dele, não é? Houve um dia que houve muito temor na casa dele na parte do povo que estava de dentro percebendo que tinha um forte movimento do povo de fora, mas ninguém viu ninguém, mas a turma que estava dentro sentia que tinha um movimento do lado de fora, digamos assim para atacar a casa do Almir, não é? (Entrevistado Francisco de Assis Solidade da Costa, entrevista concedida em 15 de janeiro de 2019).

Como era uma pessoa que representava toda essa região, pois, ainda pertencia ao município de São do Araguaia, seu Almir obtinha muitas informações, inclusive em alguns casos ele ficou sabendo de possíveis ataques de pistoleiros à ocupações e avisou aos posseiros para se prevenirem. A prevenção se dava principalmente com a formação das trincheiras.

No Castanhal Caracol, localizado no município de São Domingos do Araguaia, apesar de ter tido uma ocupação pacífica, os posseiros chegaram a se proteger de uma possível ameaça, já que a ocupação estava localizada entre duas áreas que continha conflitos, Cuxiú e Ubá.

Castanhal Caracol, hoje faz parte do Projeto de Assentamento Veneza, no entanto, foi a primeira parte do assentamento a ser ocupada, e seu Almir, como já citado no primeiro capítulo dessa pesquisa, como presidente do sindicato apoiou a ocupação da área, dando todas as instruções necessárias para que os posseiros pudessem permanecer. Vale frisar que seu Almir antes de apoiar uma ocupação verificava a situação legal do Castanhal ou fazenda, pois era totalmente contra invasão de terras.

Quanto ao Castanhal Ubá quando ocorreu a chacina, seu Almir já estava na presidência do sindicato. Emmanuel Wamberg faz o seguinte relato,

O Almir estava comigo no dia que Sebastião da Teresona⁴³ matou o Zé Pretinho na casa dele, chegamos uma hora depois do crime. O Almir apoiou todos os passos do inquérito, também depois do crime o dono da Ubá, Edmundo Virgulino, vendeu a Ubá para a Cosipar que montou baterias de fornos de carvão vegetal. O Almir era contra o carvão vegetal, inclusive o filme “ninguém come carvão” foi feito na Ubá e foi o Almir que escolheu o lugar do filme. Almir deu todo o apoio para os posseiros reivindicar (reocupar) a Ubá, inclusive com os fins dos fornos, ele também exigiu a desapropriação da Ubá para ser PA. (Entrevistado Emmanuel Wamberg, entrevista concedida em 03 de novembro de 2018).

Por sua luta e representação dentro do Castanhal Ubá, seu Almir participou de um filme chamado “ninguém come carvão”, de Vicent Carelli, gravado dentro do Castanhal no ano de 1989. Nesse filme ele faz o relato sobre a ocupação da Ubá, como o Edmundo Virgulino colheu informações sobre os ocupantes, relembra a chacina, denuncia a atuação da empresa COSIPAR⁴⁴ dentro da área, que além da produção do carvão vegetal, gerou desmatamento, depois que usou a área ela devolveu para o proprietário e este entregou a área à disposição de desapropriação para Reforma agrária. Em um trecho resgatado do filme, seu Almir destaca, “então, com esse massacre a gente acelerou o processo de desapropriação da área por interesse social de acordo com o Plano Nacional da Reforma agrária [...]”. O Castanhal virou Projeto de Assentamento em 1987.

⁴³ Sebastião Pereira Dias, “Um dos pistoleiros mais conhecidos e, talvez, um dos mais temidos durante toda a década de 1980, atuando no sul e sudeste do Pará”, (Pereira, 2015, p. 130).

⁴⁴ Companhia Siderúrgica do Pará, pioneira do Distrito Industrial de Marabá.

Foto 1 - Seu Almir na ocupação do Castanhal Ubá



Fonte: Imagem extraída do Filme “Ninguém come carvão”.

Na imagem acima, seu Almir está participando do filme na ocupação do Castanhal Ubá fazendo denúncias contra o processo de desmatamento para produção de carvão vegetal pela empresa COSIPAR dentro da área de ocupação.

Outro momento importante da trajetória de seu Almir é quando um grupo de posseiros invadem o território indígena Mãe Maria e ele se torna o principal mediador do problema evitando assim que houvesse um confronto entre os posseiros e indígenas. Ele é quem foi falar com o cacique para a questão se resolver. Emmanuel Wamberg relata um pouco desse momento ao qual também fez parte, juntamente com seu Almir:

Não, aquilo é um negócio incrível só o Almir que podia fazer um negócio desse, claro que ele já tinha uma liderança extremamente reconhecida, antes dele ser presidente ele já era uma liderança reconhecida na região né? [...]. Tinha uma fazenda do outro lado do rio, Flexeiras [...] onde morava o pai da Kátia, quando tu passa em Morada Nova a primeira ponte é a Flexeiras, do outro lado tem uma fazenda que chamava Mãe Maria que era de um tal de João Anastácio de Queiroz [...] aí o posseiros invadiram, os posseiros daqui do Morada Nova, aí teve uma briga e conseguiram conquistar a terra, era o sindicato de Marabá que acompanhava e foram instalados pelo GETAT, acho que eu chamaria assim, o primeiro PA que a gente, que foram chamados de assentados só que a gente nem sabia o que era Projeto de assentamento, só assentado, acho que 42, logo depois, pouco tempo depois a gente soube pelo CIME que essa fazenda que foi invadida pelo João Anastácio de Queiroz, ocupada pelos posseiros, e distribuídas pelo GETAT é área dos índios, desde 42, não sei o que, os limites era Flexeiras, é lógico que a área de índio sempre foi um rio, e agora José? (Entrevistado Emmanuel Wamberg, entrevista concedida em 03 de novembro de 2018).

Mediante a esse contexto seu Almir se posicionou, “terra de índio é terra de índio, terra de posseiro é terra de posseiro, e posseiro não entra em terra de índio”⁴⁵.

[...] aí tinha o padre Humberto, bom, não tem jeito só se resolve se a gente conversar com os índios, aí o Almir fez a proposta “eu vou falar com o Krokenon”, que era o Cacique que faleceu faz pouco tempo, “eu vou antes falar com o Pai Aré [...], Aí foi o advogado, o advogado, o Almir, o padre, aquele mesmo padre Humberto, três né? Aí queria ir três posseiro também, num Gurgelzinho que eu tinha né? [...] aí escolheram o Chico Machado e mais dois para ir junto, cinco, mais cinco era o máximo que eles podiam botar nesse Gurgelzinho[...].(Entrevistado Emmanuel Wamberg, entrevista concedida em 03 de novembro de 2018).

Esse grupo foi até ao cacique Krokenon e seu Almir, juntamente com o grupo, no dialogo encontrou uma solução para o problema. Como a terra era mesmo dos indígenas, os posseiros precisavam sair, para isso como o GETAT tinha culpa no processo por assentar os posseiros em uma área indígena, resolveram que no dia seguinte os posseiros ocupariam o GETAT e no mesmo momento os indígenas fechariam a ferrovia da Vale, que nessa época já havia sido construída e passa por dentro da aldeia. Os posseiros iriam exigir do GETAT outra área para poder deixar a terra indígena, mas com algumas exigências, entre elas, que fosse dentro do mesmo município. Essa conversa com o GETAT não teve resultado nenhum, no dia seguinte, vários posseiros ocuparam área do GETAT, enquanto isso os indígenas “fechavam” a ferrovia, o desenrolar dessa ação é que a FUNAI e o ministro da reforma agrária agendaram uma reunião, e a exigência dos posseiros foi à mesma que já havia sido feita para o GETAT, por outro lado os indígenas aproveitaram para fazer as reivindicações que a Vale havia prometido e não tinha cumprido⁴⁶.

Por fim, os posseiros ficaram de julho a dezembro para serem atendidos, até porque os órgãos fundiários precisavam cumprir as exigências das famílias posseiras, e o resultado foi à criação do Projeto de Assentamento Araras, localizado no município de São João do Araguaia. Emmanuel Wamberg relatou que quando seu Almir foi receber o prêmio de Direitos Humanos em 2014, no Rio de Janeiro, por sua atuação frente à luta pela terra, perguntaram a ele o que ele tinha feito de mais bonito na vida, e ele contou a história da Aldeia Mãe Maria.

[...] porque ia ter morte de índio e de posseiro com certeza, com certeza, com certeza, então foi isso que aconteceu [...]. (Entrevistado Emmanuel Wamberg, entrevista concedida em 03 de novembro de 2018).

⁴⁵ Trecho extraído da entrevista concedida por Emmanuel Wamberg á autora.

⁴⁶ Texto extraído e adaptado da entrevista concedida por Emmanuel Wamberg á autora.

Quanto sua participação na ocupação do Castanhhal Fortaleza I e II localizado no município de São Geraldo do Araguaia, seu Almir entrevistou para que os posseiros respeitassem os limites da terra indígena Suruí. Para além dessas áreas de acordo ainda com Emmanuel Wamberg, seu Almir,

Apoiou todos os acampamentos dentro do GETAT, mesmo nas áreas que não era de abrangência do Sindicato de São João. (Entrevistado Emmanuel Wamberg, entrevista concedida em 03 de novembro de 2018).

Em 1986 seu Almir, mesmo não sendo área de sua representação sindical, apoiou e acompanhou um acampamento ocorrido dentro da sede do GETAT em Marabá, onde os acampados antes de ocupar o GETAT, se reúnem na igreja e tomaram essa decisão. A ocupação foi motivada, devido um grupo de posseiros serem desapropriados do Acampamento Pedra Furada/Água Fria, localizado em Eldorado do Carajás, as famílias já estavam acampadas há cerca de três anos, depois de pressionar o GETAT, alguns políticos, inclusive o deputado Ademir Andrade que deu apoio aos posseiros frente ao GETAT foram ao acampamento verificar se realmente estavam produzindo no acampamento, como notaram que produziam, foram reintegrados⁴⁷. Essa foi uma forma que os posseiros, em muitos casos encontraram para pressionar o GETAT e, posteriormente, o INCRA, a fazerem reforma agrária nessa região. Abaixo imagens (02) e (03) do seu Almir no acampamento no GETAT.

Foto 2 - Seu Almir (ao centro) participando de acampamento de posseiros no GETAT em 1986



ALMIR (pres. STR SÃO JOÃO) E GRUPO DE POSSEIROS NO GETAT

⁴⁷ Informações colhidas através de diálogo com Emmanuel Wamberg.

Fonte: Arquivos da Comissão Pastoral da Terra (CPT)-Marabá

Foto 3 - Seu Almir no acampamento de posseiros no GETAT em 1986



Fonte: Arquivos da Comissão Pastoral da Terra (CPT)-Marabá

Vejamos abaixo o quadro (01), com áreas de ocupação ao qual seu Almir, enquanto sindicato apoiou, o quadro foi elaborado com base nas informações dadas nas entrevistas realizadas e dados do INCRA.

Quadro 1 - Áreas que seu Almir teve participação

Nº	Área de Ocupação	Projeto de Assentamento	Município
01	Fazenda Castanhal Almescão	Castanhal Almescão	São Domingos do Araguaia
02	Castanhal Boa Esperança	Paulo Fonteles	São Domingos do Araguaia
03	Castanhal Cuxiú I		São Domingos do Araguaia
04	Castanhal Cuxiú II		São Domingos do Araguaia
05	Castanhal São Benedito		São Domingos do Araguaia
06	Castanhal Consulta		Veneza
07	Santo Antônio	São Domingos do Araguaia	
08	Veneza	São Domingos do Araguaia	
09	Fazenda castanhal Belo Horizonte	Belo Horizonte I	São Domingos do Araguaia
10	Faz Belo Horizonte II	Belo Horizonte II	São Domingos do Araguaia
11	Fazenda Croá	Croá	São Domingos do Araguaia
12	Castanhal e fazenda São Raimundo	Brasilespanha	São Domingos do Araguaia

13	Castanhal Ubá	Ubá	São João do Araguaia
14	Castanhal Araras	Castanhal Araras	São João do Araguaia
15	Castanhal Santo Antônio I e II	04 de Junho	São João do Araguaia
16	Fazenda Boa Esperança	Primavera do Araguaia	São João do Araguaia
17	Castanhal Fortaleza I	Emídio Batista de Moura	São Geraldo do Araguaia
18	Castanhal Fortaleza II		São Geraldo do Araguaia
19	Bacabal	Mãe Maria	Bom Jesus do Tocantins
20	Fazenda São Judas Tadeu	Embaúbal	Palestina do Pará

Fonte: INCRA (2008); Trabalho de campo (2018)

Todas essas áreas acima, seu Almir teve influência, o que Emmanuel Wamberg denominou como “território do Almir”. Francisco de Assis destaca que todos os assentamentos que tem hoje em São Domingos e em São João do Araguaia tiveram participação direta de seu Almir. Todas as áreas que foram de ocupações, (quadro 01), se tornaram Projeto de Assentamento entre os anos de 1991 a 2003.

Quanto à forma de organização, ele sempre aconselhava os trabalhadores para que eles não partissem para agressão, mas sempre lutando pela terra, pelos direitos, em busca da conquista e não através da força, nunca usar suas próprias forças para conquistar a terra, mas sim da organização e da união de todos os trabalhadores da região⁴⁸.

Sempre foi um militante participativo, mesmo ainda quando era animador de comunidade, como delegado sindical e presidente do sindicato fazia um trabalho de base, que infelizmente hoje pouco se vê que é ir até as comunidades visitar e vê as necessidades do povo ao qual representa.

Francisco de Assis relata um momento muito importante na trajetória de seu Almir e do sindicato de São João, que foi seu processo de retomada, que demonstra um pouco de como seu Almir foi quanto militante:

Então muita reunião, reunião com o pé no chão, saía mais o Almir aqui do asfalto na entrada da Veneza e a gente rodava por dentro desses matos tudinho ia lá onde dá acesso a São Geraldo do Araguaia e voltava de pé e saía lá no Belo Horizonte e voltava de pé para o outro lado, Brasispanha e chegava em São Domingos [...] tomar café na comunidade tal, tomar café e fazer a assembleia com o povo até meio dia, agente almoça lá e aí a gente vai e dorme na comunidade tal lá conversa com o povo nessa comunidade de noite, na outra a gente, era uma semana de reunião, uma atrás da outra, nesse caso para levar o pessoal para a eleição e retomada do sindicato. (Entrevistado Francisco de Assis Solidade da Costa, entrevista concedida em 15 de janeiro de 2019).

⁴⁸ Trecho de entrevista com seu Jurandy, adaptado pela autora.

Seu Almir participou de um momento impar em 1995 que foi uma mobilização Nacional dos trabalhadores posseiros, e nessa região foi seu Almir que mobilizou,

Teve no período, nos anos 95, teve uma mobilização nacional foi para levar os agricultores para Brasília, ele participou dessa mobilização aqui no Sul do Pará, na época acho que o Pará levou mais 200 agricultores para Brasília, somando o Brasil inteiro lá, tivemos uma ocupação com mais de vinte mil agricultores, foi o ministério da agricultura, da reforma agrária, da saúde, da embaixada dos Estados Unidos, a gente andou por onde a gente podia andar para reivindicar os direitos, seu Almir participou dessa grande mobilização nacional. (Entrevistado Jurandy de Moraes Francisco, entrevista concedida em 09 de dezembro de 2018).

Seu Almir foi essa pessoa combativa, que defendia os direitos dos trabalhadores, tendo a coragem e o diálogo como suas maiores armas e fez o que esteve ao seu alcance, a nível, local, regional, nacional e até internacional para que os direitos dos trabalhadores fossem respeitados.

Um fator talvez decepcionante que seria para seu Almir, como cita Francisco de Assis, em um trecho da sua entrevista, seria vê, por exemplo, o resultado do projeto de Assentamento Araras na atualidade, a frustração se daria devido ter tido uma luta desafiadora por trás da conquista do assentamento citado, no entanto, a maioria das pessoas que foram assentadas venderam seus lotes. Dona Patrucina diz o seguinte sobre esse assunto,

Foi um homem da vida muito sofrida (Seu Almir), como dizer a vida dele foi de muita luta, mas uma grande vitória, foi muita luta e uma grande vitória porque ele graças a Deus, não chegaram a tirar a vida dele. E o trabalho dele só não foi bem aproveitado porque a metade do povo já venderam as terras tudo não é? (Entrevistada Patrucina Ferreira Barros, entrevista concedida em 23 de novembro de 2018).

Lamentavelmente a prática de venda de lotes nos Projetos de Assentamentos ainda é recorrente, logicamente que muitos se desfazem dos lotes por diversos fatores como falta de assistência técnica, dificuldade para escoamento da produção, entre outros, mas, há aqueles (uma minoria) que vendem porque essa já era a intenção desde o princípio. Apesar de alguns não valorizarem a luta que houve para se terem os assentamentos no sudeste paraense, o importante é que muitos compreendem o quão essa luta foi importante e o quanto os sujeitos que estiveram a frente, como é o caso do seu Almir merecem ser lembrados.

Seu Almir foi um homem simples, sem ambição, dono de uma sinceridade, que às vezes era confundida com grosseiria, bom, ele também era sim, duro nas palavras, enfático, talvez pela época em que nasceu característica que ele tinha e que representa muito sua identidade.

Muitos dos seus companheiros de luta destacaram no momento de suas entrevistas que seu Almir foi um “herói”, foi um “herói” para muitos, que sonharam com um “pedaço” de

terra para sobreviver porque de onde vieram não queriam, mas retornar, “herói” porque por mais ameaçado que fosse não deixou de lutar por aquilo que havia assumido em fazer, lutar para que a reforma agrária acontecesse nessa região de tanta terra disponível, mas que a ambição de grandes latifundiários, sanguinários, capazes de chegar ao último estágio de maldade do ser humano, tirar a vida de trabalhadores, às vezes sem pudor algum, chegando a assassinar mulheres grávidas e crianças por amor ao dinheiro, ao poder, porque para esse grupo, terra é poder.

Então seu Almir foi o “herói” de muitos posseiros, mas foi inimigo para aqueles ao qual ele também tinha como inimigo, entre eles, a oligarquia castanheira, que se transformaram em grandes latifundiários e a mineradora Vale. Por amor ao próximo seu Almir podia ter perdido a vida, como seu companheiro Jurandy relatou em sua narrativa, “seu Almir correu o mesmo risco do João Canuto, do Expedito, do Arnaldo⁴⁹“, há quem diga que quem o salvou da morte pelas mãos dos pistoleiros servidores do latifúndio foi sua fé, há quem diga que quem o salvou foram as orações de suas irmãs, há quem diga que quem o salvou foi a oração dos companheiros, há quem diga que o que o salvou foi sua honestidade [...].

O certo é que por amor a luta pela terra seu Almir perdeu seu primeiro casamento, seu Almir perdeu sua terra, seu Almir quase perdeu a vida, mas foi um homem que se realizou, ajudando os trabalhadores a conquistarem o que mais desejavam a terra. É notório que seu Almir não teve somente qualidades, mas o que de fato marcou sua trajetória foi o legado deixado através da luta pela terra.

3.3- Atuação do Seu Almir Junto a Fetagri, CAT, FATA e COCAT

Como presidente do sindicato de São João seu Almir passou por dois mandatos e posteriormente elegeu seu sucessor. Com sua representatividade pelo sindicato foi indicado pelos trabalhadores para ser vice da Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará, com sede em Belém, passando a partir de então a ajudar os sindicatos não mais só sub-regionalmente, mas agora em nível de Pará.

Dona Olindina faz o seguinte relato sobre esse momento na vida de seu Almir,

Devido ao trabalho dele no sindicato né, ele foi visto pela Fetagri, e qual era o objetivo no sindicato? Era defender os direitos dos trabalhadores, também na Fetagri foi isso, não foi nada mais diferente, era que a luta foi mais a fundo né? [...] ele

⁴⁹ Ambos foram lideranças e foram assassinados.

deixou de ser o sindicato dos trabalhadores rurais pra trabalhar na Fetagri que abrangia não só o município, que abrangia o estado, então foi aí que nós ganhamos mais força quando ele foi pra Fetagri, trabalhar na Fetagri que nós contávamos com um companheiro lá, aqui nós tínhamos o presidente do sindicato no município, mas nós tínhamos o Almir Ferreira Barros que tanto estava presente no sindicato quanto na Fetagri entendeu? Esse trabalho do seu Almir foi visto aonde ele atuou, aonde ele foi ele representava força pra nós. Ele ia para lá porque lá é a força “Nós vamos indicar seu Almir aí na Fetagri porque a força vai lá” e não é porque ele morreu que a gente tá contando essa história é porque ele foi isso, se ele tivesse sido ruim e tal eu jamais diria isso mais ele representava força pra nós, aonde ele fosse [...]. (Entrevistada Olindina Oliveira Paiva, entrevista concedida em 15 de novembro de 2018).

Com o desenvolvimento da pesquisa foi possível notar que seu Almir foi um homem honesto e que fazia jus aos cargos na militância ao qual era indicado, no sentido que desde a época de animador de comunidade, eram as pessoas que indicava ele para os representarem.

Seu Almir também trazia consigo ponto negativo, pois, tinha uma postura, muitas vezes, autoritária, mas, por outro lado, apesar de seu jeito “duro” de ser, cumpria os anseios dos trabalhadores e gerava mais confiança nas pessoas. Quanto sua idoneidade, veja os relatos abaixo:

[...] a exigência dele (Almir), na questão da transparência, me mostra alguma coisa que o Almir comprou pra ele? Me mostra, ou um centavo que ele pegou que não era do bolso dele [...].(Entrevistado Emmanuel Wamberg, entrevista concedida em 03 de novembro de 2018).

Francisco de Assis contextualiza também sobre a idoneidade de seu Almir,

[...] as coisas que eles se meteram (Seu Almir e seu companheiro de militância, Emmanuel Wamberg), que eu fiquei sabendo, o que passou pela mão do Almir pelo ponto de vista financeiro, que era a caneta dele, a bic dele como dizem, é que resolvia as coisas e tu ir à casa do Almir e tu ver a casa do Almir e ver a casa do Almir do jeito que é, e ir na casa do Mano e ver como é as coisas, pra mim eles são um exemplo no processo, é bonito se espelhar neles para quem quer fazer as coisas de forma séria, certa. Porque tem outros por aí que a gente não tem esse mesmo prazer, não vou me espelhar em fulano, porque ele não foi honesto, foi sincero, foi transparente não é? Foi coerente com aquilo que se comprometeu. (Entrevistado Francisco de Assis Solidade da Costa, entrevista concedida em 15 de janeiro de 2019).

É provável que sua honestidade foi um dos fatores que o fizeram perpassar todos os degraus que percorreu dentro do movimento sindical, além disso, seu Almir tinha prazer pelo o que fazia na sua época de atuação, foi um momento em que os militantes tinham como foco fortalecer a luta dos trabalhadores, o quesito financeiro ninguém contava porque quase não existia, ou seja, ou era por amor ao que faziam ou por amor ao próximo e pela causa, ou não tinha outro motivo para fazer.

[...] aquele momento que eu via ele (seu Almir) com fome e também na estrada com a maletinha na mão né? Suado, de pés (...) de pés, tentando chegar até onde ele ia,

chegar a um determinado lugar, e eu chamava: “vamos seu Almir almoçar?”. Não, chego lá atrasado, por isso eu vou e quando eu desocupar eu como. E ia comer depois da reunião que acontecia, *esses fato me marca, porque esse fato é se torturar, é se consumir né pela vida do outro*, é igual a vela que queima se consumindo, esse momento do seu Almir era quando ele se consumia como a vela que queima, porque uma pessoa que não tá nem aí com a vida do outro ele parava no restaurante, na banca que vendia comida e ele ia comer e deixa os trabalhador se danar, e ele não fazia isso, ele se consumia pela vida do outro. A maletinha na mão, o sapatinho no pé, camisa verde, me lembro até hoje e uma assim cor salmãozinho, era as camisa dele que ele vestia, uma calça social, e essas duas camisa me marca, ele com a maleta na mão e a gente atrás e a gente com fome chamava ele pra almoçar e ele dizia que não ia por que senão chegava atrasado lá na reunião. Isso pra mim é um fato marcante. [...] pra mim seu Almir é conhecimento, não tem um pra resumir a vida do seu Almir, seu Almir era conhecimento, era força e talento, pra mim ele é isso, e eu pra mim ninguém é substituível, ninguém, ninguém substitui ninguém, cada um é único, e ele foi o único capaz de dizer: “*eu quero adquirir força para dar força a meus companheiros*”. Seu Almir foi isso, foi força, sabedoria e conhecimento. (Entrevistada Olíndina Oliveira Paiva, entrevista concedida em 15 de novembro de 2018, grifo nosso).

Tendo em vista a necessidade de ter uma representação maior na região buscou-se uma aproximação da Fetagri, nesse momento seu Almir participou da diretoria, tentou instalar a Fetagri aqui na região, que depois de varias tentativas culminou na criação da Fetagri Regional em 1996⁵⁰. Já como vice da Fetagri seu Almir sonhou com essa regionalização, tendo em vista a dimensão territorial do estado do Para, tendo a Federação apenas na Capital não seria o bastante para suprir os desafios. Infelizmente, nesse período a tentativa foi frustrada,

Quando o Almir foi vice, era uma necessidade, nós estávamos saindo do processo de retomada dos sindicatos daqui não é, então as coisas que acontecia aqui havia uma necessidade de uma articulação maior para o sindicalismo regional e no congresso lá em Belém foi onde o Almir foi e voltou como vice presidente, quando ele veio de lá ele veio com a missão de representar a Fetagri na região, aí as andanças dele para além de São João, e podemos dizer que um dos resultados dessa articulação regional dele, essa história da FATA, do programa CAT, que foi na época que culminou com esse período que ele assumiu esse processo aqui, então na época não deu muito certo a Fetagri aqui na região, não deu porque não tinha estrutura nenhuma, porque era desarticulada, um isolamento total e a vontade do Almir de andar a região com o que São João bancava, então não tinha como dá certo, não tinha um escritório não tinha nada, então era uma tentativa do Almir de fazer, então onde o Almir ia o escritório da Fetagri estava ali. Então foi a primeira tentativa de instalar a Fetagri aqui na região foi quando o Almir foi vice-presidente. (Entrevistado Francisco de Assis Solidade da Costa, entrevista concedida em 15 de janeiro de 2019).

Com a retomada dos sindicatos na região, seu Almir viu a necessidade de pensar na organização da produção,

[...] ele que teve a ideia de bom “a gente conquistou a terra, agora o que, que a gente vai fazer com essa terra?” Aí a gente foi atrás da EMATER, da SAGRI, a gente viu que não era o rumo né? Aí como tinha o pessoal do NAEA, o Jean Hébbete, Rosa Acevedo, e outros, um monte de menino pesquisando por aí [...] ele discutindo com

⁵⁰ Trecho extraído e adaptado da entrevista concedida por Francisco de Assis Solidade da Costa á autora.

Jean Hébbete e tudo, teve a idéia de fazer um Seminário em 87 sobre agricultura familiar e o futuro, não me lembro de bem como é que era, qual é a relação que podia ter com a universidade. (Entrevistado Emmanuel Wamberg, entrevista concedida em 03 de novembro de 2018).

É nesse momento que surge a ideia de criar o Centro Ambiental do Tocantins (CAT), o nome foi dado de acordo com Emmanuel Wamberg, a pesquisa, ação de desenvolvimento e capacitação dos agricultores. Posteriormente viram que era necessário que houvesse a organização dos trabalhadores rurais com os pesquisadores, aí surge a idéia de criar a FATA e o LASAT⁵¹, “no final das contas cada passo disso aqui, eu estava e o Almir também, cada qual com sua cabeça e sua presença entendeu?”.

De acordo ainda com Emmanuel Wamberg,

Ele [seu Almir] foi o criador fundador, primeiro presidente da FATA, o fundador primeiro presidente da COCAT que virou FECAT e deu todo apoio, ele queria entrar na COPSERVIÇOS né, só que ele foi fundador da COPSERVIÇOS também direto, era ele, fazia questão de está em todas essas questões [...]. [...] e aí foi toda a questão da criação da FATA, aí eu era o diretor executivo da FATA e ele o presidente, eu acho que a cada oito dias a gente se encontrava pelo menos um meio dia, para todos os detalhes, a grana, os trabalhos, não sei o que, os conselhos para preparar, as assembleias, os cursos, era direto nós dois [...]. [...] o Almir eu estou te dizendo, eu duvido que passou, principalmente depois da FATA uma semana sem eu encontrar ele, numa coisa ou em outra, um negócio da Fetagri, um negócio do sindicato, um negócio de conflitos, de manifestação na rua, acampamento, era direto, ou coisa mesmo interna da própria FATA, as exigências dele [...].(Entrevistado Emmanuel Wamberg, entrevista concedida em 03 de novembro de 2018).

Seu Almir contribuiu enquanto pôde com o movimento sindical se envolvendo em diversas ações para que os trabalhadores fossem de fato representados, sempre cumprindo com aquilo que havia se comprometido com os trabalhadores. O Programa CAT foi criado em 1987 e teve como objetivo três pilares;

Centro Agroambiental do Tocantins (CAT) que foi um nome nosso que a gente deu com um apoio em três coisas, a pesquisa, ação de desenvolvimento e capacitação dos agricultores, formação foi falado, lá que nasceu aí depois que a gente voltou foi que se teve a idéia, olha se a gente quer fazer alguma coisa precisa ter um dialogo que depois a gente transformou em triângulo, precisa um dialogo com a FATA que é organização dos trabalhadores rurais, com os pesquisadores, que é o LASAT, e aí depois com a Fetagri durante muito tempo aí o tripé, dá questão mais orgânica junto com esse casamento [...], no final das contas cada passo disso aqui, eu estava e o Almir também, cada qual com sua cabeça e sua presença entendeu? (Entrevistado Emmanuel Wamberg, entrevista concedida em 03 de novembro de 2018).

Ainda sobre a criação do CAT, o Sr. Jurandy rememora:

[...] foi iniciado foi a questão daquele Centro Araguaia Tocantins que foi lá em Marabá, nós começamos a discutir aqui em São Domingos e a área foi comprada lá em Marabá, o CAT, que foi a influencia direta do seu Almir junto com o Padre

⁵¹ LASAT (Laboratório Sócio Agrônômico do Tocantins).

Francês Jean Hébette e outros que a gente considera que foi uma luta muito grande, foi uma vitória muito grande que os que sucederam não estão dando valor para aquilo ali. [...] foi um negócio grande que voltou para trás [...].(Entrevistado Jurandy de Moraes Francisco, entrevista concedida em 09 de dezembro de 2018).

Hébette (2004b, p. 84-85) vai dizer que tantos esforços feitos pelos trabalhadores não eram valorizados, entre esses esforços, organizar comunidade e enfrentar madeireiros, “tanto esforço, tanto sacrifício, porém não era recompensado pelas vendas dos seus produtos. Á luta pela terra, precisavam juntar a luta pela produção e comercialização [...]”. É por essa necessidade de organização e valorização da produção que o CAT foi pensado.

A FATA também teve um papel importante para a região, era lá que acontecia às reuniões, as formações para os trabalhadores, foi um espaço de uma escola agrícola, mas por falta de recursos acabou perdendo o protagonismo para o qual foi pensada e criada. E, por último, a COCAT (Cooperativa Camponesa do Araguaia Tocantins) foi criada em 1993. Seu Almir apesar de mal saber ler e assinar o nome era visionário, ele conseguiu perceber, claro que não fez nada sozinho, mas compreendia que a luta não acabava quando se conseguia a terra, os trabalhadores precisavam produzir, mas, a produção também precisava ser organizada, e a COCAT nada mais era do que uma cooperativa, que nasceu com a missão de contribuir na organização da produção dos trabalhadores. Com o tempo a COCAT passou a ser FECAT (Federação das Cooperativas do Araguaia-Tocantins), já não era mais na gestão do seu Almir, passou por uns momentos de crise, mas atualmente está num processo de reestruturação.

Foto 4 - Seu Almir (centro) fazendo discurso no espaço FATA



Na imagem acima seu Almir discursa em 1991 no espaço FATA em um momento importante para os trabalhadores rurais, Hébette (2004, p.80) narra a imagem como sendo “trabalhadores rurais fundadores do CAT e Conselheiros da FATA, no dia da inauguração do Conjunto Arquitetônico da FATA, em Marabá – 31.8.1991”. Espaço que até os dias atuais serve aos trabalhadores rurais, principalmente como espaço formativo.

Foto 5 - Seu Almir com alguns dos seus companheiros de militância



Fonte: Arquivo pessoal de Luzinete Nascimento.

Destaca-se que no período de militância sindical seu Almir abriu espaço para participação das mulheres, inclusive foi nesse período que elas deixam de ser dependentes dos maridos para poderem se filiar e terem direito a voto no sindicato. Vale ressaltar que elas lutaram para que esse direito fosse exercido.

Na imagem acima, da direita para a esquerda, a mulher de bermuda jeans e blusa cor de rosa é dona Cledeneusa que militou juntamente com seu Almir, seguindo da direita para a esquerda, ao lado de Cledeneusa está dona Olindina que também teve um papel importante na luta pela terra nessa região, ambas foram diretoras do sindicato de trabalhadores, da esquerda para direita, a primeira mulher é a dona Renilde que foi muito próxima ao seu Almir e foi presidente do sindicato de São João do Araguaia.

Sobre o período de seu Almir na presidência da FATA, dona Patrucina traz à memória,

[...] aí elegeram ele como presidente da FATA. Tirou um mandato, quando ele tirou um mandato aí colocaram o Chico da Cib aí criaram a COCAT, aí ele presidente da

COCAT, aí ele tirou três anos presidente da COCAT, aí quando ficou os três anos ele saiu, aí voltou para a vida dele [...].(Entrevistada Patrúcia Ferreira Barros, entrevista concedida em 23 de novembro de 2018).

Vencido esse período, seu Almir se muda para Palestina do Pará, e é convidado para ser Secretário de Agricultura, no período de 1997 a 2000, onde desenvolve algumas atividades voltadas para a agricultura familiar. Posteriormente a esse período, seu Almir se aposenta, vale destacar que seu Almir já era casado, com sua segunda esposa Luzinete Nascimento, continua participando de ações em prol dos trabalhadores, mas agora pelo avançar da idade, de forma mais minimizada. Luzinete relata como foi à ida dele para Secretaria de Agricultura de Palestina:

[...] Nessa época, o Almir já estava sendo secretário de Agricultura em Palestina, nesse tempo ele já tinha passado pela FATA, pela COCAT e pela Fetagri não é, quando ele veio ser o secretário de agricultura não é, a convite do Zé Batista pai da Tetê, que conhecia bem ele, e disse “Zé Batista vou te indicar um secretario muito bom”, como ele nunca foi ambicioso por dinheiro, mas tinha ambição em fazer o que ele pegava com responsabilidade pra servir mesmo as pessoas. (Entrevistada Luzinete Nascimento, entrevista concedida em 20 de novembro de 2018).

Seu Almir dentro das suas limitações criou projetos voltados para agricultura familiar enquanto Secretário de agricultura de Palestina. De acordo com informações colhidas com sua viúva Luzinete Nascimento, o sonho dele, mesmo com a idade já avançada, era possuir novamente uma terra, já que a sua da época da colonização teve que deixar devido as frequentes ameaças de morte que sofreu, dessa forma não podia ter um endereço fixo, esse também foi um dos motivos pelo qual seu primeiro casamento chegou ao fim. Seu Almir não tinha mais vida própria, vivia rodeado de outras pessoas que prezavam por sua segurança, e também “doou” sua vida para as causas do Movimento sindical.

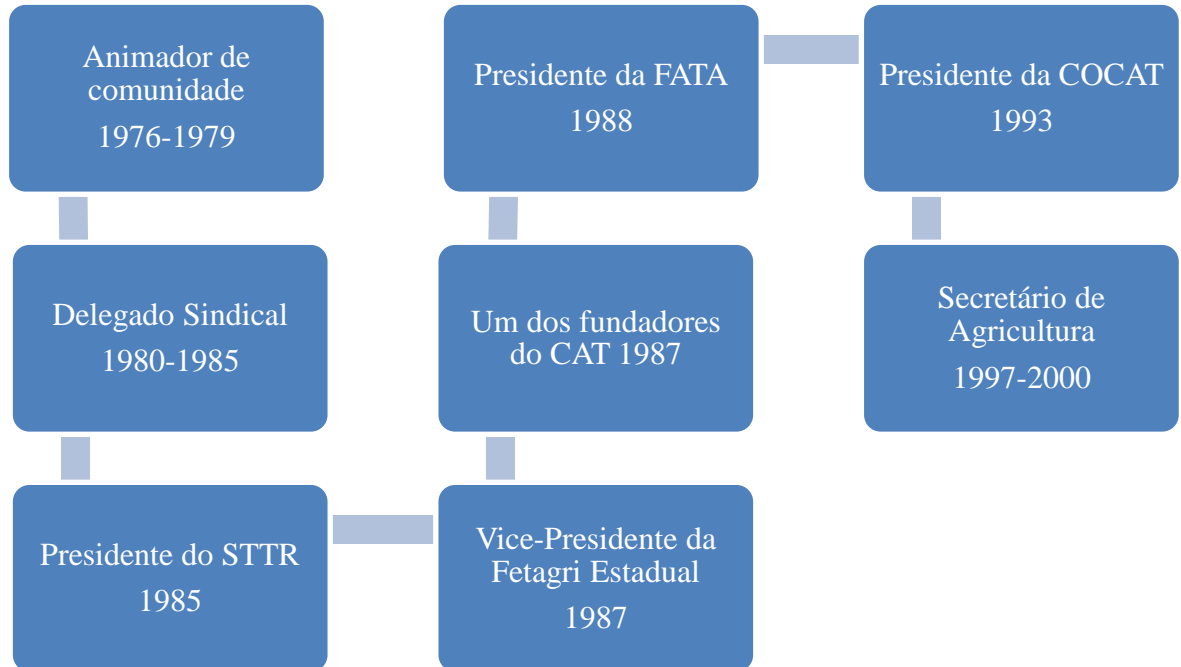
Em toda sua atuação sindical seu Almir nunca concordou em misturar política partidária com o movimento, pois para ele a política partidária não deveria interferir na sindical, não que ele não tivesse relação com partidos políticos, foi muito ligado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), ao qual Ademir Andrade era filiado, ajudava os trabalhadores independentes de qual partido fosse filiado.

É importante frisar que tudo aquilo que estava ligada a terra seu Almir se envolvia, era a favor da preservação das áreas de florestas⁵², tendo lutado contra grandes empresas, madeireiros, latifundiários e até posseiros para que não houvesse desmatamento, não hesitava em realizar denúncias contras esses sujeitos.

⁵² Vê documento nos anexos.

A seguir organograma (01) indicando de forma sucinta as funções que seu Almir exerceu na militância.

Organograma (01): Síntese das trajetórias de seu Almir na militância sindical.



Fonte: Trabalho de campo (2018-2019), organizado por COSTA, Caira.

Portanto, aqui foram destacados os territórios percorridos por seu Almir e que compuseram sua trajetória geográfica, destaca se que não foi apenas mais uma trajetória de vida comum, foi uma trajetória que marcou uma geração de posseiros, que teve grande significado local e regional para as conquistas da classe trabalhadora do campo. A contextualização da história de vida de seu Almir, desde seu processo migratório, sua vida como posseiro, colono e sindicalista já no Estado do Pará revelam e representa bem a dimensão territorial da construção do posseiro na luta pela terra no sudeste do Pará.

CONCLUSÕES

A reconstrução da memória da luta pela terra no sudeste do Pará a partir da história de vida e das trajetórias geográficas dos posseiros contida nessa pesquisa, que se deu através da história de vida de seu Almir Ferreira Barros, representa bem a luta e conquista da terra na região sudeste paraense. Por mais que trabalhar com memória e história oral seja desafiador e não tão explorado pela geografia, não faz da história oral uma metodologia menos importante que outras metodologias.

Na busca de entender a nossa questão central, de como os posseiros se construíram na luta pela terra no sudeste do Pará, considerando a história de vida e as trajetórias geográficas do seu Almir e nosso objetivo geral que foi analisar a partir da construção da história de vida a territorialização da luta posseira no sudeste do Pará considerando as trajetórias geográficas do seu Almir, com o desenvolvimento da pesquisa a questão foi respondida e o objetivo geral e os específicos foram alcançados, porque seu Almir constrói trajetórias que dão de encontro a realidade posseira da região sudeste do Pará, por ele ser inicialmente um posseiro e se submeter ao processo de resistência para se manter na terra e ajudar outros sujeitos do campo também a se manterem; pela relação de companheirismo e por outros tantos adjetivos já citados na pesquisa.

A pesquisa foi dividida em três capítulos, o primeiro buscou entender o seguinte questionamento: como se deu a construção socioterritorial do posseiro como um dos sujeitos na luta pela terra no Sudeste do Pará? Chegando-se a conclusão que a luta pela terra, e pela permanência nela, a resistência às ameaças, os enfrentamentos aos latifundiários e pistoleiros, foi à forma que se deu a construção socioterritorial do posseiro como um dos sujeitos na luta pela terra no Sudeste do Pará.

No segundo visou-se entender, quais os eventos históricos-geográficos que fizeram parte da história de vida do seu Almir e que permitem compreender a construção social do posseiro como um dos sujeitos na luta pela terra? a contextualização da história de vida de seu Almir, desde seu processo migratório, sua vida como posseiro, colono e sindicalista no Estado do Pará revelam e representa bem os eventos históricos-geográficos que permitem compreender a construção social do posseiro como um dos sujeitos na luta pela terra.

E por fim, o terceiro capítulo, com a seguinte questão: quais os territórios que compuseram as trajetórias geográficas do seu Almir e que revelam a dimensão territorial da construção do posseiro na luta pela terra? Foi possível notar que a região sudeste do Pará é a

de maior representatividade dentro da trajetória de vida de seu Almir, sua atuação nesse território marcou uma geração de posseiros, tendo grande significado local e regional para as conquistas da classe trabalhadora do campo e representa a dimensão territorial da construção do posseiro na luta pela terra no sudeste do Pará.

Frisa-se que, conquanto a história de vida de seu Almir não tenha sido autobiografada, embora ele tivesse esse desejo de contar sua história, o registro através da memória dos sujeitos que estiveram presente na construção da trajetória de sua vida a partir da década de 1970 permite recuperar a história desse território em disputa que é o sudeste paraense, além claro, de grafar a história de vida do sujeito em questão.

É evidente que a reconstrução da história de vida de alguém, é um desafio, já que a memória pode falhar, (durante as análises das entrevistas foi possível comprovar essa percepção), mais desafiador ainda quando a história é reconstruída sem seu próprio dono narrar, talvez esse tenha sido um dos maiores desafios dessa pesquisa, e aí está a lacuna deixada para os críticos à metodologia da história oral. No entanto, as metodologias propostas nesse trabalho, tendo como parte a história oral foram cruciais para que o objetivo de analisar a territorialização da luta posseira no sudeste do Pará considerando as trajetórias geográficas do seu Almir fosse possível.

Ressalta-se que a construção de pesquisa usando a história de vida como metodologia, sobretudo, nessa região é um desafio necessário e importante no campo metodológico da geografia. Estudar a história de vida dos sujeitos que fizeram parte da construção do que é o sudeste paraense na atualidade, em relação à quantidade expressiva de Projetos de Assentamentos e produção de alimentos nesses espaços é de suma importância, pois de fato é uma herança de lutas passadas e que a história oral de vida precisa eternizar.

A (re)construção da história de vida de seu Almir Ferreira Barros só foi possível a partir das análises das entrevistas, além do referencial teórico-conceitual usado, como (ASSIS, 2007), (GUERRA, 2013), (PEREIRA, 2013-2014), (SANTOS, 2006), (MORAES, 2000), (MAIHY, 2005), entre outros autores que foram essências como elemento de sustentação da pesquisa e reforço para alcançar o fim proposto.

Isto posto, conclui-se que a pesquisa foi importante para que se entenda que é possível reconstruir as trajetórias geográficas dos sujeitos que tiveram papel marcante na luta pela terra nessa região, e não apenas nesse aspecto, mas dá abertura para que outros tipos de representatividade sejam lembrados/as, seja através das narrativas, seja pela escrita; a ideia que foi proposta não foi de 'gloriar' um sujeito, até porque as trajetórias geográficas se dão a

partir da participação de vários outros sujeitos; a reconstrução da história de vida, levando em consideração sua trajetória geográfica, nos remete a compreender que os feitos desses sujeitos tem uma dimensão territorial que não se limita apenas a um território, suas ações não são neutras, elas refletem no momento que a trajetória está em desenvolvimento e se estende a momentos posteriores; no caso específico de seu Almir Ferreira Barros, o evento final foi a criação de projetos de assentamentos que são consequências de um momento anterior e que refletiu no futuro.

Portanto, essa pesquisa traz contribuições, para compreensão do que foi a luta posseira no sudeste do Pará e a importância de se conhecer e “eternizar” através da escrita, as trajetórias dos sujeitos que estiveram contribuindo nos bastidores dessa luta.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Estrutura fundiária e expansão camponesa**. Carajás: desafio político, ecologia e desenvolvimento/ José Maria Gonçalves Jr (org.); apresentação José Anchieta Moura Fé. – São Paulo: Brasiliense; (Brasília, DF): Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1986.

ASSIS, William Santos de. **A Construção Da Representação Dos Trabalhadores Rurais No Sudeste Paraense**. Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2007. 242 f. Disponível em: http://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2007.tese_william_assis.pdf. Acesso em 17 de fev. 2017.

BORDIEU, Pierre. Uma ilusão biográfica. L'illusion biographique. Actes de la Recherche en Sciences Sociales (62/63): 69-72, juin 1986. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaina (org.). **Usos e abuso da história oral**. [Tradução de Luiz Alberto Monjardim, Maria Lúcia Leão Velloso de Magalhães, Gloria Rodriguez e Maria Carlota C. Gomes]. 3 rep. Rio de Janeiro, 2011.

CANO, Wilson. **Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954**: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. Revista de Economia Política, vol. 35, n° 3 (140), pp. 444-460, julho-setembro/2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v35n3/1809-4538-rep-35-03-00444.pdf>. Acesso em 11 de junho de 2018.

Coelho, Tádzio Peters. **Projeto Grande Carajás**: Trinta anos de desenvolvimento frustrado. Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Coelho-2014-Projeto-Grande-Caraj%C3%A1s.pdf>. Acesso em 13 de Junho de 2019.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral – memória, tempo, identidades**. – 2° ed. Belo Horizonte: Autentica, 2010. 136 p.

DURHAM, Eunice R. *et al.*, **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

EMMI, Marília Ferreira; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Crise e rearticulação das oligarquias no Pará**. Papers do NAEA, n°104, setembro. 1998.

EMMI, Marília Ferreira. **A oligarquia da do Tocantins e o domínio dos Castanhais**. 2. Ed. rev. e amp. Belém: UFPA/NAEA, 1999. 174 P.

EMMI, Marília Ferreira; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; BENTES, Rosineide da Silva. **O Polígono Castanheiro do Tocantins: espaço contestado de oligarquias decadentes**. Pará Agrário, n° 2, jan-jun. 1987.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista NERA – Ano 8, N. 6 – janeiro/junho de 2005 – ISSN 1806-6755.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O posseiro da fronteira: camponato e sindicalismo no sudeste paraense**. 2 ed. Belém. Tatu, 2013.

HARVEY, David. O espaço como palavra-Chave. Original: Harvey, D. 2006. Space as a keyword. In: Castree, N. e Gregory, D. (org.) David Harvey: a critical reader. Malden e Oxford: Blackwell. Tradução livre: Letícia Gianella. Revisão técnica: Rogério Haesbaert e Juliana Nunes.

HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade: um debate**. in: geographia - Ano IX - No 17 – 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. [Tradução de Laurent Léon Schaffter]. 2º ed. São Paulo, 1990. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4359772/mod_resource/content/1/48811146Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf. Acesso em 22 de setembro de 2018.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do camponato na Amazônia**. Belém: EDUFA, 2004. v. 1.

HÉBETTE, Jean, *et al.*, Cruzando uma zona de fronteira em conflitos: o leste do Médio Tocantins. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do camponato na Amazônia**. Belém: EDUFA, 2004a. v. 2.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do camponato na Amazônia**. Belém: EDUFA, 2004b. v. IV.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Divisão de obtenção de terras e implantação de projetos de assentamentos. 2008.

JARDIM, Trajano Silva. **Centrais sindicais no Brasil pós-ditadura de 1964: narrativas, disputas e debates**. Brasília. Thesaurus, 2018.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2005, p. 17-60; 107-147.

MICHELOTTI, Fernando. **Luta pela terra e Assentamentos no Sudeste do Pará**. Antropolítica (UFF), v. 26, p. 245-268, 2010.

MIRANDA, Elis Araújo. **Espaço e tempo vividos por Manu: memória e percepções sobre as transformações sócio espaciais e políticas do Sudeste do Pará**. Belém. 2001.

MIRANDA, Rogério Rego. **(Contra) Hegemonia e território do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) no sudeste paraense**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017. 380 f.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000. 432p.

NINGUÉM come carvão. Roteiro e edição Murilo Santos e Vicent Carelli. Realização: Centro de Trabalho indigenista. Marabá, set. 1989. (15:21s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XWDslcAnxcA>. Acesso em 23 de jul. de 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo:** FFLCH, 2007, 184 p. Disponível em: <www.ffmpeg.usp.br/dg/gesp> Acesso em 03/01/2019.

PEREIRA, Airton dos Reis. **Ocupações e conflitos de terra no Sul e Sudeste do Pará.** In: XII Encontro Nacional de Historia Oral, 2014, Teresina (PI). XII Encontro Nacional de Historia oral: política, ética e conhecimento 2014.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará migrações, conflitos e violência no campo.** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2013. 278 f.

PEREIRA, Airton dos Reis. Colonização e conflitos na transamazônica em tempos da ditadura civil-militar brasileira. **CLIO – Revista de Pesquisa Histórica** – n. 31.2, jan. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/download/24452/19771>. Acesso em 07 de jul. de 2017.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos.** - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1).

SATRE, Jean-Paul. **Questão de Método.** São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Col. Os Pensadores)

SCHMINK, Marianne. WOOD, Charles H. **Conflitos sociais e a formação na Amazônia.** [Tradução de Noemi Miyasaka Porro e Raimundo Moura] Belém: ed. ufpa, 2002. 496 p.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. **Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais.** 8. Ed.-Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frente de expansão e estrutura agrária estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia.** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, 172p. ISBN: 978-85-9966-291-5. Available from SciELO Books . Disponível em: <http://books.scielo.org/id/zjf4z/pdf/velho-9788599662915.pdf>. Acesso em: 14 de fev. de 2018.

ANEXO I – SOLICITAÇÕES DE SEU ALMIR JUNTO Á ALGUNS ORGÃOS

SOLICITAÇÃO A ACEMA PARA QUE TOME PROVIDÊNCIAS EM RELAÇÃO A
DERRUBADA DE CASTANHAEIRAS POR MADEIREIROS NO CASTANHAL
ARARAS EM 1992

Of.

EXMO. SR. DIRETOR DA ACEMA.

Venho através desta, para solicitar de V. Ex. providências imediatas a respeito do que está acontecendo, na área de assentamento denominada Castanhal Araras e em outras. Acontece que os posseiros assentados naquela área continuam permitindo madeireiros derrubarem castanheiras, isto é, os posseiros continuam vendendo castanheiras à madeireiros, para produção de tábuas nas serrarias - onde está à lei que proíbe as derrubadas das castanheiras e outros tipos de árvores da Amazônia? e os ecologistas - que pregam a preservação do meio ambiente, as florestas naturais produtivas? Nós, do Centro Agro-ambiental do Tocantins - CAT, incentivamos a preservação do meio ambiente e a plantação de culturas, como o cupuaçu, bacuri, açaí, etc. Por outro lado, estamos vendo a destruição da floresta amazônica, mesmo com a política ambiental do governo, pois, até então pouco ou nada fez para preservar a floresta nativa, principalmente aquelas conhecidas na produção extrativa, a castanheira. Nós, do Centro Agro-ambiental do Tocantins - CAT, através da nova entidade jurídica, Fundação Agrária do Tocantins-Araguaia - FATA, estamos denunciando e que V. Ex. tome devidas providências, a exemplo do Centro Agro-ambiental do Tocantins que está implantando ~~atividades~~ ^{atividades} de mudas de culturas importantes nas áreas de ocupação, com objetivo de recuperar as áreas degradadas por aquelas pessoas desinformada ou mal intencionada que metem o motosserra nas castanheiras para satisfazer os madeireiros. Esta prática de derrubadas vêm beneficiar os comerciantes e empresas madeireiras, e, o que mais nos assusta que são áreas beneficiadas por projetos dos órgãos governamentais. Solicitamos da V. Ex. providências, tais como, fiscalização nas áreas de derrubadas e punição aos culpados.

Sem mais para o momento, agradecemos.

São João do Araguaia, 12 de janeiro de 1992.

Almir Ferreira Barros AB
PRESIDENTE DA FATA
ALMIR FERREIRA BARROS

Fonte: Arquivo pessoal de Luzinete Nascimento.

**SOLICITAÇÃO AO PRESIDENTE DO IBAMA PARA TOMADA DE
PROVIDENCIAS QUANTO AO DESMATAMENTO OCORRIDO EM ÁREAS DE
FLORESTAS NO SUDESTE DO PARÁ EM 1992**

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Araguaia - Pará
Fundado em 14/09/74 - Reconhecido em 05/10/78 - Processo MTB-309.463/76
CEP 63.510 — C. C. C. 03.355.507/0001-83

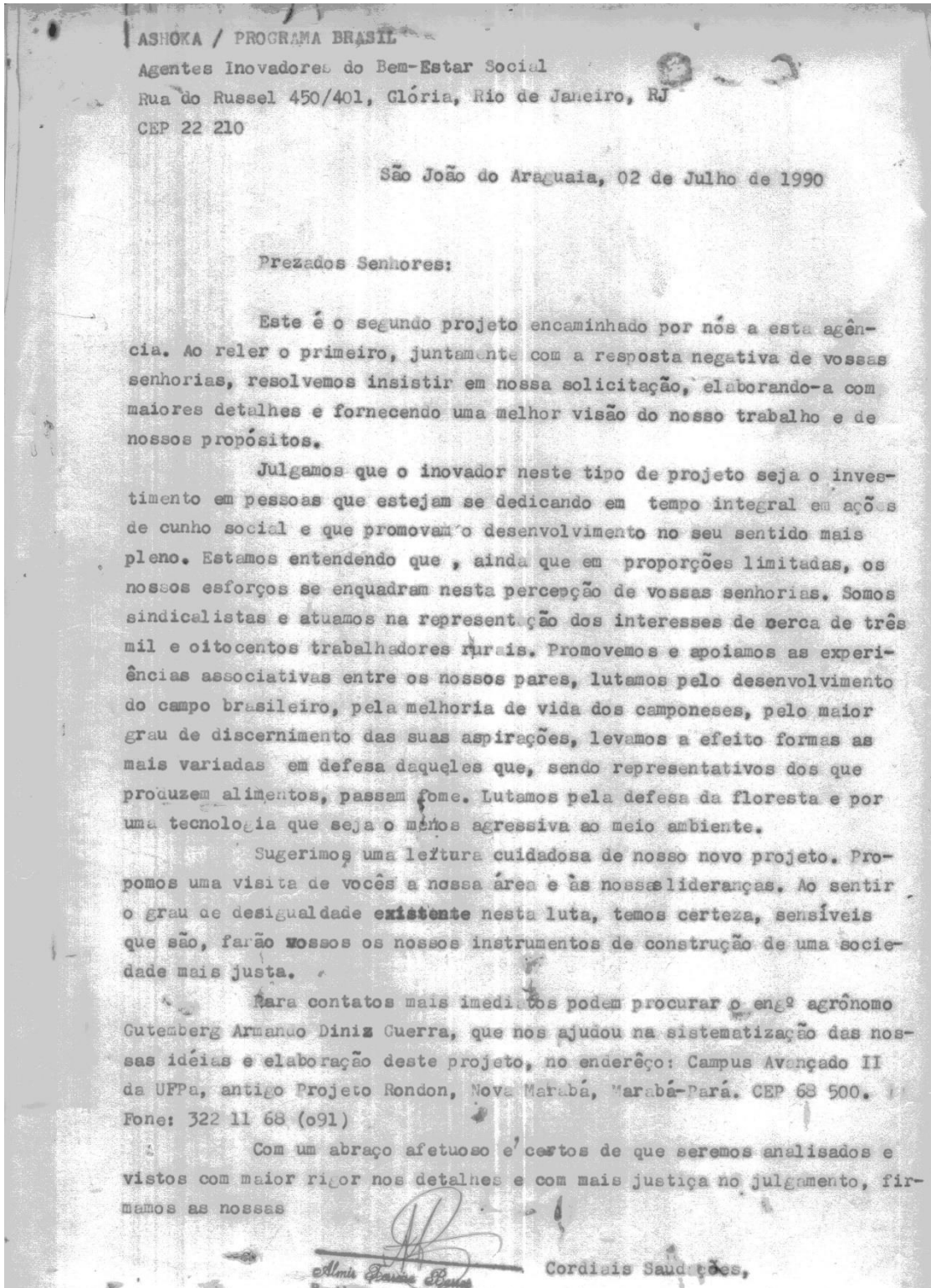
Excelentíssimo Senhor Presidente do IBAMA.
JOSÉ Gudenberg.

Venho através deste pela quarta vez mim dirigir a este Orgão, para pedir providencia imediata pela preservação das florestas tropicais, principalmente da aquelas produtivas como castanha do Pará, açaí, cupuaçu, coco babaçu e outros, já que estamos querendo preservar o Meio Ambiente, devemos respeitar a exigencia das populações tradicionais, existem aqui no Pará uma insensibilidade de madeireiras diariamente serrando castanheiras cortada dentro das áreas, sendo que o IBAMA, não toma nem uma providencia e eu como um Marabaense, quero lhe fazer uma denuncia e apresentar uma proposta, a denuncia é sobre o Castanhal Ponta de Pedra, sigana, Pimenteira ou legua JK, que apartir de 1.989, começou um processamento de carvão vegetal dentro deste área, que além de destruir a madeira branca, corta as castanheiras e vende para as madeireiras, em 1.988, apresentei uma proposta a o INCRA pedindo a desapropiação deste mesma área e manter como reserva extrativista, sobre o controle do Sindicato dos Trabalhader Rurais de São João do Araguaia, o INCRA não atendeu nossa pedido dizendo que a mesma ja era mantida em regime de preservação e ja apresentava o perfil de uma reserva extrativista, só que no mesmo ano esta área foi vendida para o fazendeiro o Sr Paulo Mariano de Texeira de Freitas na Bahia, o mesmo esta exterminando, toda castanheira, cupu e açaí que existe em 17 mil hequitario de castanhal, deixando milhares de familia que vive deste extrativismo aqui no nosso Municipio e na região sem a sobrevivencia para se e sua familia, ja houve tentativa de ocupação, Sr Paulo Mariano reagiu com pistoleiros e com apoio das principais autoridades da qui da região conseguiu expulsar os ocupantes e continuar a brutal degradação. Senhor Presidente eu não quero mim alongar muito, mais quero mim colocar a sua disposição, pedindo que se o Sr quiser justificar as minhas denuncias mande em carater de urgencia, pessoas serba para vir fazer um levantamento na região por que não é só nesta área que esta sendo praticada essa irregularidade, mesmo em área desapropriada e demarcada pelo INCRA, a onde os posseiros recebe total apoio do Governo, através de projeto, continuam vendendo castanheiras verdes para os madeireiros que eu concidero um absurdo, a proposta que eu apresento é que se ja desapropriado essas 17 mil hequitario e nos passe em termo de concessão para o uso exclusivo para extrativismm e assim garantimos preservar o Meio Ambiente e as florestas tropicais Nativas e Produtivas.

Assina. Almir Ferreira Barros EX Presidente
Almir Ferreira Barros São João do Araguaia, 12/04/92.

Fonte: Arquivo pessoal de Luzinete Nascimento.

**SOLICITAÇÃO DE APOIO A PROJETO AO
PROGRAMA BRASIL EM 1990**



Fonte: Arquivo pessoal de Luzinete Nascimento.

RESUMO DA TRAJETÓRIA DE VIDA DE SEU ALMIR E SOLICITAÇÃO DE AJUDA FINANCEIRA

FORMULÁRIO DO CANDIDATO

Nº de Entrada: _____ Data de Entrada: _____

1. DADOS PESSOAIS

Nome Completo: ALMIR FERREIRA BARROS

Endereço: RUA ANTONIO SEIXAS, 35

CEP 68 510 Cidade São João do Araguaia Estado Pará

Telefone: DDD _____ Res. _____ Trabalho _____

Local de Nascimento: GRAJAU Data 20/10/37 Estado Civil: CASADO

Número e Idade dos Dependentes:

1. 48 anos

Recomendado por (se for o caso):

Referências:

Indique três pessoas (excluindo parentes) que possam fornecer referências pessoais e profissionais.

Nome EMANUEL WAMBEGUE

Endereço RUA PLÍNIO PINHEIRO, 1070 - NOVO HORIZONTE MARABÁ PARÁ

Profissão TEC. EM DESENVOLVIMENTO Telefone 324 1734

Nome GUTENBERG ALMIR DÍAZ GUERIN

Endereço CAMPUS AVANÇADO DA URPA, Folha 17 Marabá - Pará

Profissão Engenheiro Agrônomo Telefone 322 11 68 (091)

Nome MARIA DE NAZARÉ ANGELO MENEZES

Endereço CAMPUS AVANÇADO DA URPA, Folha 17 Marabá - Pará

Profissão ENGENHEIRA AGRÔNOMA Telefone 322 11 68 (091)

Use folhas adicionais, caso seja necessário, para os itens seguintes:

2. EDUCAÇÃO

Período	Curso/Especialização	Instituição

3. LÍNGUAS:

Nomeie nos espaços correspondentes os idiomas estrangeiros que você conhece, indicando nos parênteses em branco seu grau de domínio dos mesmos conforme a legenda abaixo.

LEGENDA: (A) Muito bem (B) Bem (C) Regularmente (D) Mal

Idioma	Fala	Lê	Escreve
PORTUGUÊS	(X)	(x)	(x)
	()	()	()
	()	()	()
	()	()	()

4. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Relacione em anexo sua experiência profissional, incluindo em cada caso os seguintes dados:

- Período em que trabalhou;
- Nome da organização;
- Endereço da organização;
- Cargo que ocupou e descrição das suas funções.

5. CITE OUTRAS ATIVIDADES E PROJETOS DESENVOLVIDOS ANTERIORMENTE.

6. DESCREVA AS FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES DE SUA ATIVIDADE PROFISSIONAL ATUAL OU ANTERIOR E SUA RELAÇÃO COM O PROJETO PROPOSTO. (Caso tenha mais de uma, especifique-as.)

7. CITE OUTRAS ATIVIDADES E PROJETOS DESENVOLVIDOS ATUALMENTE.

8. PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES CIVIS (Sindicato e Associações).

9. ENUMERE E DESCREVA RESUMIDAMENTE ARTIGOS E PUBLICAÇÕES DE SUA AUTORIA OU EM COLABORAÇÃO COM OUTROS.

10. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE CONSIDERE IMPORTANTES.

11. IDEIAS EM GESTAÇÃO QUE GOSTARIA DE DESENVOLVER.

4. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- de 1950 a 1953 trabalhou como ajudante de carpintaria em Araguaína, antigo estado de Goiás, hoje Tocantins;
- de 1953 a 1956 como tripulante em transportes fluviais de carga, no trecho Belém-Porto Nacional;
- de 1962 a 1963 como garimpeiro no Tapajós, no garimpo do Peixoto, em Mato Grosso;
- de 1963 a 1968 trabalhou como castanheiro, em Marabá;
- de 1968 a 1970 como seringueiro no Alto Xingu (Porto Seguro e Português);
- no período de 1963 a 1970, entre uma safra e outra desenvolvia atividade de caçador de peles;
- entre 1970 e 1972 trabalhou com máquinas de perfuração e sondagem geológica, na exploração de minério de ferro, na Serra dos Carajás;
- a partir de 1972 licenciou-se do emprego na Serra dos Carajás, por acidente, e retoma as atividades na agricultura, na Vila de Santa Rita, antigo município de São João do Araguaia, hoje Brejo Grande do Araguaia;
- em 1975 associa-se ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Araguaia;
- de 1980 a 1982 trabalhou como garimpeiro no garimpo de Serra Pelada;
- em junho de 1982 é eleito delegado sindical da Delegacia de Santa Rita;
- de 1982 a 1985, junto com outros companheiros, organizou a oposição do STR de São João, desenvolvendo intenso trabalho que culminou com sua eleição a presidente, por três anos, sendo reeleito para o mesmo cargo em novembro de 1988;
- julho de 1986: participação intensa nas negociações junto ao GETAT/MIRAD para o reassentamento dos trabalhadores rurais ocupantes da Área Indígena Mãe Maria (índios Gavião do Pará), que resultou na desapropriação do Castanhal Araras. Duas ocupações do Mirad em Marabá (julho de 86 e julho 87) foram realizadas com o seu apoio, com a finalidade de resolver este problema, surgido entre índios Gavião e os trabalhadores rurais;
- em março de 1987 foi eleito vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará - FETAGRI;
- em maio de 1987 viajou às Antilhas Francesas participando de reunião para troca de experiências em agricultura para pequenos produtores. Nesta viagem discutiu-se a criação do Centro Agrário do Tocantins e o intercâmbio hoje existente entre a Universidade das Antilhas e Caribe;
- em outubro de 1987 foi um dos organizadores da caravana dos trabalhadores rurais à Brasília, na luta pela Reforma Agrária (acampamento de 10 000 trabalhadores rurais), no período da votação da comissão de sistematização da constituinte;
- em janeiro de 1988 é eleito delegado da FETAGRI no Sul do Pará, por 12 sindicatos;
- em março de 1988 foi eleito presidente do Conselho da Fundação Agrária

do Tocantins-Araguaia (FATA);

- de 1985 a 1988, durante a existência do MIRAD (criação do PRRA - Plano Regional de Reforma Agrária), foi membro da comissão Agrária do Pará, indicado pela FETAGRI, representando os trabalhadores rurais e elaborando pareceres com o objetivo de estudar a possível desapropriação de áreas compreendidas no chamado "Polígono dos Castanhais". Por diversas vezes, neste período, foi obrigado a se refugiar em casas de companheiros, devido a ameaças de morte sofridas por parte de latifundiários e pistoleiros da região;
- de 02 a 05 de julho de 1989 participou ativamente na organização da ocupação do INCRA (Marabá), na luta pela Reforma Agrária, ocasião em que se reuniram 2'000 trabalhadores rurais, representantes de oito sindicatos.

5. Ver item 4

6. Atualmente é presidente do STR de São João do Araguaia e pretende desenvolver este projeto ainda nesta gestão.

7. Um dos projetos desenvolvidos atualmente é o do Centro Agrário do Tocantins, programa desenvolvido junto com a Universidade Federal do Pará e os Sindicatos de São João do Araguaia, Itupiranga, Jacundá e Marabá. Consiste num programa de pesquisa, formação e apoio à pequena produção, através das organizações existentes na área. O projeto se traduz no esforço de alinhar instituições tradicionalmente a serviço de outros segmentos, num esforço de apoiar e atender a demandas colocadas por pequenos agricultores deste quatro municípios. O papel dos sindicatos é de discutir e tentar influir no atendimento destas demandas.

8. Ver item 4.

9. Almir Ferreira Barros tem participado de inúmeros eventos no Estado do Pará e no país, tendo seus depoimentos veiculados nos mais diversos canais de comunicação (jornais, revistas, boletins, televisão, rádio, vídeo).

10. O fato de não ter frequentado escola regular e de ter origem camponesa torna este tipo de solicitação com características muito diferenciadas do que o formulário solicita. Algumas informações aparecem com imprecisão de data pelo fato de que o trabalho do biografado ter se efetivado mais no setor informal. Esperamos que isto não prejudique o atendimento deste plei-

to.

11. Ideias em gestação que gostaria de desenvolver.

- Formação sindical para associados do STR de São João do Araguaia
- Construção, em São Domingos do Araguaia, de sede capaz de abrigar as atividades do Sindicato.
- Unificação das reivindicações de Sindicatos de Trabalhadores Rurais com as de Trabalhadores Urbanos. Grande parte das reivindicações dos trabalhadores rurais são em áreas em que os trabalhadores urbanos também se ressentem. O entrosamento entre estes dois grandes ramos de trabalhadores é fundamental para que se obtenham conquistas pleiteadas por ambos, como a implantação da Reforma Agrária, o serviço previdenciário e de saúde, educação adequada ao meio rural, entre outros.
- Reestruturação da Caixa Agrícola de São Domingos. Neste distrito de São João do Araguaia existe uma infra-estrutura de beneficiamento de arroz, pertencente à Caixa Agrícola dos Pequenos Produtores-CAPP, cujo funcionamento se encontra prejudicado pela má administração e falta de recursos. O STR promoveu uma campanha que culminou com a posse de uma nova diretoria (13/05/90). Esta diretoria necessita de um apoio efetivo em termos de orientação administrativa e recursos financeiros para gerência efetiva do estabelecimento. Pretende-se estender as atividades da Caixa para atividades associativas que facilitem a aquisição de mantimentos a custos mais baixos pelos agricultores, assim como é intenção promover atividades ligadas ao fornecimento de insumos como sementes e mudas aos associados.

TÍTULO DO PROJETO: FORTALECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL

CIDADE E ESTADO ONDE O PROJETO ESTÁ SENDO REALIZADO: SÃO JOÃO DO ARAGUAIA : PARÁ.

1. a) Objetivos específicos

- Custear despesas básicas do atual presidente do STR que, por envolvimento na atividade sindical, deslocou-se da produção e tem problemas para sua sustentação econômica.
- Custear despesas de deslocamento na área para reuniões, encontros, contatos;
- Custear a edição de um boletim bimensal.

b) Justificativas

Embora deslocado da produção, o pretendente desenvolve intenso trabalho junto às comunidades de sua área de jurisdição, em frequentes reuniões, assembléias, encontros, audiências, palestras, negociações, viagens para o interior do município e para cidades maiores a convite de instituições como universidades, sociedade civil. Estes deslocamentos, entretanto, inviabilizam atividades capazes de dar sustentação econômica, deixando o atual presidente em situação de necessidade.

c) Como pretende fazer a difusão deste projeto num contexto mais amplo?

O Sindicato de São João do Araguaia possui doze delegacias ativas que exigem um trabalho permanente de articulação. O projeto facilitará o deslocamento a essas localidades, atingindo um total de, pelo menos, 3 800 trabalhadores rurais sindicalizados. O STR de São João do Araguaia se articula com o movimento sindical do Estado do Pará, via PETAGRI, e com o movimento nacional através da CONTAG. A eficiência do trabalho terá reflexos nestas duas estruturas, numa divulgação imediata do esforço desenvolvido com o apoio da ASHOKA.

2. Histórico do Projeto

Os sindicatos de trabalhadores rurais no Brasil foram enquadrados na legislação a partir de 1964, no governo dos militares, e exerceu durante longo tempo uma prática atrelada aos interesses governamentais. A partir de meados da década de 70, assumem, lentamente, o papel de interlocutores das reivindicações dos seus associados mas se confrontam com um Estado forte e uma classe patronal intolerante e truculenta. O Sul do Pará é um dos mais marcantes exemplos desta luta.

Normalmente os dirigentes sindicais do movimento de trabalhadores rurais não recebem nenhuma remuneração por esta atividade. São sustentados pelas

dos. O fato é que as contribuições/mensalidades entre esta categoria profissional é irrisória e outro tipo de provento é sempre eventual e imprevisto, o que provoca estorvos e exigem um dispêndio de energia muito grande da direção, afetando o efeito positivo de seu trabalho.

A idéia do Projeto surgiu exatamente desta dificuldade. Uma ajuda de custo ao dirigente sindical com esta natureza e intensidade de atuação, potencializa o seu esforço, multiplicando os efeitos de sua atuação.

Neste tipo de atividade a difusão é feita automaticamente pela participação em eventos de nível municipal, regional, estadual, nacional ou internacional. A troca de experiências faz parte da prática dos sindicatos nos encontros e contatos realizados entre eles. O Boletim Informativo, com funcionamento regular, cupriria o papel de divulgação restrito aos sindicalizados.

3. A luta pela terra no Sul do Pará e apoio da Igreja Católica aos posseiros desta região nos aproximou desta realidade. O desejo de obtenção de um lote de terra para trabalhar e as dificuldades para mantê-lo produzindo, motivo de reflexões na comunidade eclesial de base, nos levou ao raciocínio de que o Sindicato poderia ser um eficiente instrumento para enfrentar este problema. A participação crescente em reuniões e o trabalho rotineiro de organização nos conduziu à delegacia sindical e à diretoria do Sindicato.

4. O Sindicato de São João do Araguaia possui assembleias bimensais, onde se reúnem a diretoria e os delegados sindicais, quando são discutidos os problemas por delegacia. A partir destas discussões é elaborado um cronograma de reuniões nas delegacias, com a presença de presidente, membros da diretoria, delegado sindical e associados, quando se procura dar tratamento às questões levantadas. Se os problemas levantados exigirem outro encaminhamento, eles são discutidos e feitos conforme deliberação. É o caso de audiências com o judiciário, pressão sobre instituições públicas, caravanas, acampamentos...

Em cada assembleia, bimensal, é feita uma avaliação dos encaminhamentos anteriores, discussão e reelaboração dos mecanismos anteriores, discussão e reelaboração de novos encaminhamentos para os meses seguintes.

Uma programação de eventos é feita cada ano, aprovada em reunião do Conselho da FATA/LASAT/CAT, e levada à efeito com pequenas modificações e ajustes no tempo. (VER ANEXO).

5. Eventualmente recebe ajuda de pessoas e entidades que apoiam o seu trabalho, porém sem nenhuma regularidade. Este ano colheu arroz na roça de lavradores da região, recebendo uma remuneração em produto, que dá para cobrir a despesa de alguns meses. Atualmente mora na casa de uma irmã.

6. Bolsa de manutenção	3 Salários mínimos x 19 meses ...Cr\$ 205 200,
Custos de deslocamento	19 vezes x 17 delegacias x Cr\$ 300, por viagem
	...Cr\$ 96 900,

Edição de Boletim bimensal

9 x 1474,00

13 260,00

Total..... 315, 360,00

7. Outras fontes de recursos para este projeto. Estas atividades deverão ser desenvolvidas com recursos do próprio STR e deste projeto.

8. Anexos

- Programação de atividades específicas da Fundação Agrária do Tocantins-Araguaia, FATA/CAT.
- Recortes de publicações em que o Sr. Almir Ferreira Barros aparece como protagonista em seu trabalho de sindicalista.

9. Outras informações consideradas importantes. O STR de São João do Araguaia tem vivido do esforço e sacrifício de suas lideranças sindicais, implicando dificuldades financeiras e pessoais que este projeto aliviará, assim como daria um maior efeito às ações até então desenvolvidas. Projeto anterior encaminhado a esta mesma instituição e não aprovado foi considerado por nós com informações que não esclareciam devidamente as nossas dificuldades, daí a nossa persistência

São João do Araguaia, 15 de Junho de 1990

Almir Ferreira Barros

Presidente


Presidente

ANEXO II – ENTREVISTA/DEPOIMENTO Á JORNAIS E/OU MANCHETES

ENTREVISTA CONCEDIDA DO SEU ALMIR CONCEDIDA AO JORNAL PARÁ AGRÁRIO EM 1987 ONDE FALA PARTE DE SUA TRAJETÓRIA E DA SUA ATUAÇÃO FRENTE A FETAGRI ESTADUAL ASSIM COMO AS AMEAÇAS SOFRIDA

DEPOIMENTOS

Líderes sindicais travam árdua luta para conscientizar o homem do campo

Apesar da luta solitária de poucos líderes, o sindicalismo rural cresceu e tornou-se parte do dia-a-dia dos trabalhadores. Durante o Seminário sobre o Carvão Vegetal e a Indústria Siderúrgica na Amazônia, promovido pelo Idesp e realizado em Marabá, em 24 de novembro de 87, o vice-presidente da Fetagri (Federação dos Trabalhadores na Agricultura), o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá e o delegado sindical de Curionópolis,

falaram sobre a luta que enfrentam para conscientizar os trabalhadores e reivindicar reforma agrária e melhores condições de vida para o homem do campo. Numa região abalada por inúmeros conflitos agrários, os líderes sindicais desenvolvem um trabalho cansativo, e que nem sempre é recompensado, e ainda tornam-se vítimas de emboscadas e outras formas de violência. Na busca de soluções para os conflitos, os sindicatos acabam desviando-se de seus objetivos.

Entrevista realizada com Almir Ferreira Barros, vice-presidente da Fetagri; trabalhador rural e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Araguaia, em Marabá-Pará, no dia 24.11.1987, às 14:00 hs.

Pará Agrário - Idesp - Como o sr. atua na função de líder sindical nesta região?

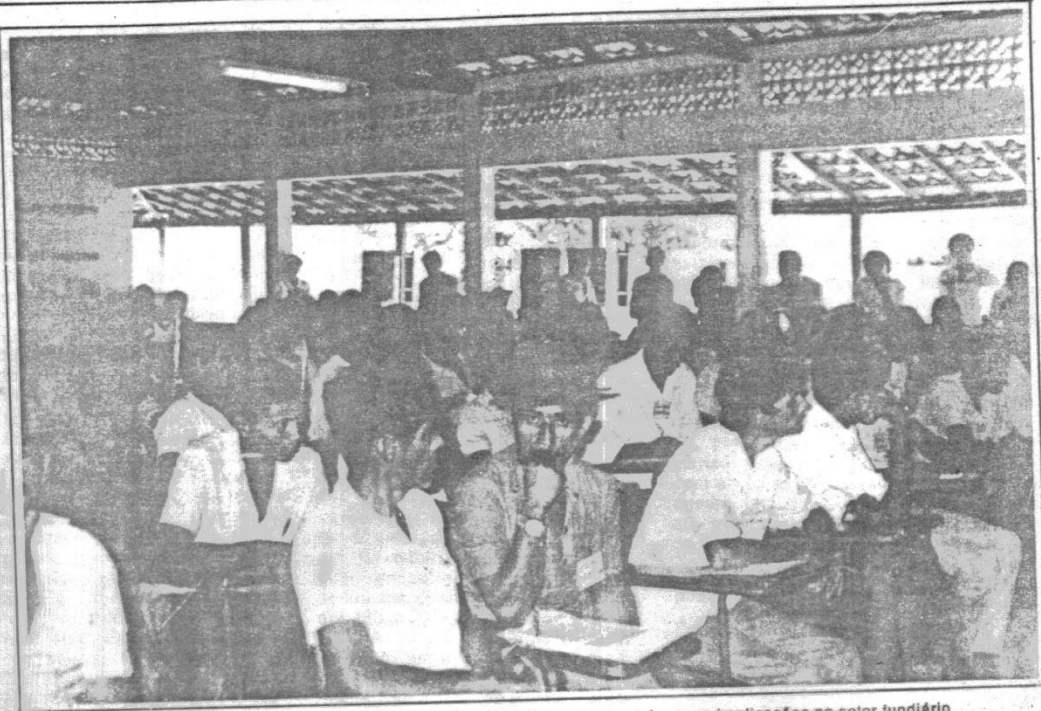
Almir Ferreira Barros

Primeiro, sou trabalhador rural, tenho um lote no município de São João do Araguaia, conhecido como Fazenda Planalto, só que não é fazenda, é um lote de 100 ha. Está desbravado numa base de 60 ha, 40 ha ainda é mata, por causa do respeito à ecologia. Agora, eu trabalho no movimento sindical desde 1982. Trabalhei três anos como delegado sindical atuando numa pequena delegacia e depois, devido à minha atuação, fui convidado pelos trabalhadores rurais do município e me vi obrigado, devido à grande necessidade de apoiá-los a furar o espaço de outra região para atuar como um líder sindical, uma vez que o presidente não era um cara atuante. Como delegado que eu era, minhas atividades se restringiam a uma pequena região e como eu tinha uma contribuição maior a dar, aceitei concorrer ao cargo de presidente de Sindicato, assim eu havia passado três anos

como delegado sindical na Vila de Rita, no município de São João do Araguaia. Depois, quando acabou o mandato prestei conta, com toda a honestidade e entreguei o lugar. Os trabalhadores rurais já haviam me escolhido para concorrer numa chapa de oposição ao presidente, e a gente encampou essa luta desde quando eu era delegado sindical. Por isso, fui cassado pelo outro presidente sindical três vezes. Eu me defendi contra cinco ações judiciais. Conseguí me defender e concorrer, mas eles impediram que a gente registrasse nossa chapa. Entramos com ação na Justiça do Trabalho pedindo que fosse suspensa a atividade do presidente, que estava com o mandato vencido. Foi suspensa a atividade dele e composta uma junta governativa para preparar as eleições, da qual o Jurandir foi o presidente e o Adelson o secretário. Essa junta organizou as eleições, num trabalho que durou seis meses. No final de 85, eu concurrei. Eles desistiram de concorrer comigo; nós entramos com nossa chapa única; ganhamos a eleição e, a partir de dezembro de 1985, comecei a trabalhar como presidente do sindicato. Em dezembro de 86, fui convidado para compor a chapa da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri-Pa), devido à minha atuação no sul do Pará. Os sindicatos fizeram questão de dar o voto caso eu

participasse da chapa. O objetivo deles era que eu pegasse uma posição mais comprometida, mas como não tenho instrução, não posso ser secretário. Então me restringi a ser tesoureiro e fiquei como vice-presidente.

Nós tínhamos os sindicatos do sul do Pará, que são filiados à Fetagri-Pa, que disseram que só dariam o voto à chapa caso conta-se com a minha participação como vice-presidente. Ficou um pouco pesado, porque a chapa que estava representada era a que não se identificava politicamente com o nosso pensamento, mas nós não nos preocupamos com isso e dissemos para eles: nós não vamos com pensamento político, mas com pensamento em união organizativa com os trabalhadores rurais. Temos que respeitar as oposições, mas o que é a Federação, hoje, para nós? Federação é um órgão dos trabalhadores rurais, não de um partido, então estou de acordo em compor a chapa mesmo sabendo que sou do PMDB, - até o momento não sou filiado, mas votei nas eleições passadas porque achei que deveria votar e isso não me impede de participar da chapa, porque os outros companheiros são de vários partidos. Ela tem que adotar uma posição de defesa dos trabalhadores rurais e não de defender políticos ou partidos. Com esse espírito, entramos lá e fomos atuado até hoje. Tenho bom rela-



Trabalhadores rurais discutem a implantação do Pólo Siderúrgico de Marabá e suas implicações no setor fundiário

cionamento com a Federação e eles têm respeitado bastante meu trabalho. Os trabalhadores rurais do sul do Pará, não abrem mão do meu apoio, de minha atuação. Foi isso que fez com que eu compusesse a chapa da Federação e, hoje, eu atuo no sul do Pará, como presidente, há 2 anos.

Idesp - Fale um pouco mais sobre sua atuação na questão dos conflitos.

A.F.B - Os sindicatos de trabalhadores rurais do sul do Pará, são sindicatos difíceis de se atuar, devido aos conflitos agrários. Nas negociações eu acompanho os sindicatos, como representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura porque só assim tenho voz e voto. Desta maneira, quando surge um problema vai o Presidente do Sindicato e eu vou junto. Ele fala como presidente e eu falo como Federação. Quando o Sindicato não está presente eu vou, não substituindo o Sindicato, mas apoiando, reforçando no que o

Sindicato tinha que fazer. Dou o meu apoio como Federação e como Sindicato. Depois das negociações eu volto e comunico para o Sindicato o que eu fiz.

Os sindicatos do sul do Pará, principalmente os de Marabá, Xinguará, Rio-Maria e outros, têm alcançado um apoio mais efetivo, mais forte, que tem dado para conquistar algumas coisas, não só aqui, mas também no Mirad. Tenho atuado junto com eles (sindicatos rurais), tenho acompanhado levando documentação por eles, questionando e mostrando que eles têm que apoiar e defender aquilo que está sendo encaminhado. Com isso, os sindicatos se sentem mais fortalecidos, se acham mais apoiados, porque hoje já tem alguém da Federação que pode ajudar os encaminhamentos. Muitas vezes temos conseguido a devolução de áreas a posseiros despejados, mas isso, depois de muita luta e com muita garra. Na hora de qualquer confusão, eu

chamo o prefeito de Marabá, os vereadores, a CUT e os companheiros do PT. Nós fazemos um "auê", pressionamos as autoridades. Convoca-se o juiz, o secretário, às vezes até o comandante do 4º BPM e discute-se a questão até que o companheiro seja reintegrado. Isso tem sido muito bom para os trabalhadores, mas ao mesmo tempo tem sido muito ruim, e tem puxado muita perseguição para cima de mim, porque com isso, aqueles que pretendiam maiores áreas tiveram algumas perdas nos seus interesses. Como exemplo, nós encaminhamos ao Mirad 35 processos de desapropriação dentro do Polígono dos Castanhais. Como membro da Federação no sul do Pará, estou atuando lá. Os trabalhadores inclusive, escolheram meu nome para representar, criar uma delegacia da Fetagri, aqui no sul do Pará e queriam que eu fosse o delegado. Tem muita confusão aqui. Os proprietários desses castanhais ficaram bastante irritados, e essas questões

tem feito com que eles tomem decisões para me eliminar. O meu apoio tem sido dado a todos os sindicatos, tenho entrado nas questões do Incra. Nunca recusei tudo que chega ao meu conhecimento. Já fui pressionado dentro do Incra por duas vezes e por três vezes, o pessoal da UDR já veio com uns 22 lá dentro, quando eu estava negociando com o proprietário; outra vez com dois fazendeiros que eu questionava a desapropriação de uma área e que acabou sendo desapropriada. Mas, nessa hora, o proprietário entrou e me pressionou tanto dentro do gabinete que, me deu uma revolta muito grande. Não querendo ficar calado diante dele, tive que falar muito mais forte, com isso eles ficaram muito irritados. Logo no outro dia, eles ficaram circulando no Getat, porque havia um grupo de posseiros acampados, inclusive os que estavam dentro da propriedade que eu questionava a desapropriação. Ele começou a circular com dois pistoleiros dentro do carro e rondar o acampamento. Eu estava lá, junto dos posseiros. Nós avisamos a Polícia Federal, que foi lá e o afastou da propriedade. A Polícia Civil ficou circulando durante os dias seguintes, sei lá e eles não vieram mais. Mas eu sei que, hoje, existem muitos latifundiários que tentam não pagar a qualquer custo e tem sido muito difícil o meu trabalho, principalmente agora. Nem em casa eu posso mais parar. A maioria deles são favoráveis à minha eliminação. Hoje, eu não tenho dúvidas de que são muitos proprietários. Mas em nenhum momento, eu recuei e jamais vou recuar. Já sei que eles têm raiva de mim, porém não vou desistir. A partir dessa decisão a gente começou a fazer um trabalho. Estamos por aí vendo como é que vai ficar.

Idesp - O senhor sabe quem são esses latifundiários?

A.F.B. - Eu não tenho provas, mas sei que são certas pessoas que foram prejudicadas com a reintegração de posse que questionamos e conseguimos resolver, as propostas que encaminhamos ao Mirad para desapropriação de Castanhais e de fazendas; os grileiros que tiveram que abrir mão das áreas que pretendiam regularizar, etc. Assim, eu posso dizer

que não é só um grupo, mas muitas pessoas são favoráveis à minha eliminação. Eu sei até que tem gente oferecendo capanga para me matar.

Entrevista com Antonio Francisco da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá, na sede do Mirad.

- Marabá, 24 de novembro de 1987.

Idesp - Gostaríamos que o senhor falasse um pouco sobre o surgimento do movimento sindical na região.

Antônio Francisco da Silva -

No município de Marabá eu cheguei em 74 - vindo de Goiás, mas nasci no Piauí - porque diziam que no Pará o sujeito não precisava comprar terra; era chegar e tirar o pedaço. Por isso eu vim e até fui muito feliz. Quando cheguei, encontrei um cara que me cedeu um direito dele, a terra não era titulada, mas logo consegui a titulação e depois surgiu a idéia, dada por um cunhado meu, para a fundação do sindicato. O meu cunhado João Lourenço de Paula, conhecido por "João Cupú", foi o criador do sindicato. Ele foi muito pressionado. Dez pistoleiros invadiram a casa dele. Ameaçado de morte, ele foi obrigado a largar tudo.

A diretoria do Sindicato era composta por 12 pessoas. Eles largaram tudo, abandonaram, só ficou eu, na qualidade de delegado sindical. Fiquei lá aguentando e fui para o meio dos trabalhadores. Mataram um companheiro pensando que era eu, na estrada da minha roça. Depois que acalmou tudo, eu ia para minha roça, colher arroz, na companhia de 50 homens. Nós encontramos mais de 10 trincheiras ao redor da minha roça. Houve o despejo e nós entramos na Justiça, ganhamos e os posseiros continuam lá até hoje.

Com a minha luta os trabalhadores resolveram destituir a velha diretoria e formar uma nova. Eles me apoiaram como presidente. Eu fiquei de 82 até dezembro de 84, quando foi reconhecido nosso Sindicato havendo eleição. Tivemos até uma chapa de oposição. Mas com o trabalho da gente, ganhamos com 95% dos votos.

Idesp - Quantos sindicalizados existem em São João do Araguaia?

A.F.B. - Nós temos 3.400 trabalhadores rurais sindicalizados.

Idesp - E quantas delegacias sindicais?

A.F.B. - Temos 14 delegacias sindicais. Nós estamos levantando o número de delegacias sindicais existentes pois a FETAGRI nos cobrou isso. Já tem várias delegacias relacionadas e vamos encaminhar a lista para a Federação e para a Contag também. Estamos fazendo a relação de delegacia por delegacia com seus respectivos números de sócios. Depois eu faço um documento só, contabilizo, para incluir num único texto, mando para a Federação e fico com a cópia. Nós sabemos que no quadro tem 33.400 sindicalizados até hoje; Marabá tem uma média de 7.000.

Idesp - De quem era a chapa de oposição?

A.F.S. - A chapa de oposição era encaminhada pela Igreja e a minha chapa era a dos trabalhadores rurais.

Idesp - O que tem feito o Sindicato na luta pela posse da terra?

AFS - A única coisa que o sindicato faz no município de Marabá é brigar para que o trabalhador rural fique na terra. Isso é o que a gente tem feito desde 82, quando eu assumi.

Apesar de que, em 1980, - eu fui delegado sindical até 82 - já estava tratando da questão sobre o Castanhal Fortaleza, chamado "Pau Seco". Conseguimos vencer essa parada com muita luta; perdemos companheiros lá, como foi o caso do Gabriel Pimenta. Desde essa época, a gente vem diretamente defendendo o trabalhador. O principal papel do Sindicato é defender o trabalhador.

As vezes, a gente deixa de fazer algumas coisas importantes para o sindicato por falta de tempo, porque todos os dias há problemas com os trabalhadores.

Idesp - O que o senhor chama de "fazer alguma coisa pelo sindicato"?

A.F.S. - Tem várias coisas que são importantes até mesmo orientar o trabalhador a entender o

**ENTREVISTA DO SEU ALMIR CONCEDIDA AO JORNAL PARÁ
DESENVOLVIMENTO EM 1987 ONDE CRITICA AUTORIDADES POR APOIAREM
A IMPLANTAÇÃO DE INDÚSTRIA NA REGIÃO DE MARABÁ E NÃO APOIAR OS
TRABALHADORES RURAIS**

Pequenos produtores rurais: implantação da indústria leva à marginalização do campo

Almir Ferreira Barros*

Lamentando a ausência de autoridades como: o secretário de Estado de Agricultura, Cláudio Furman; o secretário da Indústria, Comércio e Mineração, Nelson Ribeiro; o presidente do IBDF, Antônio José Guimarães e o presidente da Itaminas, Bernardo Contijo, que haviam retornado a Belém, o vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri), Almir Ferreira Barros, reconheceu a falta de interesse e desprestígio manifestos pela ausência das autoridades citadas em relação a fala dos trabalhadores do campo: "Por se tratar de uma palestra que pertence aos trabalhadores rurais, muitos negaram suas presenças, como se não tivessem compromisso com a categoria. Como se hoje bastasse simplesmente produzir carvão vegetal e desenvolver a indústria, deixando de lado a produção de alimentos. Isso nos causa grande revolta.

Nós sabemos que Marabá é um pólo de atração de imigrantes muito forte e hoje, o município já representa um dos maiores do Estado do Pará. E não é à toa que Marabá se transformou num pólo de imigrantes. Há motivos para que esses fluxos migratórios se dirijam para cá. O motivo principal é a política de desenvolvimento da Reforma Agrária aplicada pelo Governo Federal, mas há outras questões.

Hoje a gente tem claro que gera problemas e muito fácil e tem muita gente para fazer isso. Agora, lutar contra o problema ao lado das pessoas atingidas, não tem quem queira. Lutar contra os conflitos que surgem, principalmente no campo, é muito difícil. Como vice-presidente da Fetagri, me senti profundamente revoltado quando vi esse plenário, ontem, cheio de gente importante defendendo a industrialização, a implantação do Distrito Industrial de Marabá, da Siderúrgica da Itaminas, e hoje temos o plenário tão vazio. Vazio de autoridades mas cheio de trabalhadores rurais. Gente de rosto sofrido devido à falta de assistência que sofre ao longo do tempo. Marcados pelo sofrimento neste Estado do Pará e, principalmente, do sul do Pará. Os trabalhadores rurais não vieram para o Pará por um acaso. Vieram esperançosos por uma vida melhor, com mais pão sobre a mesa para alimentar seus filhos. Acreditamos na política do

Foto: Raimundo Gomes



A força tem demonstração constante na região de Marabá, freqüentemente, os posseiros têm suas casas queimadas.

Foto: Raimundo Gomes



As terras são abandonadas sem que os conflitos fundiários sejam solucionados. O poder do latifúndio ainda é tudo na Região.

Governo de Reforma Agrária. Acreditamos no desenvolvimento agrícola capaz de dar tudo ao trabalhador do campo; aquilo que ele precisa. Foi por isso que Marabá se tornou o grande pólo migratório que é hoje". Em sua exposição, "O Pequeno Produ-

tor e o Carvão Vegetal", Almir Ferreira relatou a surpresa desse segmento diante da instalação dos grandes projetos siderúrgicos na Amazônia, em particular Marabá: "Está muito claro que a indústria siderúrgica vai beneficiar quem vive de salário, mas vai margina-

* Vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri)

lizar os camponeses na sua totalidade. A esperança dos agricultores, apesar de que o pequeno produtor não pode ser considerado um agricultor de fato, porque muitos não têm terra, é a consolidação da política prometida aos agricultores, até hoje não efetivada. Nós, camponeses que vivemos em cima de terras irregulares, acreditamos na legitimidade da posse de nossas terras. Nós somos os legítimos donos da terra porque dela vivemos e produzimos, ainda que perante a Lei sejamos posseiros irregulares.

Sem a legalização da posse da terra é impossível o desenvolvimento agrícola na Região. E, para dificultar ainda mais a situação, recebemos hoje projetos

que vão marginalizar e expulsar do campo todos aqueles que esperam, há anos, pelo título definitivo de posse da terra e uma melhor condição de vida e trabalho para os trabalhadores do sul do Pará.

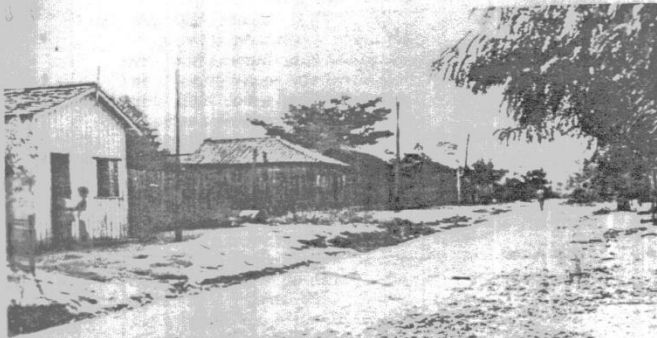
Lamentamos mais uma vez sermos pegos de surpresa por esses projetos e ver que só resta sentarmos com os camponeses como lideranças dirigentes do movimento de trabalhadores rurais e discutir o que fazer diante dessa realidade que nos pegou de "calças na mão". Para nós, não adianta mais ficarmos com os braços cruzados esperando a grande política que, afinal, sempre foi negativa para nós, lavradores. Ao longo dos tempos, os trabalhadores rurais fi-

caram de braços cruzados esperando que as coisas acontecessem pacificamente. Por isso, até hoje não alcançamos o mínimo, nem o suficiente para uma vida melhor para nossas famílias. Diante dessa situação, reunimos e colocamos no papel uma proposta que apresentaremos aos representantes dos grandes projetos que hoje se desenvolvem no sul do Pará. Nós não aceitamos que nos digam que devemos ser carvoeiros, produtores de carvão, quando não podemos ser sequer agricultores. Somos agricultores e não podemos fugir disso nesse momento e aceitar uma indústria que vai eliminar nossa identidade de trabalhadores rurais. Não podemos sequer ser reconhecidos como legítimos donos das terras. Como produzir nessa terra? Além das conseqüências que a industrialização trará ao meio rural, ela ataca profundamente a nossa ideologia e o nosso sonho, que é produzir não só para nossa subsistência, como para comercializar.

Me revoltou quando eu ouço dizer que até hoje o Pará ou o Brasil não desenvolveu na área econômica produções que respaldem os interesses da Nação. É claro que sim, pois o boi nós não produzimos, mas quem produz exporta para fora. Ontem, o dr. Sérgio Leão disse que nada fica no país. Eu digo que sim. O produto dos pequenos produtores fica aqui e abastece as nossas mesas e as dos grandes produtores. Nós, mesmo marginalizados, mesmo sem condições, temos garantido a alimentação do povo brasileiro, do povo paraense e do povo marabaense. Somos nós, pequenos produtores, que representamos 80% da totalidade dos produtores e temos apenas 20% das terras do Brasil para sustentar 95% da população.

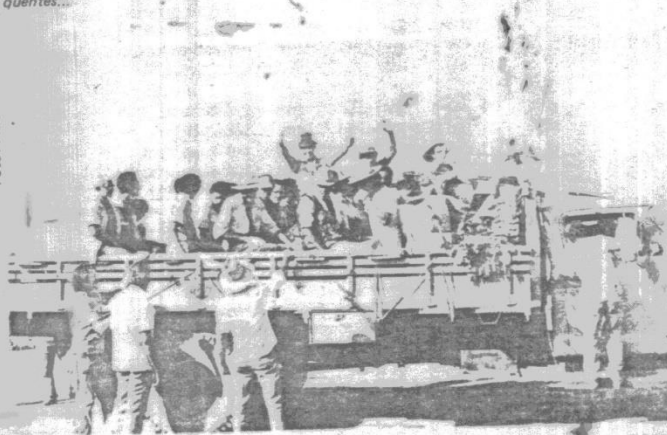
É esse o segmento oprimido, marginalizado e até injustiçado quando tenta adquirir um pedaço de terra, perdendo muitas vezes, a vida nessa luta. Ontem, o dr. Nelson Ribeiro falou que o Estado está recebendo de volta a sua autonomia sobre as terras devolutas. Muita gente ficou alegre. Eu fiquei triste pelo seguinte motivo: as terras do Estado que hoje estão requisitadas ou são ocupadas mediante aforamento as vezes até irregular, foram colocadas nas mãos dos donos legais pelo próprio Governo do Estado. Enquanto que 85% dessas áreas são compostas por latifúndios improdutivos. Há poucos dias, nesta região, nas terras que foram ocupadas pelos pequenos e nas quais eles produziram para o seu sustento, oito pais de famílias foram chacinados e o-

Foto: Ademir Braz



As graves condições de vida no campo com a elevada concentração de terras e os conflitos frequentes...

Foto: Ademir Braz



Funcionam como elementos de repulsão. A expectativa de emprego na cidade atua como fator de motivação para migrar.

dos tomaram conhecimento. Se a terra está improdutivo, não está cumprindo seu papel. Nós pedimos que essa área, fosse desapropriada para efeito de Reforma Agrária. No entanto, o Governo foi favorável à retirada dos nossos processos de desapropriação, para que as terras pudessem ser vendidas para uma empresa siderúrgica para facilitar a implantação e a pro-

dução do carvão vegetal. É o caso do Castanhal Ubá que estava com o processo pronto no Mirad para desapropriação e foi sustado porque era castanhal e agora foi vendido para a Itaminas. E há fornos já instalados. Por tudo isso, eu quero fazer uma pausa para a leitura do documento elaborado pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Região e a Fetagri, ba-

seado em estudos feitos durante o III Seminário do Carvão Vegetal e o Pequeno Produtor* e que reúne nossas reivindicações:

* Ciclo de discussões em que trabalhadores rurais da Região discutem sua situação face aos projetos do pólo siderúrgico de Marabá. Refere-se ao III, realizado no fim-de-semana anterior, em Marabá.

O carvão vegetal e o pequeno produtor

Reunidos no III Seminário do Carvão Vegetal e o Pequeno Produtor e baseados nos estudos que fizemos nos seminários anteriores sobre as conseqüências da implantação das Indústrias Siderúrgicas na região de Marabá, percebemos dois pontos muito importantes que passamos a relatar:

1. Os pequenos produtores vivem da agricultura e durante anos não percebem nenhum apoio efetivo do Governo. Hoje, com a implantação das indústrias siderúrgicas correm um grave risco de se deixarem envolver pela fabricação de carvão vegetal. Antes de qualquer coisa queremos continuar sendo agricultores e exigimos o apoio que não nos forneceram durante todos estes anos, independente de nossa possível participação na produção do carvão vegetal para as indústrias. Nós exigimos:
 - a) A garantia da participação dos pequenos produtores, através dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, em todas as decisões e execuções dos projetos e programas relacionados à questão da agricultura e do carvão vegetal nesta Região.
 - b) Viabilização financeira na criação e implantação do Centro de Desenvolvimento Rural do Tocantins.
 - c) Desapropriação urgente das terras ocupadas e dos latifúndios improdutivos com emissão na posse imediata.
 - d) Abertura de estradas vicinais para os centros produtores hoje isolados e conservação das já existentes, abertas pelos próprios produtores ou madeireiras.
 - e) Aparelhamento e apoio dos órgãos do setor público às caixas agrícolas e outras organizações formais dos produtores, como: armazéns, equipamentos para secagem, beneficiamento e classificação, transporte, recursos para

cobrir a aquisição da produção dos agricultores que não podem esperar chegar o bom preço e para criação de cantinas comunitárias, preço mínimo para a castanha do Brasil.

- f) Efetivação dos serviços de saúde, saneamento e educação, nos centros produtores.
 - g) Moralização da Polícia e da Justiça.
2. A mata é nossa vida. Exigimos o rigoroso controle da devastação florestal, a fim de evitar a morte dos rios, o empobrecimento do solo e outros desastres ecológicos

que já ocorreram em outras regiões. Que o IBDF faça cumprir a legislação florestal. Que as empresas siderúrgicas tornem público seus Relatórios de Impacto sobre o Meio Ambiente.

Marabá, 22 de novembro de 1987
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Araguaia
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itupiranga
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jacundá



A organização da classe trabalhadora é cada dia mais forte

ENTREVISTA DO SEU ALMIR CONCEDIDA AO JORNAL PARÁ DESENVOLVIMENTO EM 1988 ONDE RELATA SOBRE OS PROBLEMAS DE LUTA PELA TERRA E OS DE CUNHO AMBIENTAL

ou a comunidade com o bom senso dele.

Se estivemos em Brasília, gostei muito dele. Aonde ele está em questão ele é positivo. Ele é solidário da luta do índio. Gostei muito da luta dele. Ele tá ocupando o Sindicato. Eu dou var ao Almir desde que ainda não era presidente do Sindicato. Os trabalhadores rurais devem dar o valor em primeiro lugar ao Almir, que é Presidente do Sindicato. Então, a luta dele foi errada. Nós lutamos juntos e ele me conhece. Várias vezes nós lutamos juntos. O problema que lutamos, graças a Deus, os posseiros saíram satisfeitos nós estamos satisfeitos também.

Nós esperamos que o povo saiba o problema da reserva da área do índio. Sei que tem vários litígios de nativos que ficam na área dos índios. Nós mos um povo que não conta. Então gente deixa destruir aquele fruto — pupu, castanha, caça.

É impossível o homem não entender! Homem não entende a maneira e é aquela propriedade e pode dizer: "aqui é a minha propriedade". Como é que eu posso entrar? Eu posso invadir, ou um grupo invade?

Sei que tenho que saber como posicionar, como posso tirar aquele cultivo do mato, como posso matar a caça. Isso eu acho errado. Ainda que a gente encontre ou pegue uma pessoa dentro da área, ele quer procurar direi- to que quer brigar, mas como? O cara que se convencer de que está errado. Dentro de um lote, ou uma casa, a pessoa que entra está errada, a área está invadindo. Então, a pessoa que reconhecer, pedir desculpa,

ora a pessoa esteja necessitada, a razão é que obrigou a pessoa entrar. Muitas vezes, o homem que nós mos na área, queria começar a brigar. Mas digo: "o senhor está errado, o senhor não pode brigar por aí do que não é seu. Aqui é nossa".

O senhor tem que entender. Agonatar nós não vamos, mas o senhor que reconhecer que não deve entrar para roubar mais uma vez. Eu posicionar que o senhor está roubando. O dizer que o senhor está roubando, então está errado. O senhor tem que considerar respeito porque nós invadimos o limite nenhum da área nós não depredamos a área de co nenhum. Nós respeitamos. Se quisermos entrar na área de qual- pessoa, é preciso pedir primeiro, podemos entrar. Nós não temos da na área dos outros, nós temos pedir". Tem muitas vezes que nós mos aquele genipapo que fica na

área dos outros, então, a gente chega lá e pede. Só pode ceder aquele genipapo pra gente apanhar, pra se pintar, pra usar; ou, urucu, que a gente às vezes não tem. Então, se o homem quiser ceder, cede. Mas, se não quiser ceder, a gente pode brigar? Não. A gente é político.

"Sabemos que não vai haver Reforma Agrária. Muito menos um projeto de apoio técnico"

Almir Ferreira Barros

Não temos dúvida de que a agressão à natureza tem sido feita de maneira brutal, principalmente, no sul do Pará, que sempre foi o palco da violência não só contra a pessoa humana como também contra a natureza. Porque nunca teve realmente o interesse das autoridades, de preservar a natureza, porquanto nunca houve um ensinamento nem dos pequenos e nem dos grandes proprietários para evitar essa situação. Quando cheguei aqui em Marabá, em 54, 57, era o Pólo Castanheiro, onde tinha castanha de propriedades e tinha castanha de município. Onde aqueles que não poderiam comprar castanha dentro das propriedades cortavam a dos municípios. Mas sempre tinha castanha para vender. E hoje, você vê que Marabá é um verdadeiro deserto. Não é só Marabá, mas todo pólo castanheiro hoje se acha, no mínimo, 42% devastado. Por que?

O próprio Governo do Estado que sempre foi favorável a isso, nunca traçou uma política de ensinamento e nunca proibiu a maneira brutal com que foi agredida a natureza. E nós sabemos que cada vez que a natureza sofre agressão, cada vez que a natureza está sendo devastada brutalmente, quem sofre as consequências são os pequenos proprietários — os trabalhadores rurais.

E porque diminui a nossa participação dentro do nosso trabalho como agricultor que cada vez mais vai encurtando a nossa participação de atividade no trabalho agrícola.

A gente não tem dúvida que hoje, no sul do Pará, o Governo, o Ministro quer botar nas costas dos posseiros aquilo que ele podia e devia ter botado nas costas dos proprietários, dos afo- reiros, quando eles começaram a utilizar a natureza de maneira brutal e irregular.

Quando aforaram os castanhais para extrativismo de castanha, de repente traçaram uma política de agropecuária e, sem consultar as autoridades, eles traçaram este plano e aplicaram. E nós, trabalhadores rurais, sentindo que cada vez mais estávamos ficando marginalizados, tivemos que tomar iniciativas de começar a ocupar a natureza porque nos pertence também. Também somos donos da natureza, somos donos da terra. E por isso a gente passou a ocupar. Ocupar e desmatar também muitas vezes de maneira irracional porque não tivemos ensinamento. Sabemos que o Estado, o Governo Federal têm os seus órgãos que se dizem competentes, que têm competência mas nunca foram interessados em ensinar, ou seja, em acompanhar os trabalhadores rurais para evitar que usassem a terra de maneira irregular e a transformassem em um verdadeiro deserto.

Infelizmente, o que foi traçado foi uma política de interesse econômico para fortalecer os latifúndios, fortalecer os pecuaristas, fortalecer a especulação. Enquanto isso, marginalizando centenas de milhares de trabalhadores rurais, que pra cá vieram puxados por uma política traçada pelo Governo de Reforma Agrária pra dar aos órgãos, enquanto dizia que a Amazônia era "terra sem homem para o homem sem terra".

Isso, através de toda a influência de necessidades, fez com que o Pólo de Marabá, ou seja, o Polígono dos Castanhais, se transformasse numa verdadeira área de ocupação pelos posseiros que chegaram aqui nesta região esperando ter um nível de vida melhor e que hoje se encontram marginalizados nas grandes fazendas, nas indústrias e as mulheres dentro das serrarias, como constatei estes dias.

Você chega numa serraria dessas, nas madeireiras, que são as maiores especuladoras e agressoras do meio ambiente, você conta as dezenas de mulheres hoje, que outrora estiveram na periferia da cidade, nos baixos meretrícios. Hoje, elas não têm mais influência pra isso, estão jogadas dentro das madeireiras trabalhando como assalariadas, sem serem sequer contratadas.

O que fez isso foi a falta de atenção, de compreensão e de responsabilidade das autoridades, que fizeram com que Marabá se transformasse, de uma hora pra outra, no Grande pólo migratório. Com a influência de que Marabá era a salvação do povo brasileiro, chegou nesse nível. Hoje, quem sofre a consequência são os pequenos proprietários, são os posseiros, são os sem terra, que

es
pr
ar
ru
se
zi
da
da
cu
nã
giã
dir
sec
E
ai
aci
qu
aqu
ped
abr
tod
ção
pro
a p
Mas
sinc
prin
que
com
As
Pará
zare
mad
são
cu
ma
nh
Sa
rais
ra,
o p
falou
ame
mot
uma
acon
mos
Não
res
desp
ela é
Com
Nós
rais
técni
ter fi
ram
pelos
produ
A ger
para
cada
na mi
ser de
os tra
pedaç

estão chegando aqui e se apossando de pequenos pedaços de terra e recebendo ameaças de pegar peia na hora que derubar uma castanheira, quando ela já se encontra improdutivo porque foi dizimada, ou através das grandes queimadas, das grandes aberturas de inverno da dos latifundiários, dos grandes pecuaristas, dos grandes banqueiros econômicos, que se implantaram nesta região fazendo grande devastação, agredindo a floresta, sem uma proibição sequer.

E a gente sabe que os órgãos que estão aí pra fazer essa fiscalização foram acionados por muitas vezes, por mim, que hoje represento 12 municípios aqui do sul do Pará. Quantas vezes já pedi ao sr. presidente do IBDF que abrisse um módulo florestal para punir todos os assassinos, sem discriminação? Porque eu sei que se um pequeno produtor, ou um posseiro, for punido, a punição dele não será tão profunda. Mas, caso se puna os verdadeiros assassinos, tem que punir primeiro quem primeiro começou a fazer grandes queimadas, como foi falado aqui no começo pela dra. Marília.

As grandes queimadas, hoje, no sul do Pará, impedem até os aviões de aterrizarem quando está na época da queimada. Quem faz essas queimadas não são os posseiros, são os verdadeiros pecuaristas do sul do Pará, que transformaram o grande Polígono das Castanhais, hoje, no polígono agropecuário. Sabemos que hoje os trabalhadores rurais, pra adquirirem uma posse na terra, são sacrificados. Além de correrem o perigo de perder-la, como o mano falou, porque não vão ter apoio. Ele é ameaçado de apanhar se, por qualquer motivo, sem justificativa, ele matar uma castanheira, que é o que mais acontece porque pra isso nós não tivemos ensinamento.

Não temos dúvida que os trabalhadores rurais vão sofrer pressão para se despedir da terra porque essa pressão ela é feita de maneira ideológica. Como é que eles sofrem essa pressão? Nós sabemos que os trabalhadores rurais nunca tiveram acompanhamento técnico, nunca tiveram condições de ter financiamento digno, nunca tiveram condição de ter um ensinamento pelos órgãos competentes para a sua produção ser de primeira qualidade. A gente produz, mas na hora que vai para o mercado a produção é classificada como inferior. Depois que está na mão dos especuladores ela passa a ser de primeira. E isso se deu porque os trabalhadores rurais ocuparam seu pedaço de terra sem que tivessem uma

verdadeira assistência ou apoio dos órgãos competentes e responsáveis por isso. São as maneiras de que vão fazer os trabalhadores rurais que hoje se dizem consolidados com a posse da terra: "amanhã, seja mais um boia-fria das periferias dentro dos pólos industriais".

Sabemos que não vai se fazer Reforma Agrária e muito menos projeto de acompanhamento técnico e garantido que o trabalhador rural seja fixado na terra. Isso nós não temos dúvida porque do momento que se fala que os trabalhadores rurais estão de parabéns porque foram consolidados seus anseios por uma luta travada pelo Sindicato, pelos trabalhadores rurais, que apesar de apanhar, resistiram, tiveram toda a facilidade. Nós sabemos que, por outro lado, os trabalhadores não vão ser assistidos com aquilo que é necessário para serem verdadeiros trabalhadores. Porque pra isso nós não contamos com o apoio que há muito tempo deveríamos ter.

Enquanto se diz: "os trabalhadores rurais, hoje, estão de parabéns", se vê que hoje estão sendo montados, em todas as cidades onde os políticos atuam com grandes campanhas com relação a Reforma Agrária, gabinetes de cadastramento de pessoas que não se dizem trabalhadores rurais, para adquirir o voto dos trabalhadores, para adquirir o voto daqueles que sempre foram enganados pela política mal traçada, mal levada, para mais uma vez se elegerem para depois pisarem nos trabalhadores rurais. Isso nós não temos dúvida que está sendo feito. Já contactei com vários locais, já recebi várias denúncias do que está sendo feito hoje no sul do Pará, nas áreas que foram e se dizem desapropriadas e que não foram. Está sendo montado um esquema pelas madeiras, com a verdadeira devastação dos mognos, da castanheira e toda a madeira. Como na Boca do Cardoso, no Castanhal Ubá, está acontecendo também em outros lugares. Ontem eu encontrei o carro da Polícia Rodoviária dentro do Araras, tentando comprar madeira dos posseiros.

Por que isso? Porque tem o apoio da mais alta autoridade. Então, por que primeiro não há o apoio ao trabalhador rural para que ele seja garantido e não saia da terra? Não temos dúvida de que isso tem incentivo e tem apoio da maior cúpula, da especulação, da agressão ao meio ambiente. Enquanto nós, trabalhadores rurais, pelo contrário, tentamos sempre ser favoráveis à preservação, apesar de não termos competência porque nunca tivemos o acompanhamento técnico pra isso. E

isso não se aprende "de beijo". O que nós tivemos "de beijo" temos aplicado na maneira de preservar o meio ambiente porque isso pra nós é de verdadeira importância. Porque sabemos que a terra, quando ela é devastada, jamais serve pra nós.

Então, não temos nenhuma dúvida de que isto tem uma política traçada para que, mais hoje ou mais amanhã, a terra esteja na mão dos grandes latifundiários. Por isso, sempre me dispus como camponês, como colono, que há muitos anos está dentro da colonização feita através do Governo, que por sua vez nunca se interessou em apoiar o trabalhador — fez uma colonização, jogou o trabalhador no campo, desprezou sua saúde, sem educação, sem o apoio técnico e sempre fazendo a campanha de preservação do capitalismo, ou seja, de levar a terra para a mão do grande pecuarista. Quando o técnico vem ensinar que você deve fazer pasto de capim, não temos dúvida de que isso é o ensinamento para crescimento dos grandes latifúndios agropecuários.

E foi isso que veio da colonização, hoje, setor da área da fazenda. Porque o trabalhador rural não tinha como se defender, não tinha outra maneira de beneficiar a terra. Quando ele planta dois anos, três anos, a terra se transforma num verdadeiro matagal, num verdadeiro deserto e pra ele não ver ela se transformar nisso, ele era ensinado que plantasse o capim. Ele plantou o capim e foi o bastante pra ser a infelicidade dele porque depois ele não pode se manter lá dentro. Hoje, nós sabemos que dos colonos aos quais foram entregues lotes da terra, restam poucos. E por que isso? Porque faltou apoio.

Sempre me dispus a apoiar e defender as florestas e convidar sempre os trabalhadores rurais a isso. Quando cheguei em Marabá esta era a área que mais se reconhecia como reserva indígena. Tudo ao longo do rio Vermelho, o Grande Tacaiuna e Sororó era mais habitado pelos índios. E hoje, você pode andar que, pra encontrar o resto de um índio, só se ele for levado. Existem pequenas reservas indígenas porque a resistência dos índios foi muito grande. Isso foi feito através do traçado de uma política. Foi montado esquema de expulsão dos índios, como foi montado também o esquema de expulsão dos trabalhadores rurais das suas propriedades. Os índios sofreram as malícias dos perseguidores, a fim de expandirem seus castanhais. Com pressão, igualmente, os latifundiários

montaram esquema para perseguir os trabalhadores rurais, posseiros, para aumentar seus latifúndios.

Mas, com todo a perseguição, os trabalhadores rurais continuaram firmes, apesar de sofrerem muitas derrotas e perderem muitos pais de família. A gente não desistiu.

Iguamente os companheiros índios, que se hoje ainda têm algumas áreas, é porque eles resistiram e se mantiveram firmes. E a política traçada sempre foi um jogo — de jogar o posseiro contra o índio para que eles divergissem e não defendessem os direitos, quando são duas categorias distintas.

Mas, nós sindicalistas, nunca fomos contra os índios por que sabemos que eles são os verdadeiros brasileiros como nós trabalhadores rurais, que fomos trazidos tradicionalmente para sermos escravizados neste país. Mas fomos nós que fizemos as primeiras desbravações e nós é que temos que ser donos deste país.

Sabemos que não vai ter Reforma Agrária, mas nós vamos ocupar a terra como sempre ocupamos, pedindo sempre a união e o apoio dos órgãos competentes.

Estamos dispostos a lutar junto com os índios, junto com os posseiros, junto com toda a categoria que está disposta a defender e preservar o meio ambiente para o bem da natureza, para o bem dos trabalhadores rurais, para o bem das nações indígenas.

Eu lamento profundamente a situação do meio ambiente do Estado do Pará e, principalmente, particularmente, no sul do Pará. Mas, é impossível e difícil os trabalhadores assumirem a irresponsabilidade dos latifundiários, dos pecuaristas, dos empresários, dos industriais, que acabaram com o meio ambiente do sul do Pará e, hoje, nós botamos essa carga nas nossas costas.

Nós temos responsabilidades por isso, sim. Mas, não vamos assumir toda a responsabilidade praticada por aqueles que foram os maiores responsáveis, os maiores implicados, que devastaram todas as florestas no sul do Pará, ou seja, no Estado do Pará, irracionalmente e hoje nós sermos penalizados pela irresponsabilidade desses senhores. Agora, voltando a questão: como fica a questão dos posseiros do Ubá, depois que o senhor ministro da Reforma Agrária veio a Marabá e disse que desapropriaria todos os castanhais e entregaria aos posseiros? E quando, depois, os Mutran pegaram as suas metralhadoras, os pistoleiros foram lá e amedrontaram os posseiros que existem lá há 10 anos, 15 anos?

O castanhal Ubá, nós não podemos nos enganar, tramitou no processo de desapropriação por dois anos, no Ministério. Mas, depois, o senhor ministro, que era o Nelson Ribeiro, se retirou e depois que estava na Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (Seicom), aqui no Pará, deu parecer favorável à venda do castanhal Ubá, dizendo que lá não tinha problema nenhum, era tranqüilo, não tinha litígio. E foi vendido o castanhal ao grupo Itaminas. Hoje, ele é uma propriedade privada.

Por mais que a gente queira, por mais que já tenha sido feito levantamento por técnico do Mirad, fui a Brasília, coloquei na mão do senhor ministro o pedido de solução do problema de 22 famílias que tem lá, há mais de 10 anos, o caso continua sem solução.

A tentativa do dr. Ronaldo é mudar os companheiros dessa área. E os companheiros dizem que não aceitam remanejamento.

Então, a situação está deste jeito, mas, já que o senhor ministro diz que não quer mais derramamento de sangue, qualquer problema pode pegar o avião que ele paga a passagem. Pra resolver o problema, ele deixou a porta aberta e a qualquer hora eu posso pegar um avião e levar esse problema, mais uma vez, às portas do senhor ministro da Reforma Agrária.

Voltando à questão dos castanhais e da coordenação dos trabalhos de assentamento: nós sabemos que não vai ter assentamento feito pelo Mirad. Por conta, já estão querendo desativar o Ministério. Não é a toa que eles estão fazendo isso. Mais uma vez para botar o trabalhador na terra e sem dar apoio, pra amanhã, ele ser expulso de lá, através de pressão da necessidade que ele vai passar lá dentro. Disso nós não temos ilusão. Mas, pra isso, eu estou convocando os trabalhadores rurais, os seus representantes — presidentes sindicais, que estão na área que foi negociada. Em nenhum momento eu digo ao trabalhador rural que houve Reforma Agrária e que teve desapropriação: simplesmente uma negociação, com base na necessidade dos proprietários, não na reivindicação dos trabalhadores.

Mas, pra isso, eu estou fazendo convite a todos os presidentes sindicais envolvidos na área, para nós sentarmos e discutirmos o plano de coordenação dos assentamentos. Porque sabemos que os políticos estão querendo se aproveitar desse momento porque é a única arma que eles ainda têm para se reeleger mais uma vez, principalmente,

aqueles mais corruptos, que já têm divulgado os seus nomes em todos os nossos cadernos.

Então, eles estão usando isso como arma, dizendo que eles vão fazer assentamento, que eles vão dar terra aos trabalhadores rurais e estão montando seus escritórios. E nós jamais vamos deixar que isso aconteça, que os trabalhadores rurais fiquem por fora.

Pra isso eu estou convocando os trabalhadores rurais, principalmente seus representantes, para uma reunião que se dará aqui, para discutir como vai ser a nossa participação.

Se nós sofremos para conquistar uma permanência dos trabalhadores lá dentro, vamos ser muito mais agressivos para garantir a presença dos trabalhadores ali.

Queria voltar a informar aos companheiros de área que nós já estamos trabalhando no setor de projetos onde existem posseiros organizados, nós temos projetos. Já há lugares em que nós temos Caixas Agrícolas e estamos, em outros lugares, com projetos encaminhados, a vamos ter projetos em alguns lugares onde nós temos grupos de posseiros que estão organizados, estão trabalhando.

Nós estamos fazendo isso, assim, agindo por dois lados: por um lado, nós temos o objetivo de eliminar os atravessadores. E pelo outro lado, nós temos, aqui em Marabá, o Centro Agrícola do Tocantins, que foi uma preocupação do Sindicato de criar esse Centro, organizado com 4 municípios, ou seja, Itupiranga, Marabá, São João do Araguaia e Jacundá. E esse Centro tem por objetivo acompanhar os trabalhos dos agricultores, principalmente, dentro do Polígono dos Castanhais para garantir que ele não se transforme num verdadeiro deserto, isso por tecnologia e experiências até do exterior que a gente já viu. Então, achamos que só assim teremos condições de preservar o meio ambiente. Pra isso, já temos a estrutura e temos contactado com vários agrônomos. Temos o apoio de várias entidades, órgãos e instituições.

Mesmo sem o apoio dos órgãos governamentais, nós estamos fazendo nosso esforço, estamos fazendo nosso empenho e garantimos que, na medida do possível, nós vamos fazendo o que for possível pra preservar o meio ambiente, preservar a castanheira e garantir a fixação do homem no campo.

Eu acho que a gente tem uma preocupação quando começa a criar várias entidades aí para dividir os trabalhadores rurais. Mas nós, como lideranças sindi-

cais, temos a responsabilidade de não deixar que os companheiros entrem por aí. Sabe-se que isso é mais uma farsa pra dividir os trabalhadores e fazer com que os trabalhadores sejam levados, mais uma vez, a cair no buraco. Já existem os Sindicatos nos municípios e a Federação no Estado, então, não tem porque nós ficarmos criando grupinhos isolados pra aqui, e pra acolá, simplesmente fazendo jogo político, ou deixando que eles façam isso para engrossar a política de quem quer que seja.

A defesa dos trabalhadores é feita através dos órgãos que lhes representam com interesse e com honestidade.

E os trabalhadores rurais não estão sozinhos nessa luta pela posse e permanência na terra. As nações indígenas também estão, historicamente, envolvidas nessa questão. E na maioria das vezes, os interesses dos trabalhadores e dos índios estão ligados e/ou sobrepostos.

É muito fácil a gente conscientizar pra lutar junto com os índios. É fácil a gente descobrir quem é o inimigo dos posseiros e quem é o inimigo dos índios.

A gente identifica a mesma pessoa. É a mesma pessoa que se identifica como inimigo dos índios e posseiros: o capital que foi implantado neste país e que visa explorar as classes mais fracas e mais pobres. Nós sabemos que os índios são os primeiros brasileiros.

Eu, como trabalhador rural, cheguei neste Estado, cheguei aqui em Marabá sabendo que a maior população que nós tínhamos aqui no Pólo de Marabá era índio, e que eles estavam aqui porque eram os verdadeiros donos da terra.

Por que deixaria de defender que os índios tivessem os seus direitos livres, sagrados, pra defender que as terras ficassem nas mãos do sr. João Anastácio de Queiroz. Ou que deixasse de desapropriar o latifúndio improdutivo pra dar para os trabalhadores rurais e implantar a Reforma Agrária na pequena reserva indígena?

Então, isso pra mim era injusto e é injusto. E conhecendo que o inimigo dos índios é o mesmo nosso inimigo, eu acho que resta a nós nos unirmos com os índios para defender os direitos iguais.

E é por isso que eu me juntei com o Pai Arê e todos aqueles que traçaram junto com a gente a defesa da reserva indígena para defender, no Ministério da Reforma Agrária, defender na Justiça ou em qualquer lugar que fosse necessário, a garantia do direito dos índios.

Não era assentando posseiro nas terras dos índios que nós íamos resolver o problema da Reforma Agrária, como não vamos. E não defendi só os Gavião, como estou disposto a defender, em todo sul do Pará aonde eu tiver jurisdição e tiver autonomia, a Refor-

ma Agrária. Eu reconheço que os índios, hoje, são espoliados igualmente a nós, são explorados, são escravizados. E eles têm sido os mais sofridos porque tiveram muitos dos seus mortos através da agressão dos latifundiários para tomar suas terras.

Hoje, o que resta para os índios, as pequenas reservas, ainda estão sendo agredidas através dos grandes projetos, como o Grande Carajás, Vale do Rio Doce. E nós que somos sofridos, será que nós não vamos ter consciência e defender o direito dos índios? Vamos ser mais um perseguidor das nações indígenas?

Então, foi com esse espírito e com esse espírito é que eu defendi que os índios deveriam ser respeitados. As reservas indígenas deveriam ser respeitadas e nós deveríamos ser muito mais unidos pra defender o direito dos índios e os índios ajudar a defender o direito dos posseiros. E é isso que nós temos: consideração aos índios e estamos aqui na luta para defender o direito deles aonde for necessário. Aonde for preciso uma luta, em defesa do direito dos índios, eu estou presente como Sindicato. E aonde tiver penetração de trabalhadores rurais em ocupação de reservas indígenas, eu sou o primeiro a retirar, porque não acho justo.

Se for para invadir terras, vamos invadir os latifúndios improdutivos e não as reservas indígenas que já estão liquidadas.

ENTREVISTA DO SEU ALMIR CONCEDIDA A CESE REALIZADA QUANDO ERA PRESIDENTE DO SINDICATO DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA EM 1989

CESE

ALMIR BARROS: A Saga Camponesa no Sul do Pará

"O meio-ambiente é a vida. Destruí-lo é destruir a vida". A afirmação é de Almir Ferreira Barros, 52 anos, cinco filhos, camponês, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Araguaia (PA) e vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará. Há vários anos, Almir não sabe o que é dormir duas noites na mesma casa. Por causa de seu compromisso com a classe trabalhadora e com a preservação da natureza amazônica, ele vive sob constantes ameaças de morte.



Almir Barros, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Araguaia

Foto: Alcino Ferreira

Um dos participantes do encontro de Agentes de Projetos CESE/1989, Almir conta um pouco de sua vida e de sua luta. Começa a descobrir a visão crítica da realidade nos anos 70, participando da experiência das comunidades de base. Participa, ao mesmo tempo, do sindicato. Em 1982, é escolhido como delegado sindical da Vila de Santa Rita. Três anos depois, é eleito para a presidência do seu sindicato, sendo reeleito em 1988.

"Nas comunidades de base - lembra - aprendi que o dever do cristão é o de se engajar na luta pelo bem comum. Ao meu redor, podia ouvir o grito do povo clamando por terra para viver e trabalhar. A Bíblia me ensinava que Deus destinou os bens da terra para todos".

Uma das primeiras decepções de Almir foi a verificação de que

o Governo Federal não iria cumprir as promessas de colonizar uma faixa de 100 Km, de um lado e de outro da rodovia Transamazônica. Acompanha, depois, seus companheiros em várias ocupações de terra. Eles não vêem outra saída diante da injusta estrutura fundiária. Em sete anos, participou de 17 ocupações em São João do Araguaia.

Almir vive no chamado Polígono das Castanhas. Uma área de 1 milhão de hectares no sul do Pará. São cerca de 25 mil famílias neste Polígono, nos municípios de Marabá, São João do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, Xinguara e Curionópolis. Falta quase tudo para os trabalhadores rurais: preço justo para os seus produtos, assistência médica, acesso à educação, assistência técnica. Há muitos títulos fundiários falsificados. Somente de 1986 a 1989, mais de 6 mil títulos falsos de propriedades rurais foram registrados no cartório de Marabá. De posse desses títulos, os "donos" movem, depois, ações para expulsar os lavradores que vivem há várias décadas no interior dessa região.

A castanha sintetiza a injustiça institucionalizada no sul do Pará. Entre 58 e 78, conta Almir, eram produzidos de 800 mil a 1 milhão de hectolitros de castanhas no Polígono. Nos anos 70, o Governo Federal começa a incentivar a implantação de grandes empresas agropecuárias na região. Pecuáristas do sul do país começam a ocupar as áreas dos castanhais.

A produção baixa - nestes onze anos - para uma média de 200 a 400 mil hectolitros. O lavrador que corta a castanha para o patrão recebe apenas cinco cruzados novos por hectolitro. O patrão revende este hectolitro por 15 cruzados novos para as empresas exportadoras. Elas fixam outro preço muitas vezes maior - e mantido em segredo - para os importadores.



CESE

Desmatamento de castanheira, com motosserra, no Pará



Foto: Nair Benedicto - Agência F4

Almir convive diariamente com o conflito. Trata-se mais exatamente de uma guerra em que um dos lados - o dos latifundiários - possui as armas e em que o outro lado - o dos lavradores - tenta sobreviver. Entre 1985 e 1988, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e dos sindicatos, cerca de 400 lavradores foram mortos no sul do Pará. Foram também assassinados alguns amigos e colaboradores dos camponeses. Entre esses mortos, estão os advogados Gabriel Pimenta, morto em 18 de julho de 1982, Paulo Fontelles, executado em 11 de junho de 1987 e João Carlos Batista, morto em 6 de dezembro de 1988.

A lista de companheiros de luta sindical de Almir, mortos pelos latifundiários, inclui, entre outros, João Canuto de Oliveira, de Rio Maria (1985), Benedito Alves Bandeira, em Tome-Açu (1984), Salvador, em 1986 e José Pretinho, com mais sete sindicalistas, em Ubá, em 18 de junho de 1985. A ordem para a chacina veio do fazendeiro, Edmundo Virgulino, com financiamento de Vavá Mutran, segundo as investigações do sindicato de São João do Araguaia. O executor é o pistoleiro Sebastião da Terezona. As vítimas: posseiros que haviam ocupado o castanhal abandonado. Uma mulher com cinco meses de gravidez é morta a tiros, na cozinha de seu casebre.

Edmundo circula tranquilo pelas ruas de São João e Marabá.

deiro Auzerino Flauzino Peireira, dono das fazendas Santos Dumont e Imbaubal, vem tentando matar Almir.

A MORTE DA NATUREZA

Os latifundiários, aliados aos grandes projetos governamentais, estão matando a natureza. Almir conta que as madeireiras estão derrubando toda a madeira de lei da região sul do Pará. São cedroaranas, castanheiras, comarus, bacuris, taúbas, piquis, macarandubas, ipês, e outras árvores. Feridas de morte pelas motosserras, vão quebrando, na queda, centenas de árvores menores. O solo vai ser degradado, depois, pelos tratores que vão arrastar a madeira para as serrarias de Marabá. Somente nos cinco municípios da microrregião de Marabá, estão em atividades 400 serrarias.

Projeto Carajás



Foto: Nair Benedicto - Agência F4

Serrada, em pranchas, a madeira vai de caminhão para São Paulo, e de navio para o Japão. A sobra - o "rejeito" - é usada para fazer carvão vegetal, usado nas usinas de ferro-liga e ferro-gusa.

Antes disso, a produção de carvão, nas áreas próximas às serrarias, provoca uma grande poluição na cidade de Marabá. Almir e seus companheiros de luta mobilizaram a sociedade civil paranaense, no ano passado, para conseguir a paralisação desta atividade. A luta foi vitoriosa. Mas, passados alguns meses, as fábricas de carvão



CESE

Somente em 1988, conta Almir, foram abatidos 800 hectares de mata apenas na área do castanhal Ubã, para fazer carvão. Para este mesmo castanhal funcionam cerca de 400 fornos de produção de carvão vegetal. O desmatamento é acompanhado pelas queimadas. "As vezes há companheiros que voltam do trabalho, na floresta, e encontram suas casas completamente destruídas pelas queimadas", afirma Almir.

NOVA CONSCIÊNCIA

Maltratados pelo latifúndio e pelos inimigos da floresta, curtidos na luta, os 3800 sócios do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Araguaia estão desenvolvendo uma nova consciência. Vão, as-

sim, unindo, cada vez mais, os aspectos político e ambiental da luta ecológica.

Almir diz que esta conscientização "não é uma tarefa fácil". Quando ouvem a sugestão de que devem procurar não desmatar a floresta, muitos agricultores perguntam: "Como vamos sobreviver?". O Sindicato incentiva, por isso, novos métodos de cultura agrícola, com um tratamento da floresta o menos predatório possível.

Na luta pela sobrevivência física e econômica, os camponeses de São João do Araguaia vão acumulando novas experiências. Mesmo que, para isso, tenham que mudar todos os dias de lugar para dormir. Vão resistindo com a floresta.

VOLTA REDONDA: Destruição e Resistência

As doenças profissionais, baixos salários e o enfrentamento da repressão policial-militar, são alguns dos problemas dos 45 mil trabalhadores metalúrgicos de Volta Redonda, cidade operária fluminense, com 350 mil habitantes. Nestes últimos cinco anos, graças à sua organização, os trabalhadores de Volta Redonda vêm dando um testemunho de resistência. Eles vêm resistindo a todas as tentativas de intimidação, entre as quais a repressão à greve da Companhia Siderúrgica Nacional, no ano passado (em que foram mortos, a tiros, os operários William, Valmir e Barroso), a destruição terrorista do memorial operário e as ameaças contra os seus dirigentes sindicais.

Luis Antônio Vieira Albano, 31 anos, mecânico na CSN, secretário de saúde, seguridade e previdência do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, é um dos protagonistas desta história de lutas. Integrou, já em 1983, a chapa de oposição que levaria Juarez Antunes (morto

em um "acidente" em 21 de fevereiro deste ano) à presidência do Sindicato.

Luis Albano,
secretário do
Sindicato
dos Metalúrgicos
de Volta Redonda



Foto: Alcino Ferreira

Uma das primeiras verificações dos novos dirigentes sindicais dos metalúrgicos de Volta Redonda foi a de que morriam, em 1983, por negligência patronal, cerca de 20 trabalhadores por ano, somente em acidentes de trabalho. Participante do Encontro da CESE/89, Luis Albano prefere dizer que não foram acidentes, mas assassinatos por omissão dos responsáveis. Foram mortes por queda de andaimes, esmagamentos por bobinas, desvios de pontes rolantes, queimaduras e choques elétricos.

O Sindicato empenhou-se, então, em conquistar e valorizar o trabalho das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAS), conseguindo baixar o índice dos acidentes para uma

MANCHETE DESTACANDO QUE SEU ALMIR É AMEAÇADO DE MORTE



REFORMA

O CASO DO SENHOR ALMIR FERREIRA

Uma das grandes promessas mudancistas da "Nova República" ao por suas parcas, sobre a direção do governo, iniciado efetivamente, o projeto de transição conservadora da burguesia, foi o alarme e festivo anúncio de que faria a Reforma Agrária no Brasil, resolvendo de vez a grave e conflituosa questão agrária de nosso país. E foi anunciado com tal falsa seriedade que, num primeiro momento, causou profundas preocupações aos fazendeiros e latifundiários, motivando-os a fazer "caixinhas" para a compra de armas contrabandeadas, em sua maioria, com que pudessem armar suas milícias particulares - jagunços, na verdade - que defenderiam suas ociosas terras. Por outro lado, chegou a trazer esperanças para milhares de trabalhadores rurais, de norte a sul do país, que vivem diuturnamente ameaçados de expulsão e/ou morte em seus pedaços de chão, onde plantam e vivem com suas famílias. Igual otimismo sentiram aqueles que não tendo sequer onde abrigar suas famílias, vaguem pelas estradas em busca de uma terra para trabalhar e viver.

Mas, aquilo que parecia ser verdade logo foi desmascarado. Percebeu-se que a luz que parecia brilhar no fim do túnel não era nada mais do que o efeito ilusório de uma miragem provocada, artificialmente, pela demagogia dos novos donos do poder. E nada conseguiu ostentá-la, De pouco valeram as inúmeras denúncias de assassinatos de lavradores, ameaças e expulsões feitas por grileiros e fazendeiros, ou mesmo os repulidos e violentos despejos ilegais de centenas de lavradores realizados por pistoleiros, sempre apoiados pela Polícia Militar do Estado. E o Estado do Pará continuou disparado e imbatível como campeão em lavradores assassinados (32), em expulsões e feridos (104), em lavradores presos (158), em lavradores ameaçados de morte (15), em fazendas com trabalho escravo (17), somente no ano de 1986, segundo dados da CPT - Comissão Pastoral da Terra.

E em situação como essa que estão vivendo centenas de famílias de lavradores, no município de São João do Araguaia, em terras reclamadas pelo fazendeiro Alzerino Frazzino. E, como tantos outros líderes sindicais neste país, também pesa sobre o lavrador Almir Ferreira Barros, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Araguaia, ameaça de morte que lhe foi imputada pelo citado fazendeiro, estando por cumprir o pistoleiro profissional conhecido por Raimundo Negro e seu grupo. Como Almir Barros, na qualidade de líder sindical, plebeu e inferior ao direito adquirido do fazendeiro pela posse da terra, decidiu Alzerino que este deveria morrer, primeiro, depois, executar com mais tranqüilidade a expulsão das famílias. E a ameaça de morte foi-lhe transmitida pelo próprio pretexto de São João do Araguaia, segundo denúncia do próprio Almir, que lhe disse: "Eu sou contra a Reforma Agrária e sou da UDR (União Democrática Ruralista). Toma cuidado e lembra bem o que aconteceu com o João Canuto". (Este era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Maria, assassinado por pistoleiros em 1985).

A área em questão, uma extensa faixa de terra, situada na região conhecida

por Palestina, estava totalmente ociosa, quando, em meados de 1984, dezenas de famílias de lavradores resolveram ocupar a terra. Depois de procurarem a rede discriminada em busca de encaminhamento para os órgãos competentes a fim de regularizarem a ocupação da terra, os lavradores tiveram o apoio total de Almir Ferreira, então Delegado Sindical da região da Palestina, que passou a percorrer as salas do GETAT - Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em busca de uma solução, o que nunca conseguiu.

Sem entenderem o que estava acontecendo, a área passou a ser denominada, a partir de janeiro de 1986, de "Fazenda São Pedro", e seu novo proprietário era o Sr. Alzerino Frazzino, que recebeu título de propriedade das mãos do então presidente do GETAT, Sr. Assisil Bentz, hoje eleito Deputado Federal pelo PMDB.

Começou, então, a longa perseguição aos lavradores. São ameaças de morte, expulsão e outras formas de pressão. Nas várias tentativas de despejo, as quais os lavradores sempre resistiram corajosamente, Alzerino sempre mandou nunca apresentar qualquer ordem judicial, em mais uma das tantas arbitrariedades que já se tornaram comuns na desigual luta que se trava no campo. Para buscar solução definitiva para a inquietante situação vivida por essas famílias, Almir já esteve em Belém e em Brasília, andando e parando em gabinete, mas sem sucesso. Em audiências que manteve nos Tribunais de Justiça e da Reforma Agrária, Detentores Agrários, nenhuma solução.

Depois que Almir saiu de São João do Araguaia já ameaçado de morte e em busca de solução para seus associados, o pistoleiro Raimundo Negro - que foi guia do Exército durante a Guerrilha do Araguaia e que depois foi agraciado por fartas terras no vizinho município de Binjão Grande - esteve rondando, acompanhado de um jagunço, o então presidente do Sindicato, perguntando a todos se sabiam onde ele estava, quando ia voltar, etc. Como já não conhecidos na região e sabem que estão a serem matar Almir, qualquer informação é seguida. Não

confirmado, o próprio Alzerino Frazzino esteve, juntamente com seus jagunços, na casa onde mora a família de Almir, na Palestina, com o alegado de que queriam que ele se acomodasse até as caixas dos lavradores para convencê-los a abandonar a terra da Fazenda São João. Era alto o ruído da noite e, se Almir não estivesse, certamente seria aquele seu último dia; obrigado a dormir penhados, não mais voltaria com vida.

A partir de novembro passado, Almir precisou voltar a São João do Araguaia para apurar seu Título Eleitoral, na Vila Palestina. Mas só pôde ir, não acompanhado por dois policiais da Polícia Federal, que durante o trânsito, devido ao mau tempo, foram obrigados a fazer uma parada. Mas Almir não pode usar seu Título Eleitoral; ameaçado e sem qualquer possibilidade de poder se candidatar à Seção de votação, solicitou justificativa à Justiça Eleitoral e voltou a deixar São João do Araguaia, para onde não pode mais voltar.

Da mesma forma que com outros tantos casos de ameaças e assassinatos, nenhuma

providência concreta foi tomada pelas autoridades públicas no sentido de apurar as denúncias, comprovar as responsabilidades ou mesmo garantir proteção à vida de Almir. No Ministério da Justiça, a única providência com que se contava era a de comunicar a Secretaria de Estado de Segurança

Pública (SEGUR) e solicitar apreensão. Antes disso, no entanto, Almir já havia estado na SEGUP, na DURS - Delegacia de Ordem Política e Social, além da própria Polícia Federal. De todas essas, uma, única recomposição: "Tem o cidadão aqui, sua vida". Ou seja, para os órgãos públicos públicos está importante se em trabalhos, se um líder sindical, está sendo casado. Na noite com sua cabeça colocada a prêmio. Foi dessa forma que morreram Antônio Ferreira Lima do Grupo, João Canuto, diretores, Po José e tantos outros mártires da luta pela Reforma Agrária sob controle dos trabalhadores.



SÃO DOZE OS AMEAÇADOS DE MORTE!

Alzerino Frazzino, dono da Fazenda São João do Araguaia, ameaça a vida de Almir Ferreira Barros, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Araguaia.

Alzerino Frazzino, dono da Fazenda São João do Araguaia, ameaça a vida de Almir Ferreira Barros, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Araguaia.

A sua morte nos lembra sobre a cultura repressiva de Barão e pesa também sobre os líderes sindicais promovedores da organização dos trabalhadores. Grupos em 1981, virou em Pará, e assim que também Ovelo Farias não abandonou o compromisso com a luta de milhões de outros trabalhadores ameaçados de morte quando Alzerino Frazzino, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Araguaia, ameaçou a vida de Almir Ferreira Barros.